



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Juliana Panchiniak Fernandes

As Mulheres na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba,  
1776 - 1816

Florianópolis, 2022



Universidade Federal De Santa Catarina  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Juliana Panchiniak Fernandes

As Mulheres na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba,  
1776 -1816

Dissertação de mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em História Global, Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em História Global.

|Orientador: Pr. Dr. Waldomiro Lourenço da Silva Jr.

Florianópolis, 2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fernandes, Juliana  
As Mulheres na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais  
de Curitiba, 1776 - 1816 / Juliana Fernandes ; orientador,  
Waldomiro Silva, 2022.  
111 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. História. 2. História Colonial. 3. Mulheres. 4.  
Trabalho feminino. 5. Curitiba. I. Silva, Waldomiro. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em História. III. Título.

Juliana Panchiniak Fernandes

**Título:** As Mulheres na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, 1776 – 1816

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Waldomiro Lourenço da Silva Jr.  
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Tiago Kramer de Oliveira  
Instituição Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Dr.(a) Cacilda da Silva Machado  
Instituição Universidade Federal do Rio de Janeiro

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em História.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

---

Prof. Dr. Waldomiro Lourenço da Silva Jr  
Orientador(a)

Florianópolis, 2022.

Para meu filho Caetano

## **Agradecimentos**

Finalizada esta etapa, é chegado o momento de registrar meu reconhecimento e gratidão a todos e todas aquelas que de uma forma ou outra colaboraram para que este trabalho fosse possível.

Primeiramente devo salientar que o presente trabalho foi financiado pela concessão de bolsa da CAPES, fundamental para o desenvolvimento dessa pesquisa e de tantas outras, sem este fomento a pesquisa científica nacional perde seu fôlego e vigor.

Sou grata também à UFPR e ao CEDOPE, em especial ao servidor André Akamine Ribas que sempre foi muito solícito e se dispôs a me ajudar a encontrar parte das fontes documentais utilizadas neste trabalho. Também gostaria de agradecer à UNB, em especial a estudante de mestrado Amanda Pinheiro, a qual me auxiliou ao compartilhar os Livros de Notas do Primeiro Tabelionato de Curitiba, e por fim, mas não menos importante, devo imensa gratidão ao Arquivo Público do Paraná, o qual trabalha incansavelmente para manter os arquivos que possibilitam sabermos a história, com menção especial à servidora Dora Silvia Hackeberg que por dois dias se manteve muito disposta e solícita a me ajudar.

Agradeço imensamente à Universidade Federal de Santa Catarina, universidade que me formou e que tenho enorme carinho. Em especial ao departamento de História e ao programa de pós-graduação, considerando todos e todas que trabalham para manter a história em lugar de excelência.

Nesse sentido gostaria também de agradecer ao meu orientador, professor Dr. Waldomiro Lourenço, o qual sempre me apoiou, sem sua orientação e paciência trilhar este caminho teria sido muito mais difícil. Agradeço também ao professor Dr. Thiago Kramer e a professora Dr<sup>a</sup>. Cacilda Machado, os quais com suas contribuições em minha banca auxiliaram a nortear o caminho a ser percorrido nesta pesquisa. Sou muito grata também à professora Beatriz Mamigonian, que tanto me ensinou enquanto minha professora nas disciplinas que cursei durante o programa, como minha orientadora de estágio.

Agradeço aos amigos e amigas que trouxeram leveza e momentos de descontração nos momentos de dúvida e cansaço, em especial a Josyanne Passeti, Fernando Pascale, Roberto Medeiros e ao Victor Vilmar Alexandre, colega incansável desde os tempos de graduação, base de força e persistência sempre aceitando meus convites para os grupos de estudos e trabalhos acadêmicos.

Agradeço ao meu analista Gabriel Bueno, o qual me acompanha antes mesmo de iniciar esta jornada e sem o qual tudo seria mais difícil. Obrigada por desatar tantos nós e retirar caraminholas de minha cabeça.

Ao meu companheiro Alex Simon Lodetti palavras escritas em um parágrafo não são suficientes, mas em uma tentativa vã de expressar toda minha gratidão, deixo aqui a certeza de que esta pesquisa e os caminhos trilhados não teriam sido percorridos sem a sua parceria. A paciência, as sugestões, o apoio logístico ao me acompanhar até Curitiba, sua disposição em manejar meus momentos de dúvida e fraqueza, tornaram tudo mais tolerável. Muito obrigada.

Agradeço a minha sogra, Neusa J. Simon, que proporcionou cafés para afago no coração e descanso da cabeça e também se dispôs a me ouvir falando sobre a pesquisa e apresentações, dando sua valiosa opinião e me ajudando a articular minhas falas em eventos de maneira mais clara e objetiva.

Por último agradeço àquele que tornou tudo isso possível, pois é dele que vem minha força e determinação, é ele o motivo pelo qual eu continuo lutando, é ele quem dá o caminho a minha vida e faz tudo ser sentido com mais amor. Nunca poderei ser grata o suficiente ao meu filho Caetano, o qual, em idade tão tenra, se mostrou uma criança muito gentil e compreensiva, o qual, mesmo durante dois anos de muita dificuldade por conta do isolamento necessário dada a pandemia do Covid-19, se manteve paciente em suas demandas e aceitou com sorriso no rosto meus momentos de “ausência” enquanto participava de eventos ou lidava com minhas fontes e escrita. Obrigada, Caetano, por ser o filho que você é.

## **Resumo**

Este trabalho teve por objetivo estudar a população feminina da vila de Nossa Senhora dos Pinhais de Curitiba entre meados do século XVIII ao início do século XIX, analisando, por uma perspectiva interseccional as vivências das mulheres e o trabalho feminino. Procurei identificar, sobretudo, os espaços e posições ocupadas pelas mulheres considerando as condições sócio econômicas e étnicas, para tanto elaborei um levantamento historiográfico apontando as perspectivas adotadas e os temas abordados sobre a história das mulheres do período, em um segundo momento fiz um estudo e apresentei o panorama demográfico da vila e, por fim, pesquisei os sujeitos históricos de forma a abordá-los articulando suas condições para compreender as contribuições possíveis de uma perspectiva interseccional para o estudo sobre as mulheres do período.

**Palavras-chave:** Mulheres. Brasil colonial. Trabalho feminino. Vila de Curitiba.

## **Abstract**

This work aimed to study the female population of the village of Nossa Senhora dos Pinhais de Curitiba between the mid-eighteenth century to the beginning of the nineteenth century, analyzing, from an intersectional perspective, the experiences of women and female work. I tried to identify, above all, the spaces and positions occupied by women considering the socio-economic and ethnic conditions, for that I prepared a historiographical survey pointing out the adopted perspectives and the themes approached on the history of women of the period, in a second moment I made a study and I presented the demographic panorama of the village and, finally, I researched the historical subjects in order to approach them articulating their conditions to understand the possible contributions of an intersectional perspective to the study of women of the period.

**Key-words:** Women. Colonial Brazil. Women's labour. Curitiba.



## Lista de quadros e gráficos

<b>Quadro 01</b> Temas na História das mulheres.....	34
<b>Quadro 02</b> Períodos.....	35
<b>Quadro 03</b> Temas nas produções em programas de pós-graduação.....	38
<b>Quadro 04</b> Temas nas produções em programas de pós-graduação.....	39
<b>Quadro 05</b> Os habitantes da vila de Curitiba: 1776 – 1806. ....	47
<b>Quadro 06</b> Domicílios e chefes .....	51
<b>Quadro 07</b> Proporção de chefes e estado civil .....	52
<b>Quadro 08</b> Constituição domiciliar .....	55
<b>Quadro 09</b> Constituição domiciliar dos fogos chefiados por mulheres .....	60
<b>Quadro 10</b> Mão de obra privada de liberdade nos fogos.....	62
<b>Quadro 11</b> Mão de obra privada de liberdade em fogos chefiados por mulheres .....	62
<b>Quadro 12</b> Frequência das categorias utilizadas nos inventários .....	78
<b>Quadro 13</b> Valores em réis dos bens a partir de suas categorias.....	78
<b>Quadro 14</b> Quantidade de sujeitos escravizados em posse das mulheres inventariadas .....	79
<b>Quadro 15</b> Total de mulheres escravizadas dentro do grupo .....	88
<b>Quadro 16</b> Valores totais em bens.....	92
<b>Quadro 17</b> Ouro e prata nos inventários.....	94
<b>Gráfico 01</b> Percentual dos temas apresentados nos trabalhos analisados.....	34
<b>Gráfico 02</b> 1776: 434 chefes no total.....	53
<b>Gráfico 03</b> 1792: 758 chefes no total.....	53
<b>Gráfico 04</b> 1806: 1308 chefes no total.....	54
<b>Gráfico 05</b> 1776: Constituição domiciliar .....	55
<b>Gráfico 06</b> 1792: Constituição domiciliar .....	56
<b>Gráfico 07</b> 1806: Constituição domiciliar .....	56
<b>Gráfico 08</b> 1776: 54 fogos chefiados por mulheres.....	57
<b>Gráfico 09</b> 1792: 150 fogos chefiados por mulheres.....	58
<b>Gráfico 10</b> 1806: 284 fogos chefiados por mulheres.....	59

## **Sumário**

<b>Introdução</b> .....	08
<b>Capítulo I - Historiografia e Categorias: A História das Mulheres no Brasil Setecentista.</b> ....	17
I.I Clássicos da Historiografia Nacional. ....	18
I.II. As ênfases temáticas na História colonial das Mulheres. ....	33
I.III Produções Nacionais: Dissertações e Teses. ....	38
<b>Capítulo II - Um Perfil Demográfico e Econômico da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba: 1776 - 1806.</b> .....	42
II.I A Fundação da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba.....	42
II.II A Vila de Curitiba segundo as listas nominativas .....	43
II.II.I Categorias, População e Bairros da Vila. ....	45
II.II.II As Constituições Domiciliares.....	50
II.III Atividades Econômicas. ....	63
II.III.I Mineração. ....	63
II.III.II Comércio. ....	66
II.III.III Trabalho Doméstico não Remunerado.....	70
<b>Capítulo III - O Trabalho Feminino na Vila de Curitiba e a Interseccionalidade</b> .....	75
<b>Considerações Finais</b> .....	97
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	101
<b>Fontes Documentais</b> .....	108
<b>Fontes Cartográficas</b> .....	109
<b>Anexo</b> .....	110

## Introdução

Durante a graduação participei de duas iniciações científicas e ambas tinham como recorte temporal o século XVIII, porém uma pesquisa tratava de Goiás, no Brasil e a outra tinha como recorte espacial a Inglaterra. Por quatro anos estudei a historiografia sobre o período setecentista e foi durante estes estudos que percebi o que depois foi elaborado como a questão que culminou no problema desta pesquisa.

Minha pergunta, a partir do que estudei, era se uma perspectiva interseccional e interdisciplinar entre os próprios campos da história poderia ampliar as discussões acerca da história das mulheres e do trabalho feminino durante o século XVIII no Brasil colonial. Sendo assim, a base da problemática é a própria historiografia. A partir do século XIX há muitos trabalhos que apresentam esta perspectiva e respondem às demandas atuais da área. Em períodos anteriores, a partir da documentação escolhida para metodologia, não seria possível trabalhar, sendo assim, para tentar responder ao problema desta pesquisa o recorte temporal se fez sobre o século XVIII.

O recorte espacial se deu pela possibilidade da efetivação da própria pesquisa, pois há documentação existente e disponível, além do problema de pesquisa contemplar a história do Brasil colonial. Portanto, o intento desta pesquisa foi investigar a possibilidade de ampliação dos debates historiográficos pela adoção de uma perspectiva que considere a interseccionalidade<sup>1</sup> como princípio metodológico e analítico.

Contudo, acatando sugestões, decidi ampliar o recorte para o início do século XIX, para desta forma poder perceber possíveis permanências e alterações na própria história das mulheres da vila de Curitiba devido às possíveis mudanças ocorridas com a virada do século e a vinda família da família real. Como dito, a partir do século XIX, já há muitos estudos que contemplam as questões levantadas por esta pesquisa, portanto decidi me ater ao XVIII, levando a pesquisa até o início do XIX de acordo com as fontes documentais disponíveis.

A justificativa para esta pesquisa encontra respaldo na crença de que uma abordagem interseccional possa ser mais enriquecedora na compreensão, debate e ensino da história. Também é relevante comentar que as mulheres ocupavam e ocupam todos os espaços sociais, contudo ainda podemos ampliar seu espaço na historiografia, pois esta está sempre em movimento em busca de enriquecer o conhecimento histórico.

---

<sup>1</sup> A interseccionalidade “trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002: 177).

Percebo o feminismo e suas manifestações como um projeto político de extrema urgência, sendo a história uma aliada fundamental para o desenvolvimento e alcance de seus objetivos. Ao conhecer melhor as histórias das mulheres, observando as perspectivas adotadas, as categorias analíticas e métodos de análise, consegui perceber possibilidades de ampliar os estudos sobre esses sujeitos históricos a partir da consideração das variadas condições em que se encontravam, condições estas que foram analisadas de maneira articulada, para que assim possamos ampliar as discussões sobre a estrutura socioeconômica e cultural em que estes sujeitos históricos estavam inseridos e as suas experiências.

Louise A. Tilly, em um texto publicado em 1994, relata que certa vez assistiu a um seminário no qual um historiador das mulheres apresentou uma interpretação dos escritos polêmicos de Olympe de Gouges e da recepção que tiveram durante a Revolução Francesa. Continuando seu relato, Tilly comenta que um historiador da Revolução, levantou-se no momento das questões e perguntou, com sua entonação fanhosa do leste dos Estados Unidos: "Agora que eu sei que as mulheres participaram da Revolução, que diferença isto faz?" (TILLY, 1994: 29).

Segundo Tilly, aquele evento sugeriu que

(...)há duas tarefas cada vez mais urgentes que se apresentam à história das mulheres: produzir não somente estudos descritivos e interpretativos, mas também estudos que resolvam problemas analíticos, e vincular as descobertas que decorrentes desses às questões gerais que há muito estão postas à história.

Isto não é um apelo para integrar a história das mulheres a uma outra história, o que poderia significar apenas acrescentar materiais sobre mulheres e gênero sem analisar suas implicações, mas é um apelo para escrever uma história analítica das mulheres e para vincular seus problemas àqueles das outras histórias. E exclusivamente através desta confrontação que a história das mulheres terá possibilidades de modificar o quadro geral da história no seu conjunto. (1994: 29-30)

Seguindo o raciocínio de Tilly, minha pesquisa não se trata de revisitar exaustivamente a historiografia, os trabalhos que cito compreendem um período de pouco mais de quarenta anos de produção e com temas e protagonistas que não se distanciam do meu próprio objeto, porém a partir dos trabalhos utilizados no primeiro capítulo pude levantar as questões em busca de respostas que dessem conta do que Tilly sugere e assim ampliar os debates para que as histórias das mulheres tenham cada vez mais espaço na historiografia. Sendo assim, após o primeiro capítulo e apresentação da historiografia fui em busca de colocar em prática a teoria e me foquei na documentação utilizada para investigação apresentando as mulheres da vila de Curitiba.

Por fim acredito que esta pesquisa auxiliará na queda de preconceitos sobre as mulheres que até a atualidade se mantêm e também ampliará a percepção sobre as práticas e dinâmicas do Brasil setecentista.

O objeto de investigação desta pesquisa são as mulheres da vila de Curitiba entre a segunda metade do século XVIII e início do XIX. As mulheres aqui foram identificadas e observadas como sujeitos históricos e definidas a partir do reconhecimento do sexo biológico determinado na certidão. Junto a esses sujeitos também constituem como objeto de pesquisa seus trabalhos designados como *trabalho feminino* nas modalidades livre, compulsório e doméstico não remunerado.

No que diz respeito à história das mulheres, contemos com o que Joan Scott (1991) apresenta sobre as perspectivas teóricas que trabalharam as categorias *mulher* e *gênero*. Embora eu utilize a categoria *mulher*, é importante observar que atualmente as pesquisas que adentram na temática que interessa a este estudo, comumente se utilizam da categoria *gênero*. Para explicar tal alteração e suas implicações, recorro ao que Scott nos traz, pois poderemos compreender sobre o prévio uso da categoria *mulher* e sua alteração para *gênero*.

De acordo com Scott há três perspectivas nos estudos de gênero. A primeira vertente apresentada pela autora analisa as relações de gênero a partir das noções de patriarcado, que envolvem o domínio dos homens sobre as mulheres e a relevância da continuidade geracional. A segunda perspectiva, de tradição marxista, tenta articular as demandas do feminismo da segunda onda<sup>2</sup> ao materialismo histórico dialético, também partindo de estudos sobre cultura patriarcal, mas somando aspectos da divisão sexual do trabalho. A terceira abordagem se configura pelas influências dos/as pós-estruturalistas franceses/as, dos/as, teóricos/as da relação-objeto anglo-americanos/as e a psicanálise, trabalhando suas análises pelas leituras sobre feminino e masculino, sexualidade, identidade e linguagem (SCOTT, 1991: 77 - 79).

Ainda buscando elucidacões em Joan Scott, é possível dizer que as narrativas históricas que abordaram o tema história das mulheres pelo uso da categoria *mulher* partiam de uma leitura binária e limitada ao antagonismo de homens *versus* mulheres, afinal, segundo a historiadora, “a história das mulheres diz respeito ao sexo ou à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica” (SCOTT, 1991: 74). Contudo, quando as

---

<sup>2</sup> O movimento feminista pode ser entendido como um conjunto de teorias e ações que, ao longo do tempo, se dividiram em fases, também chamadas de “ondas” e aconteceram em diversos lugares do mundo, mas nem sempre simultaneamente. O feminismo de “segunda onda” surgiu após a II Guerra Mundial e pode ser identificado como as “lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e o contra o patriarcado” (PEDRO, 2010: 115). O nome desta fase do movimento foi considerado para poder ser feita a diferenciação entre a “primeira onda” em que as lutas se voltavam, principalmente, ao direito político – poder votar e ser eleita. (PEDRO, 2010: 115).

pesquisas e produções se voltaram à categoria *gênero*, o que pude averiguar e será demonstrado a seguir, é que as mesmas preocupações, ao menos na historiografia sobre as mulheres do Brasil setecentista, permaneceram, ou seja, as histórias das mulheres pela análise das relações de gênero (relações de poder) continuaram distante de narrativas que enquadrassem em suas explanações aspectos econômicos.

Corroborando esta interpretação, temos, conforme a historiadora Margareth Rago (1995: 81 - 91) nos diz, que a história cultural e os estudos de gênero se apartaram, ou nunca nem mesmo estiveram juntos, do materialismo histórico e da história social. A exceção que confirma a regra é a obra *O Avesso da Memória* (FIGUEIREDO, 1993), que expressa a junção da abordagem da história cultural às premissas do materialismo histórico e de uma história social.

A alteração e a adequação categórica na metodologia que aplicava *mulher* e passou ao uso da categoria *gênero* se deu, ainda conforme Scott, porque *gênero* tem uma conotação mais objetiva que *mulher*, o termo *gênero* inclui as mulheres sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça (SCOTT, 1991: 75).

Porém, cabe ressaltar que, além da busca pela erudição e legitimidade acadêmica, *gênero* se justifica pela exclusão da premissa de que as realidades (masculina e feminina) devem ser apartadas para serem analisadas; e pela rejeição de explicações biológicas para que possa haver elucubrações sobre as relações sociais entre os sexos (SCOTT, 1991: 74 - 75), tornando-se, assim, uma forma de explicar construções culturais (SCOTT, 1991: 75).

Gisela Bock (1989: 158 - 187) também nos auxilia a compreender as perspectivas, as demandas temáticas e a historiografia, segundo a autora

Desde o início que o objetivo das mulheres na história não foi o de simplesmente preencher vazios da investigação ou introduzir descobertas nas *categorias historiográficas tradicionais*. Exigia sim uma *nova visão* da e na história.” (BOCK, 1989: 160) (grifos meus).

É preciso enfatizar que há diferença entre a história das mulheres e os estudos de gênero na História. Até o final dos anos 1990, o mais comum nas pesquisas e produções eram análises que considerassem a categoria *mulher*, no entanto, após este período, os estudos foram ampliados e passaram a utilizar *gênero*. A predominância, antes dos anos 2000, era da categoria *mulher* com maior parte de leituras que expusessem relações familiares e o patriarcado. A partir

dos anos 2000, o discurso tomou outra forma, a categoria se reconfigurou para *gênero* e a sexualidade entrou em voga<sup>3</sup>.

Nesta pesquisa não abordarei questões identitárias subjetivas e sexualidades pois estas não fazem parte dos objetivos da pesquisa<sup>4</sup>, portanto utilizarei o sentido da categoria *mulher* como reconhecida no nascimento do indivíduo, ou seja, o sexo biológico. Desta forma ao usar *gênero*, o sentido aplicado será aquele vinculado ao sexo do sujeito, assim como pelo seu valor heurístico (RÜSEN, 2007) em consideração com o que as fontes apresentam. Ainda assim, a presente pesquisa se nutre da quebra de paradigma propiciada pelos estudos de gênero, sobretudo no que diz respeito ao desafio a uma leitura exclusivamente binária das relações e à consequente articulação da história da mulher a dinâmicas políticas e econômicas mais amplas.

Após este breve esclarecimento sobre as categorias, para amplificar a discussão e explicitar os usos de *mulher* e *gênero* nas análises históricas e suas apresentações na historiografia, passarei às produções historiográficas no primeiro capítulo. Para analisar essas produções utilizei como suporte analítico a perspectiva de Michel De Certeau em sua obra *A Escrita da História* (1982). Para o autor, toda obra de história articula lugar social, prática e escrita. Ao buscar informações sobre o lugar social, elucidamos de onde fala aquele/a que escreve, como se insere no campo com o qual dialoga, agindo e sendo influenciado por ele. Isto pode explicar o contexto do qual o/a autor/a se utiliza para falar sobre determinado assunto. A prática busca demonstrar que aquele/a que emite uma informação ou uma ideia a emite de formas diversas, dependendo de sua função social. Práticas diferentes não necessariamente invalidam umas às outras, mas devem ser interpretadas de formas distintas e/ou complementares. Já a escrita demanda diversificadas estruturas de texto de acordo com o público alvo ao qual ela se destina, mas esta também depende da prática e do lugar social.

Os objetivos deste estudo se concentraram em apresentar produções historiográficas sobre o Brasil setecentista que tematizaram mulheres e o trabalho feminino, investigar as formas e espaços (assalariado, compulsório, doméstico não remunerado, rural e urbano) do trabalho feminino na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba, pesquisar as estruturas

---

<sup>3</sup> Para mais informações sobre a história da historiografia sobre a temática, recomendo a leitura de Gilmária Salviano Ramos (2011: 110 - 125).

<sup>4</sup> Apresentar produções historiográficas sobre o Brasil setecentista que tematizaram mulheres e trabalho feminino. Investigar as formas e espaços (assalariado, compulsório, autônomo, doméstico não remunerado, rural, urbano) do trabalho feminino na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. Pesquisar as estruturas familiares para abordar questões acerca do trabalho doméstico não remunerado a partir das perspectivas da economia feminista.. Elaborar uma narrativa histórica que demonstre colaborações intra-históricas, para que, assim, o discurso possa documentar e apresentar “as vidas daqueles esquecidos e apagados dos relatos sobre o passado” (SCOTT, 1999: 24), tais como as mulheres trabalhadoras do Brasil setecentista.

domiciliares para compreender as funções e posições das mulheres nos fogos e abordar questões acerca do trabalho doméstico não remunerado a partir da perspectiva da economia feminista. E, por fim, elaborar uma narrativa histórica fluída e acessível para todos e todas que se interessem por história, independente de formação acadêmica e idade, que demonstre colaborações intra-históricas e interdisciplinares, para que assim o discurso possa documentar e apresentar “as vidas daqueles esquecidos e apagados dos relatos sobre o passado” (SCOTT, 1999: 24), tais como as mulheres e o trabalho feminino do Brasil setecentista.

A metodologia foi elaborada a partir da compreensão de uma epistemologia que dite não haver nulidade de uma perspectiva sobre a outra e de que o diálogo intra-histórico e interdisciplinar é benéfico, portanto, após o estudo de obras e autores/a que tematizaram *mulheres e trabalho*, percebi que a articulação das categorias *gênero, classe e raça* me levaria a cobrir amplos aspectos sobre as relações sociais e econômicas das mulheres da vila de Curitiba setecentista.

Considerando que “a linguagem conceitual é, em si, um meio consistente para problematizar a capacidade de experiência e a dimensão teórica” (KOSELLECK, 2006: 109), que os “significados dos termos empregados no documento ganham importância de caráter social e histórico” (KOSELLECK, 2006: 101), e que “os sistemas sócio econômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem se identificar nem se hierarquizar” (DE CERTEAU, 1982: 69), compreendo que a cultura, a linguagem e os discursos agem sobre, mas também são influenciados pelo sistema econômico.

Sendo assim, na tentativa de buscar uma confluência metodológica e diálogo entre campos e temas, considerei quais significados e variações históricas definiram as categorias de análise e, na tentativa de superar “as dicotomias e os dualismos entre o individual e o coletivo, o biológico e o cultural, a emoção e a razão, a objetividade e a subjetividade” (MOLON, 2011: 614), abordei o sujeito epistêmico como agente e também como produto, pois “o sujeito e o social são mutuamente constituídos e reciprocamente constituintes” (MOLON, 2011:619).

A forma de apreender e expor os conceitos pode dar-se pelo que trazem as fontes, a abordagem do/a pesquisador/a e a bibliografia que o/a auxilia. Para *raça*, por exemplo, segundo o historiador Raminelli (2015), há três vertentes teóricas que interpretam e trabalham o seu significado. Além de atentarmos às perspectivas que abordam a categoria, também devemos direcionar nossa atenção à época em que o termo aparece nos discursos, seja nas fontes ou nas narrativas históricas construídas posteriormente, ou seja, a noção sobre raça variava nos documentos, o que ressaltou a importância de entender e apontar o que as fontes colocaram.



Para a categoria *gênero*, segundo Joan Scott, há três perspectivas teóricas, e, pelo menos, duas formas de entender, sendo uma biológica e outra social. Também cabe ressaltar que *gênero* aparece como categoria somente no final do século XX. Do século XVIII ao início do XX as teorias sociais que enquadravam questões sobre mulheres trabalhavam pela perspectiva de uma posição antagônica entre masculino e feminino (SCOTT, 1991).

Em minha abordagem o entendimento conceitual deu-se pela ideia que nos apresenta Scott: há uma intersecção de gênero com raça e classe, e as desigualdades de poder social são constituídas com base nessas três condições, ou seja, a mulher não pode ser vista apenas pelo aspecto biológico, mas como um constructo social que é impactado por pressões culturais (SCOTT, 1991: 73).

Para o pretendido por esta pesquisa, analisar a história das mulheres da vila de Curitiba somente sobre uma das três condições não seria coerente com a problemática, pois pela historiografia observamos que trabalhadoras brancas e negras, de mesma camada social, se distinguiram, com o primeiro grupo se distanciando do segundo apoiado em preconceito cultural e racial (FARIA, 2000: 79). Ao entenderem o comércio de rua como trabalho de “negra” (FARIA, 2000:76), as trabalhadoras brancas se afastaram dessa atividade (FARIA, 2000: 76), portanto, mesmo estando em condições socioeconômicas similares, ao que tudo indica “não havia uma definição consistente de si mesmas no que diz respeito à consciência, clareza de objetivos e à estruturação da organização da classe” (THOMPSON, 1998: 56-57).

A categoria *classe*, no que diz respeito a este estudo, será abordada de forma a considerar a posição social que corresponde à riqueza material e tradição, sendo assim serão utilizadas as expressões *camadas altas* (mulheres que dispõem de prestígio social e/ou bens materiais), *camadas médias* (profissionais liberais e proprietárias de pequenos comércios) e *camadas baixas* (escravas, empregadas assalariadas ou autônomas sem, ou com poucas, posses), como também termos que adjetivam riqueza e pobreza.

A decisão para o constructo teórico metodológico e adoção de uma perspectiva interseccional nesta pesquisa é argumentada pelas impossibilidades de trabalhar com o próprio problema, pois se minha abordagem considerasse somente a condição de gênero, as diferenças entre as mulheres de camadas sociais diferentes acabariam por ser ignoradas. Na história houve proprietárias de escravas e empregadoras que exploraram a mão de obra de suas trabalhadoras, ao partirmos dessa afirmação, constatamos que a condição feminina não deve ser percebida de forma exclusiva para apresentar realidades das mulheres de maneira coletiva, afinal, ao vermos

mulheres explorando o trabalho de outras mulheres, podemos afirmar que há um poder sendo exercido e este provém de pessoas do mesmo gênero.

Se decidisse me ater somente às relações de produção e diferenças entre mulheres ricas e mulheres pobres, acabaria ignorando que mesmo entre mulheres de camadas altas, mas de raças diferentes, as realidades também se apresentavam de maneira díspares. Faria, por exemplo, nos mostra que algumas alforriadas tornaram-se mulheres de muitas posses, sendo proprietárias até de escravos e escravas, porém, por serem negras e ex-escravas, embora fossem ricas, ainda carregavam o estigma da pobreza (FARIA, 2000:69 - 80). Ainda, considerando esse mesmo exemplo, percebo que se me ativesse somente à questão racial também incorreria na não observação de diferenças, pois não se pode ignorar as variadas realidades que o gênero e o poder econômico atrelavam aos sujeitos, ainda que fossem de mesma origem ou aspectos raciais similares.

Sendo assim, para que pudesse haver fluidez e coerência metodológica, foi necessário contextualizar os conceitos utilizados como categorias analíticas, de forma a considerar a possibilidade de diálogo entre as abordagens para *gênero*, *classe* e *raça*. Isso também auxiliou a evitar anacronismos que tendem a agregar sentidos e juízos do tempo presente sobre o passado.

Embora não haja para meu recorte autores e autoras que trabalharam as categorias que proponho de forma articulada, há, para outros recortes, aqueles/as que se empenharam em tal jornada, como podemos ver na obra de Annie McClintock. A historiadora, em seu livro *Couro Imperial* (2010), ao nos contar sobre a colonização e expansão inglesa sobre a África, apresenta os aspectos metodológicos e justificativas para articularmos as categorias *gênero*, *classe* e *raça*. Seja no contexto da expansão e colonização inglesa, seja nos movimentos de Portugal e suas colônias, gênero, classe e raça não são “distintos reinos da experiência”, que podem ser percebidos e interpretados separadamente (McCLINTOCK, 2010: 19). Para dar conta da complexidade das relações sociais e econômicas ao longo do tempo é necessário não apenas mobilizar categorias de análise, mas articulá-las entre si. McClintock alerta que os entrelaçamentos entre esses domínios não devem implicar em reduções de uns sobre outros. Em verdade, são as relações que importam, suas reciprocidades constitutivas e as contradições que as animam (EFREM, 2013: 382).

Em *Enganos Mútuos* (2010: 204 - 295), podemos ver como a historiadora apresenta resultados de uma análise que se norteou pela articulação das categorias *gênero*, *classe* e *raça*. A autora, ao expor sua pesquisa sobre o sabão e sua propaganda, assim como sobre os escritos

e a vida de Oliver Schreiner, destaca os entrecruzamentos e as articulações. São por esses cruzamentos que a pesquisadora percebe a racialização e a sexualização da mercadoria. Citando Marx (2010: 208), a historiadora observa como o sabão tornou-se uma mercadoria produtiva, como um produto tão representativo do espaço doméstico migrou para as colônias e apresentou-se às classes subalternas como símbolo de purificação racial, e como a África, “conquistada pelas mercadorias domésticas, reafirmava sua ‘feminilidade’ na retórica imperialista” (EFREM, 2013: 382).

Para o primeiro capítulo fiz uma revisão historiográfica afim de compreender e apresentar o estado da arte e com isso observar as categorias analíticas e temáticas apresentadas nos trabalhos que trataram da história das mulheres do Brasil setecentista. Para os capítulos posteriores me foquei em investigações diretamente sobre meu objeto observando as listas nominativas, inventários e os livros de notas do 1º tabelionato de Curitiba que incluíssem as mulheres da vila de Curitiba.

Para o segundo capítulo fiz um levantamento de dados e uma análise quali-quantitativa das listas nominativas para compreender sobre as formações dos fogos na vila. Para isso elaborei quadros e gráficos percentuais observando os fogos de maneira geral e sem distinção entre chefes de domicílio e depois filtrei para apenas os fogos constituídos com chefes mulheres.

No terceiro capítulo, em busca de respostas sobre as condições materiais, o cotidiano das mulheres da vila e seus trabalhos, cruzei informações que obtive das listas nominativas com os inventários das mulheres falecidas que deixaram bens e com os livros de notas do primeiro tabelionato de Curitiba. Neste capítulo utilizei casos específicos de algumas mulheres para demonstrar as possibilidades de uma perspectiva interseccional e assim apontar as variadas experiências das mulheres da vila, junto a isso me utilizei de bibliografia especializada para poder apontar comparações entre as mulheres da vila de Curitiba com outros espaços da colônia e para fora dela, tal como também fiz ao observar seus trabalhos em busca de conexões espaciais.

## Capítulo I - Historiografia e Categorias: A História das Mulheres no Brasil Setecentista

A presente pesquisa visa ampliar as discussões sobre as dinâmicas econômicas e sociais que envolviam as mulheres e o trabalho feminino<sup>5</sup> na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba durante o século XVIII e início do XIX. Para melhor fundamentar o enquadramento do objeto e esclarecer a contribuição pretendida com esta investigação, será realizado neste capítulo um levantamento e análise sobre o estado da arte para que seja possível compreender as categorias trabalhadas e apresentadas na historiografia sobre o período estudado e a temática. Com isso também será possível observar as diversas experiências e condições das realidades das mulheres no Brasil setecentista. À discussão historiográfica serão cotejadas fontes diversas (exploradas de forma sistemática no capítulo II e III) que auxiliarão na análise.

A história das mulheres no Brasil Colonial, desde os anos 1970, encontra respaldo na academia e espaço nas editoras com a publicação de diversas obras de historiadoras e historiadores. Portanto, é necessário um atento e cuidadoso olhar sobre o que os programas de pós-graduação em História e os livros de história nos trazem. Desta forma, tratarei neste capítulo das obras historiográficas (artigos, livros, dissertações e teses) que trouxeram à luz a história das mulheres no Brasil setecentista. Assim, será possível perceber a evolução dos estudos, as perspectivas adotadas, permanências, alterações e resultados, o que me possibilitará elaborar minha contribuição com o devido embasamento.

Para refletir e discutir sobre as pesquisas que tematizaram as mulheres do Brasil setecentista, em um primeiro momento apresentarei obras, capítulos de livros e artigos científicos (ver Anexo 01), depois recorrerei a teses e dissertações. A seleção baseou-se no recorte espacial e temporal que os/as autores/as utilizaram, assim como o próprio tema, ou seja, Brasil setecentista e mulheres. Minha opção pelos autores e autoras também se deu devido às suas contribuições à historiografia.

---

<sup>5</sup> Trabalho como exemplo do que comprova a condição humana dos sujeitos enquanto seres sociais e práticos. O trabalho é a objetivação que garante a condição humana, ou seja, é o que configura a humanidade. Ele é percebido como uma capacidade de transformar a natureza para atender necessidades humanas, o resultado da transformação são produtos atribuídos de valor (simbólico ou material). Já a força de trabalho é uma mercadoria, pois “o trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens” (MARX, 1932). O trabalho, como nos coloca Jacob Gorender em prefácio do Livro I d’O Capital, é “o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais” (2013: 48). Contudo, também utilizarei uma concepção mais ampla, ao mesmo tempo que sintética, considerando trabalho toda atividade física ou intelectual, remunerada ou não, disposta a alterar a natureza de algo. Ao partir desta perspectiva acredito que considerações acerca do trabalho doméstico serão melhor possibilitadas.

## **I.I Clássicos da Historiografia Nacional**

Para análise historiográfica a exposição dos trabalhos observados seguiu de acordo com a aproximação dos mesmos com as questões sobre mulheres e trabalho feminino e seguiu afunilando para apenas mulheres, portanto, conforme segue a exposição, as análises se voltam às pesquisas que apresentam a história das mulheres, dentro do recorte temporal e espacial, mas independente das temáticas e áreas da história. Sem pretender ser exaustiva no tratamento de toda a literatura, a definição do elenco de estudos aqui mencionados levou em consideração a contribuição realizada, a repercussão na historiografia e a influência dos autores no campo. O objetivo é propiciar uma amostragem qualitativa sobre a própria história das mulheres no período, evidenciando como ela foi e é produzida, quais as categorias são trabalhadas e quais perspectivas são utilizadas.

A exposição dos trabalhos tentou dar ritmo e leveza à leitura e, para isto, foram considerados os temas. Como dito anteriormente, primeiro foram tratadas as pesquisas que trataram do trabalho feminino, para depois afunilar somente para mulheres. A ordem das exposições é impossibilitada de seguir uma regra cronológica pois o que importa são os ganchos temáticos para que haja coesão textual, logo se perceberá que ao terminar as elucubrações sobre um trabalho, a pesquisa seguinte apresentada terá algo que a conecte com a anterior, ora a própria temática, ora a própria autoria. Isso auxiliará na fluidez da leitura, mas também na compreensão da história das mulheres como um campo, ao percebermos as influências e arcabouços teóricos dos autores e autoras e como eles se relacionam, assim como também contribuir aos entendimentos sobre as condições do ser mulher no Brasil colonial.

Para dar início às análises trago as contribuições de Luciano Raposo de Almeida Figueiredo, mestre e doutor em história social pela Universidade de São Paulo. A história social, de acordo com Hebe Castro, como forma de abordagem, prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – sociais – na explicação histórica (CASTRO, 1997: 49). Ainda segundo Castro, a história social do Brasil colonial, desenvolvida na Universidade de São Paulo, privilegiava temas clássicos da chamada História das mentalidades (CASTRO, 1997: 52). Ao mesmo tempo, Figueiredo, que obteve seus títulos de mestre e doutor entre 1989 e 1996, vivenciava o momento em que a nova história cultural (BURKE, 2005) causava forte influência sobre historiadores/as.

Durante o mestrado, doutorado e estágio de pós-doutorado, Figueiredo foi orientado por Fernando Antônio Novais, historiador e docente que atuava e atua nas subáreas de historiografia

e história econômica, o que, talvez, tenha colaborado na aproximação de Figueiredo com uma abordagem que considera os aspectos econômicos da colônia. Embora, durante o mestrado, Figueiredo tenha se voltado mais às questões de uma história cultural que abordasse aspectos sobre a vida familiar em Minas Gerais, durante o doutorado o pesquisador voltou-se a questões sobre revoltas, ideias políticas e economia – mentalidades, revoltas populares e aspectos econômicos da colônia. Esses são temas que Figueiredo enfrenta em diversas de suas pesquisas e publicações. Nos importa entender estas questões sobre a formação do historiador pois desta forma podemos compreender melhor seu arcabouço teórico e suas perspectivas analíticas.

Os trabalhos do autor abordam as mulheres mineiras do Brasil setecentista. Ao nos levar para as Minas Gerais, com a obra *Avesso da Memória* (1993), o historiador, conforme destaca Laura de Mello e Souza no prefácio do livro (FIGUEIREDO, 1993: 9 - 14), nos apresenta uma história das mentalidades e do cotidiano mineiro setecentista. E, conforme observa o próprio autor, sua pesquisa e escrita foram possibilitadas por conta de uma situação em que caminhos foram abertos anteriormente por autores como Eduardo Frieiro e Laura de Mello e Souza (FIGUEIREDO, 1993: 33), assim

(...) abertos esses caminhos, cremos que a história social mineira pode, a partir de então, contribuir ainda mais para o repensar de alguns mitos que, não fosse o esforço de alguns, pareceriam insuperáveis. (FIGUEIREDO, 1993: 33)

Esta contribuição se apresenta quando Figueiredo nos traz diversos detalhes sobre as vidas das trabalhadoras das Minas Gerais, principalmente das vendeiras ambulantes e das comerciantes proprietárias de tabernas, como podemos ver no capítulo *Comércio Feminino e Tensão Social* (1993: 31).

Ao ter como objeto as mulheres comerciantes, Figueiredo demonstrou a importância da atuação das mulheres no comércio da capitania das Minas Gerais. Ele nos mostra, a partir de minuciosa análise de vasta documentação como devassas eclesiásticas, correspondências oficiais, estatutos, memórias, atas, alforrias, entre outras, que o contingente feminino na administração e propriedade de vendas era maior que o masculino (1993: 54 - 55). Tais vendas, além de suprirem as demandas por mercadorias de consumo básico (1993: 43), também serviam como espaços para interações sociais diversas, como encontros amistosos, contratação e uso de serviços de prostitutas e local para escravos confabularem e arquitetarem fugas ou trocarem mercadorias contrabandeadas (1993: 42 - 44).

Além das vendeiras, conhecemos as histórias das comerciantes ambulantes — responsáveis pela distribuição de gêneros de consumo leveiro (FIGUEIREDO, 1993: 44), que,

em sua maioria, eram escravas ou forras e forneciam um serviço indispensável a quem, durante sua jornada de trabalho, precisava se alimentar (FIGUEIREDO, 1993: 44), portanto, a partir destes dados Figueiredo nos aponta o papel fundamental das mulheres escravas e forras, um recorte necessário ao se fazer comparação com outras condições como de mulheres livres e brancas. Esta análise, que preza aspectos sociais e o cotidiano, vemos se repetir no livro *Barrocas Famílias* (1997). Neste livro o autor aborda preceitos de estruturas de poder expressos pelas relações familiares conjugais e extraconjugais.

As temáticas exploradas por Figueiredo podem ser percebidas por palavras chaves como: *família, vida familiar, Estado português<sup>6</sup>, cotidiano, paixão, amor, atuação feminina e domicílios*. O historiador, nos capítulos 3 e 4, direciona-se para questões que podem ser exploradas a partir da subjetividade de seus objetos – tal forma de perceber a história nos aponta os caminhos que os estudos sobre as mulheres percorriam no final dos anos 1990 no Brasil.

*Barrocas Famílias* (1997) nos apresenta algumas condições estruturais das realidades do feminino na capitania das Minas Gerais, as quais são percebidas pela cultura<sup>7</sup> da época, contudo, diferente de *Avesso da Memória* (1993), as características econômicas, extraídas a partir de situações de produção e trabalho, não foram alvo de sua análise. Esta associação entre história das mulheres e história da família que percebemos em *Barrocas Famílias* (1997), também vemos no primeiro capítulo de *A Colônia em Movimento*, de Sheila Siqueira de Castro Faria (FARIA, 1998: 39 - 100).

A pesquisadora, em seus trabalhos, ateu-se a temas como: alforrias, história da família, cultura material, história do cotidiano e cafeeicultura. Sua obra, publicada em 1998, é fruto de sua tese de doutorado, escrita e defendida durante a participação no programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense. A partir dos relatos de pessoas, que viveram na capitania Paraíba do Sul, e suas maneiras de viver, sofrer, trabalhar e morrer (FARIA, 1998: 17), Faria nos apresenta uma história do cotidiano da sociedade colonial brasileira durante o século XVIII. Ao analisar registros paroquiais, processos criminais, testamentos, inventários post-mortem, cartas de sesmarias, correspondências para a Coroa e também a literatura da época (FARIA, 1998: 45), a autora nos traz os conflitos e mentalidades daquele período.

---

<sup>6</sup> No Capítulo 1 tais conceitos são trabalhados e desenvolvidos pelo autor.

<sup>7</sup> Cultura como um conjunto de regras de interpretação da realidade que atribuem sentido ao mundo natural e social. Esse conjunto de regras pode ser lido como um sistema simbólico que explica a natureza social de comportamentos, sendo que esses símbolos são decodificados a partir de um código comum a um grupo (VELHO; CASTRO, 1978). Em suma, *cultura*, abordada nesta pesquisa, é trabalhada a partir do significado de que ela é um “todo complexo que inclui *conhecimento, crença, arte, leis, moral, costumes*, e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade” (TYLOR, 1871: 1 *apud* VELHO; CASTRO, 1978: 1).

No Brasil, a História da família foi definida como campo de estudos a partir da década de 1980, orquestrando-se como uma soma de pesquisas em demografia histórica – influenciadas por técnicas francesas de reconstituição de famílias e pelas análises de *household* – e os estudos de sociólogos/as e antropólogos/as sobre o tema. Seguindo de perto as tendências mais gerais da história social após os anos 1970, a história da família se constituiu no Brasil tentando responder aos impasses encontrados em ambas as abordagens (CASTRO, 1997: 50). O diálogo entre a história social, a antropologia e a sociologia impulsionou a tese de Faria e, a partir dele, a pesquisadora aprofundou seus estudos acerca dos aspectos das estruturas familiares. A justificativa para sua pesquisa se baseou no entendimento que é a partir da família que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, originam-se ou convergem (FARIA, 1998: 21).

Em seu primeiro capítulo a autora expõe características da cultura da época, desmistificando o patriarcalismo, a família extensa e a mulher enclausurada como *padrões predominantes* (grifos meus) em alguns lugares do Brasil (FARIA, 1998: 47). Ao apontar a cultura patriarcal e destacar que ela não era hegemônica, afinal ela não se reproduzia de mesma forma em todos os espaços da colônia e nem tinha a mesma abrangência para todas as famílias, pois camadas sociais distintas organizavam a família de formas diversas, e alocar esta cultura como parte estruturante da economia colonial, Faria nos leva a questões que envolvem mulheres livres, forras e escravas, brancas, pardas e negras, ricas e pobres.

A formação de uma família não se atinha a paradigmas morais e legais da mesma forma para todos e todas (FARIA, 1998: 67). Tal constatação pode ser percebida quando a historiadora escreve sobre as motivações e meios para se obter o matrimônio entre camadas sociais distintas. Segundo Faria, para as camadas mais baixas, além do costume e da moral, estabelecer uma família, de preferência com casamento legal, em zonas agrárias do Brasil escravista, era fundamental para economia e estabilidade de uma unidade doméstica (1998: 67). Uma das vantagens percebidas pelo matrimônio se expressava no uso da futura mão de obra dos/as filhos/as, (1998: 53). Essa forma de perceber os/as filhos/as e o casamento não aparecia em famílias ricas, pois essas entendiam a continuidade geracional como possibilidades estratégicas para formação de alianças variadas (1998: 51).

Foi a partir dos estudos sobre as famílias mais pobres que Faria conseguiu mostrar limites do patriarcado, o que antes não era compreendido pelos estudos mais tradicionais (1998: 47). É importante ressaltar que ao perceber os limites do patriarcado, a autora não o nega, apenas demonstra que mulheres presidiam unidades domésticas e tinham certa liberdade de movimento no espaço público, o qual, geralmente, era reservado aos homens (1998: 47), o que pode ser



lido como pontos fora da curva. Faria apresentou uma pluralidade de modelos familiares e de atitudes femininas e os descreveu pelas diversidades de padrões e comportamentos entre as camadas mais humildes e as mais abastadas, comprovando que a população pobre agia, reagia e possuía regras de condutas próprias (1998: 48), o que aponta crítica a entendimentos consagrados sobre a sociedade brasileira, compreensões que tendiam a explicar o caráter do brasileiro a partir das casas-grandes dos engenhos, análise expressa, por exemplo, na obra de Gilberto Freyre (FARIA, 1998: 47).

Mary Del Priore é outra historiadora que colabora com as histórias das mulheres do Brasil setecentista. Priore, tal como Figueiredo, doutorou-se em história social pela Universidade de São Paulo durante os anos 1990, com especialização e pós-doutorado na *École des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, também cursados durante os anos 1990. Desta forma, durante suas pesquisas, a historiadora vivenciava o momento em que a história cultural, de tradição francesa, exercia forte influência. Priore se inseriu no campo de forma a trabalhar questões do cotidiano, da sexualidade, dos modos e costumes que definiam e exigiam comportamentos e experiências traduzidos como condição feminina.

No artigo *Brasil colonial: um caso de família no feminino plural* (PRIORE, 1994: 69 - 75), a autora explora a função que a mãe, ao educar os filhos cristãmente e cuidar com diligência da casa, tem em uma estrutura familiar que se integra ao processo de formação do capitalismo na Idade Moderna (1994: 71). A partir de seu artigo vemos as mulheres, enquanto mães, inseridas em um sistema econômico e como esse papel das mães coloniais correspondia às exigências culturais da época.

A historiadora nos aponta questões vinculadas ao íntimo, ao cotidiano, à maternidade e à violência de gênero. Esse artigo de Priore mostra aspectos sobre a família na sociedade colonial, as medidas punitivas da Igreja metropolitana e seu maior alvo: a mulher (1994: 71). Afinal, a igreja entendia que confinada a casa, delimitada pela privacidade doméstica, a mulher, e sobretudo a mãe, poderia fazer o trabalho de base para o estabelecimento do edifício familiar (1994: 71).

*Igreja, mulher, mãe, família e privacidade*, são significantes que nos remetem a uma história sobre as funções e espaços ocupados e exigidos das mulheres enquanto seres sociais limitados a casa. Neste texto, Priore analisa a violência (do Estado, da Igreja e da sociedade) provinda de um discurso que determinava condutas de mulheres brancas e cristãs a partir de suas casas e as mulheres escravas e seus/as filhos/as ilegítimos/as originados/as por relações sexuais (consentidas ou não) com seus senhores.

Outro trabalho relevante é o capítulo *Magia e Medicina na Colônia* (PRIORE, 2015: 78 - 114), escrito para o livro *História das mulheres no Brasil* (2015).<sup>8</sup> Como destaca Priore, a medicina dos fins do século XVIII unia ciência e fé católica para qualificar as mulheres, as quais, segundo a autora, não se diferenciavam do homem apenas por um conjunto de órgãos específicos, mas também por sua natureza e características morais (PRIORE, 2015: 79).

Ao compreender a natureza das mulheres, expressada a partir de seus corpos que se constituíam como uma disputa entre o céu e o inferno (PRIORE, 2015: 78), a medicina da época se respaldava neste imaginário elaborado pela Igreja para orientar e construir seus saberes (2015: 78). Embora tenham ocorrido tentativas de avanço científico, a historiadora explica que as mesmas foram barradas pela influência da Inquisição e da Coroa (2015: 79 - 80) e as consequências chegavam também ao Brasil, pois, “carente de profissionais, desprovido de cirurgiões, pobre de boticas e boticários, Portugal naufragava em obscurantismo e levava a colônia junto” (2015: 80). Desta forma, o corpo feminino continuou sendo interpretado como resposta de ações diabólicas (2015: 80) e as mulheres, que lutavam contra os limites impostos pela medicina dos homens e da Igreja, eram perseguidas (2015: 81).

O trabalho das curandeiras e benzedoras foi, para Priore, uma alternativa das mulheres para a falta de médicos e cirurgiões e, embora tal trabalho ainda se fizesse sobre as crenças acerca da origem sobrenatural da doença e a ação de entidades malévolas (2015: 81) sobre o corpo feminino, as curandeiras e benzedoras eram responsáveis pela transmissão de saberes e sobrevivência dos costumes e tradições femininas (2015: 81). Contudo, tais práticas, que incorporavam orações, ervas e adivinhações, eram malvistas pela Igreja, a qual passou a perseguir as mulheres que praticavam tais rituais terapêuticos com a instauração de processos-crimes por feitiçaria, como, por exemplo, o processo movido, no século XVIII, contra a escrava Maria, caso que, segundo a autora, esclarece bem a situação vivenciada por tantas mulheres na época (2015: 81).

Além de aprendermos sobre a visão que a Igreja e a ciência médica da época tinham sobre o corpo feminino, com este texto de Priore também conseguimos perceber sobre o trabalho das curandeiras e benzedoras que supriam a falta de médicos, mas também ultrapassavam a limitação do conhecimento médico do período, o qual se focava somente na função reprodutiva do corpo feminino (2015: 82). Analisando tratados, manuais e receituários,

---

<sup>8</sup> Este livro teve ampla repercussão desde seu lançamento até os dias atuais, por isso é importante tratarmos das histórias que ele aborda (comentarei outros capítulos de outros dois autores mais a frente).

a historiadora conseguiu expor o enorme interesse pelo útero e a obsessão em compreendê-lo (2015: 82) da medicina exercida por homens.

É possível perceber uma dicotomia, ao tempo em que o corpo feminino era reduzido a ações diabólicas e à função reprodutora, sendo a medicina a perpetuadora de juízos misóginos, ele também, pelos usos da cultura popular e feminina, transmitida pelas curandeiras e benzedeadas, era um ponto de subversão, pois “desprovidas dos recursos da medicina para combater as doenças cotidianas, as mulheres recorriam a curas informais” (PRIORE, 2015: 88).

Em suma, este trabalho de Priore mostra as percepções sobre o corpo feminino no Brasil setecentista. Ele nos esclarece como as mulheres encontraram na magia e na feitiçaria práticas de resistência e sobrevivência. Resistência por desafiar a coerção e punição da Igreja, sobrevivência por encontrarem, nesses saberes populares, as soluções para falta de médicos.

Outra pesquisadora que colabora com o tema é Marilda Santana da Silva, docente na Universidade Federal do Ceará. Silva desenvolve pesquisas sobre o Brasil Colonial e, atualmente, os temas que mais recebem sua atenção são a administração e atuação política nas capitânicas do norte, principalmente do Ceará. Mas, ainda como bolsista de iniciação científica, a historiadora estudou sobre a atuação da Igreja católica e as mulheres em Minas Gerais, o que, talvez, tenha colaborado nas suas escolhas pelo tema para o mestrado.

A dissertação de Silva foi orientada pela historiadora Leila Mezan Algranti, autora do livro *Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia* (ALGRANTI, 1993). A obra trata da reclusão feminina em instituições religiosas e os entendimentos e exigências socioculturais que moldavam o que Algranti chama de *condição feminina* e também aborda questões sobre as mulheres que, de certa forma, não atendiam às expectativas da sociedade, como órfãs, viúvas e aquelas cujos maridos estavam ausentes (1993: 7).

Por sua vez, a obra de Silva, *Dignidade e transgressão* (2001), inspirada em boa parte por sua dissertação de mestrado, apresenta-nos uma história entre as mulheres e o tribunal eclesiástico na capitania de Minas Gerais. Ao analisar os livros do juízo eclesiástico, a autora expôs as condições, limites e perspectivas do trabalho pastoral, reavaliando os estudos que trataram da condição feminina na colônia (SILVA, 2001: 73).

Segundo Silva, foi possível compreender a multiplicidade dos papéis femininos a partir do envolvimento com o tribunal eclesiástico (2001: 73). A historiadora, em sua pesquisa, demonstrou que as mulheres eram mais autoras do que réis dos processos (SILVA, 2001: 74 - 76), o que pode ser entendido como o reflexo de uma prática de resistência à dominação masculina (SILVA, 2001: 77). Contudo, Silva também nos lembra sobre as diferenças punitivas

entre homens e mulheres de acordo com as premissas de discursos normativos e das relações de gênero (2001: 17), assim como pela qualidade dos delitos e das pessoas (2001: 96), sendo as mulheres vítimas de punições mais severas que as destinadas aos homens.

Aos nos apontar as diferenças de gênero apoiadas pela Igreja católica e seu tribunal eclesiástico, Silva faz uma ressalva e nos diz que

Não se pode falar de uma situação de gênero sem se considerar as interferências exercidas pelos atributos associados à condição econômica e ao status social (...). (...) No entanto, para isso faz-se necessário considerar a condição legal dessas mulheres (escravas ou livres), a condição social (ricas ou pobres) e a etnia (negras, mulatas ou brancas) na busca de normas sociais que regiam as condutas femininas dos diferentes grupos no plano religioso e moral. (2001: 76)

Com esta passagem podemos ler que a autora não apresenta a condição feminina nem o universo feminino como algo homogêneo que responda por todas as mulheres. Silva aponta que entre os pedidos e sentenças havia diferenças entre mulheres da elite e mulheres humildes, sendo o primeiro grupo aquele que mais aparece na autoria de pedidos de divórcio (2001: 111).

Também recorrendo a Minas Gerais como recorte espacial, a historiadora e professora Silvia Maria J. Bruggger, que, em suas pesquisas, costuma trabalhar temas como família e patriarcalismo, nos apresenta, em *Minas Patriarcal: Sociedade e Família* (2007), uma história da capitania mineira durante os setecentos, explorando aspectos culturais e as relações familiares e de gênero.

Embasando-se em Gilberto Freyre e Ronaldo Vainfas para o uso da noção de patriarcalismo (BRUGGER, 2007:19), a historiadora diz que o termo se encontra no Brasil relacionado diretamente ao domínio masculino sobre a família, podendo se manifestar sobre o espaço doméstico (envolvendo não somente parentes consanguíneos, mas também escravos/as e agregados/as) e na esfera política (2007: 47).

A autora sustenta que não há motivos para desacreditar na existência do patriarcalismo, pois está comprovada a importância das relações familiares na constituição das alianças e das amizades desiguais (2007: 62). Assim como Sheila de Castro Faria, a qual, inclusive, foi orientadora de Bruggger durante o doutorado e autora do prefácio da obra aqui comentada, Bruggger também utilizou de uma perspectiva que lê as estruturas familiares como fundamentais na construção da economia colonial.

Também abordando uma história das mulheres a partir de dinâmicas familiares e, além disso, a moralidade colonial, Emanuel Oliveira de Araújo, em “A Arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia” (2015: 45 - 77), capítulo do livro *História das Mulheres no Brasil* (2015)

organizado por Priore e Bassanezzi, nos traz uma história sobre a sexualidade feminina no Brasil colonial. Focado em jovens e mulheres casadas, o autor nos conta sobre o adestramento da sexualidade (2015: 49) realizado pelas figuras do pai, marido, Estado e Igreja (2015: 45).

Ao tratar da sexualidade feminina e sua repressão, Araújo explora as relações de gênero, atravessadas por um discurso de poder, que encontrava forças em uma cultura misógina mantida por uma rede composta por pais, maridos, tios, irmãos e tutores à coerção informal (2015: 45). Para Araújo, a repressão às mulheres encontrava justificativa na ideia de que o homem era superior, portanto, cabia a ele exercer a autoridade (2015: 45 - 46).

Araújo nos apresenta o que podemos chamar de formas de resistência feminina, mas não sem antes dizer que a maioria das mulheres, que ele traz em sua narrativa histórica, pareciam aceitar passivamente a subordinação aos valores misóginos e, sobretudo, as determinações da Igreja (2015: 53). Para percebermos sobre as práticas de resistência que o autor aborda devemos nos atentar aos exemplos sobre a desobediência aos costumes e às condutas tidas como ideais desde a mocinha virgem à senhora casada (ARAÚJO, 2015: 45), à mulher deixando-se levar por seus desejos e entregando-se à luxúria desmedida e sacrílega (2015: 49), chegando à bruxaria e feitiçaria, pois as feiticeiras, essas mulheres teimosas, manipulavam anseios, reforçavam crenças, aguçavam ardores (2015: 48), assim como também, elas mesmas, se entregavam à luxúria ao se darem ao Diabo em cópulas fantásticas (2015: 48). A homossexualidade e a amizade entre mulheres também foram qualificadas como formas de resistência (ARAÚJO, 2015: 65 - 66).

O adestramento da sexualidade pressupunha o desvio dos sentidos pelo respeito ao pai, depois ao marido, além do desvio a uma educação dirigida exclusivamente para os afazeres domésticos (ARAÚJO, 2015: 49). Com esta passagem é possível identificar melhor o objeto de Araújo, a saber, mulheres inseridas em famílias estruturadas patriarcalmente e com acesso à educação formal (ARAÚJO, 2015: 50).

Neste texto de Araújo, conseguimos perceber a atuação do Estado na manutenção e perpetuação de uma cultura misógina, já que, através da legislação vigente da época, a maridos traídos era permitido, pela lei, o assassinato de suas respectivas esposas infiéis (ARAÚJO, 2015: 59 - 60), não havendo para mulheres o mesmo direito caso a situação fosse inversa, tal como vemos também no trabalho de Silva (2001) ao tratar das mulheres e o Tribunal Eclesiástico em Minas Gerais. Vemos também o papel que a Igreja católica desempenhou na repressão das mulheres e na determinação de condutas, e as diferenças de poderes e limites entre homens e mulheres.

Sobre a educação feminina e a que ela se destinava, ampliando para além do que se podia e não se podia fazer com o corpo (ARAÚJO, 2015) e o papel que a mulher deveria ter a partir de uma educação advinda de normas culturais patriarcais, tal como Piore nos mostra (1994), vale mencionar também o texto de Maria Beatriz N. Silva, *Educação Feminina e Educação Masculina no Brasil Colonial* (1977). O artigo apresenta um estudo comparativo entre educação masculina e educação feminina no Brasil colonial (1977: 149).

Silva escreveu seu texto quando a categoria *mulher*, costumeiramente, era utilizada com um viés em que se apontavam dicotomias entre uma história dos homens e uma história das mulheres, um período anterior à busca da legitimidade acadêmica que determinou a substituição de *mulher* para *gênero* (SCOTT, 1995: 75), no qual grande parte das análises ainda não rejeitava a ideia de esferas separadas, o que sustentava uma forma de estudo sobre as mulheres de maneira isolada perpetuando a ideia de que uma esfera, a experiência de um sexo, tenha muito pouco ou nada a ver com outro sexo (SCOTT, 1995, 75).

Analisando os estatutos de colégios jesuíticos, a autora inicia seu texto expondo as diferenças entre educandas ricas e pobres para o ingresso e permanência nas instituições de ensino, o mesmo faz para o caso de educandos (1977: 150 -151). Ao atentar para esta questão, Silva nos mostra, em sua análise, que a questão socioeconômica é colocada como um divisor de realidades, portanto podemos ler uma história que vincula as condições socioeconômicas às condições de gênero, pois percebemos que personagens de mesmo sexo<sup>9</sup> experimentam realidades díspares resultantes de sua condição social.

Segundo a autora, a educação feminina, durante o século XVIII, se concentrou em formar as jovens, “pobres e ricas” (1977:150) para desempenharem duas funções primordiais: guardiãs da economia doméstica e mentoras dos filhos (1977: 152). Esta educação se dava em um ambiente fechado que mantinha as meninas em clausura em uma pequena sociedade de pessoas de mesmo sexo (1977: 153).

Já a educação voltada aos garotos centrava-se em instruí-los para um ofício (SILVA, 1977: 158). A eles era ensinado a Gramática Latina, o Canto (SILVA, 1977: 159 - 160), a Retórica, a História, Geografia, Filosofia Natural, Racional e Lógica (SILVA, 1977: 161 - 164), destas últimas disciplinas não consta, nos estatutos e currículos que a autora analisou, a dedicação do ensino às meninas, portanto eram exclusivas da educação masculina.

---

<sup>9</sup> Silva escreve sem pontuar sobre construções de identidade, o gênero está posto de forma biológica, não cultural e subjetiva, portanto, ao colocar que a autora pontua sobre diferenças entre ricas e pobres, podemos nos ater somente a elas como garotas, sem problematizar se o entendimento de suas identidades atravessava questões identitárias que iam além do sexo biológico.

As diferenças educacionais entre garotos e garotas embasavam-se na crença sobre o lugar que as mulheres deveriam ocupar e nas limitações de uma condição feminina (SILVA, 1977: 158, 159 e 164), a qual, acreditava-se, deveria ser estruturada na aprendizagem da arte de prender a seus maridos, e a seus filhos, como por um encanto, sem que eles percebessem a mão que os dirigia, nem a cadeia que os prendia (SILVA, 1977: 159).

Em suas considerações finais, além dos estudos sobre as diferenças entre educação feminina e masculina, a autora também faz um comparativo entre a educação institucional na metrópole e na colônia. Segundo a historiadora, na metrópole, ao menos para a aristocracia, não havia grandes diferenças entre a educação feminina e a masculina (1977: 164), e, ao trazer a atenção para a colônia, Silva pontua que tudo se passa como se a situação colonial agravasse ainda mais a situação da mulher (1977: 164).

Retorno, agora, ao livro *História das Mulheres no Brasil* (2015) para apresentar uma narrativa histórica sobre as mulheres indígenas, que embora não se conecte com as histórias até aqui apresentadas, se faz necessário porque além de abordarmos a questão étnica, também ampliamos a discussão sobre mulheres e suas vivências na colônia. Para tal objetivo me ative ao capítulo de Ronald José Raminelli, que pesquisa cultura e sociedade brasileira colonial. Em *Eva Tupinambá* (2015: 11 - 43), o historiador trabalha com um recorte anterior ao século XVIII, porém, por escrever sobre as descrições da mulher indígena (RAMINELLI, 2015: 12) no Brasil colonial, fez-se necessário abordar seu trabalho. Ademais, em breve passagem, o autor comenta sobre o que escreveu Antônio de Santa Maria Jaboatão, já no século XVIII, a respeito de uma indígena idosa (2015: 39), nos trazendo, assim, um pouco sobre as percepções acerca do universo feminino indígena no Brasil setecentista.

Seu recorte enquadra os séculos XVI e XVII – portanto não tão distante do recorte desta pesquisa, além disso, especialmente nos localizamos no mesmo objeto, e, por fim, Raminelli traz a categoria *mulher* e também nos apresenta uma forma de abordar o conceito de *etnia*.<sup>10</sup>

O historiador, a partir da análise das narrativas dos colonizadores, trabalhou, em seu texto, aspectos do cotidiano ameríndio (RAMINELLI, 2015: 12). Desta forma vemos uma história das mulheres escrita pelo olhar do outro, este sendo traduzido em relatos de viagem (2015: 11), alegorias em gravuras (2015: 29), crônicas (2015: 27) e histórias propagadas por missionários (2015: 26).

---

<sup>10</sup> Nesta pesquisa um dos objetivos é apresentar possibilidades metodológicas para articulação das categorias *gênero*, *classe* e *raça*, porém, é preciso observar que, cada vez mais, aparecem demandas de pesquisadores/as para que *etnia*, assim como *geração*, sejam incluídas nas análises que prezem as três condições sociais supracitadas.

A preocupação do autor transcreve-se em explicações sobre os aspectos culturais dos tupinambás com foco nas mulheres. Os interesses de Raminelli se ocuparam em explorar as dinâmicas familiares (2015: 18) dos Tupinambás, assim como determinantes de maturidade sexual e sexualidade, como podemos ver nos subtítulos *De menina a Mulher* (2015: 16), *Classes de Idade* (2015: 20) e *Sexualidade Indígena* (2015: 25). Por fim, o pesquisador se volta a apresentar as histórias sobre cerimônias e rituais daquela comunidade.

O que compreendemos neste texto sobre a cultura tupinambá parte de observações advindas de culturas externas àquela comunidade. Vemos a expressão de uma representação do feminino indígena carregada de influências da tradição religiosa ocidental (RAMINELLI, 2015: 12) e da teoria da degeneração (RAMINELLI, 2015: 42), ou seja, acabamos por apreender mais sobre a mentalidade europeia do que sobre as mulheres indígenas brasileiras (FERNANDES, 2019). Não percebemos muito sobre as indígenas, afinal o que é posto sobre elas parte de olhares de fora daquela cultura, mas a leitura do texto se faz importante justamente para nos ajudar a compreender a historiografia que aborda a história das mulheres.

Na intenção de completar o conjunto historiográfico aqui examinado com abordagens que articulam a história das mulheres a aspectos raciais e estatutários, típicos da sociedade do Antigo Regime, destaco a seguir os textos do professor João Fragoso e retorno a Sheila Siqueira de Castro Faria.

Fragoso, durante suas pesquisas para mestrado e doutorado, foi orientado por Maria Yedda Leite Linhares – historiadora que, durante a ditadura militar no Brasil, foi severamente perseguida e aposentada compulsoriamente, e pesquisou, entre diversos temas, a História agrária do Brasil. A aproximação entre orientando e orientadora se denota nas temáticas de interesse de Fragoso, as quais foram apresentadas nas pesquisas desenvolvidas durante sua pós-graduação, pois o historiador estudou sobre os sistemas agrários em Paraíba do Sul e os comerciantes e fazendeiros no Rio de Janeiro.

Em seu texto *Efigênia Angola* (FRAGOSO, 2010: 74 - 106), João Fragoso nos apresenta, a partir de fontes paroquiais e pelas abordagens da história social (2010: 74 - 75), um artigo que, ao se utilizar de uma metodologia embasada na microanálise e técnicas seriais (2010: 75 - 76), explora traços das estratégias de certos escravos pardos e, depois forros, nas freguesias rurais do Rio de Janeiro (2010: 76).

O autor também levantou hipóteses sobre o sistema de casamento da nobreza da terra e o controle sobre as terras da capitania (2010: 76), para, desta forma, compreender estratégias



da elite e as estratégias de pardos e, assim, expor a paisagem social e econômica das freguesias rurais do Rio de Janeiro (2010: 76).

Fragoso, já ao final de seu texto, propõe uma metodologia para os estudos sobre o Brasil colonial, a qual, segundo o autor, pode representar uma revolução na pesquisa histórica do Brasil (2010: 101) e consiste em cruzar informações obtidas pelos registros paroquiais, tais como nascimento, casamento e óbito, com as visitas. Nos assentos podemos “recuperar a história social de uma população e seus grupos”, já que dessa forma é possível “capturar as opções feitas por indivíduos, ou por quase todos, que integravam a população em momentos decisivos de suas vidas”, e com as visitas, “verdadeiros inquéritos sociais que informam sobre a localização e o senhorio das fazendas e engenhos”, somos auxiliados/as a compreender, segundo Fragoso, a paisagem social e econômica da freguesia (2010: 76)

A relevância deste estudo de Fragoso, para quem pesquisa a história das mulheres no Brasil setecentista, encontra-se no fato de que, ao se utilizar da microanálise para apresentar aspectos sociais da capitania do Rio de Janeiro, o autor traz as histórias de algumas mulheres. Fragoso expõe como as relações familiares constituíam parte da linguagem das estruturas (2010: 82) das aldeias coloniais (2010: 78), seu artigo, desta forma, apresenta uma associação da história das mulheres com família.

Por fim, retornando a Faria, há o artigo *Mulheres forras* (2000: 65 - 92), no qual a historiadora apresenta uma perspectiva que desassocia as mulheres forras da pobreza (2000: 70) mostrando que estas personagens, a partir de acordos pré-nupciais e testamentos (2000: 69) confirmavam a existência de bens e que os mesmos eram frutos de seu próprio trabalho, conforme declarado em inúmeros testamentos de forras existentes para vários lugares do Brasil escravista (2000: 69).

Outra questão que se destaca neste trabalho de Faria é que o maior número de alforrias no Rio de Janeiro, entre 1749 e 1756, e em São João Del Rey, entre 1774 e 1806, era destinado às escravas (2000: 70). Com essa informação podemos detectar que questões econômicas relacionadas ao trabalho feminino escravo são postas como relevantes para a história, assim como a própria condição de gênero, pois, se considerarmos que 72% das alforrias no Rio de Janeiro foram cedidas às mulheres e que na Bahia o número de alforrias para escravas era o dobro de para escravos (2000: 70), podemos questionar os motivos para essa diferença entre os sexos.

Segundo a autora, esta diferença se dava porque as escravas detiveram mais recursos que os homens para se libertarem do cativeiro (2000: 71), já que aquelas mulheres também

desempenhavam outras funções como prostitutas, amas-de-leite, pequenos comércios, entre outras (2000: 71), o que facilitou o acúmulo de dinheiro necessário para compra da liberdade.

Neste texto de Faria, uma das possíveis leituras, é de como o trabalho teve relevância para história daquelas mulheres que almejavam o fim do cativeiro. Mas os recursos, além de serem facilitados pela soma de funções, eram também de mais fácil acúmulo dado o fato de que o valor de compra da escrava era menor que o valor de compra do escravo.

Faria pontua que também colaborava para compra dos títulos de alforria o grau de afetividade estabelecido entre as escravas e seus senhores (2000: 71), o que nos leva, novamente, a uma condição atrelada ao gênero. A autora também adentra na questão étnica ao falar sobre as diferenças do direito concedido gratuitamente e o pago, pontuando que as escravas africanas, majoritariamente, tiveram que pagar pela sua alforria, enquanto a porcentagem de alforrias gratuitas era maior para as escravas afrodescendentes (2000: 73).

Este artigo de Faria, ao mostrar detalhes da vida das escravas alforriadas, nos apresenta como as condições de gênero, classe e raça estão imbricadas, pois, por exemplo, vemos as diferenças entre as trabalhadoras brancas e negras, com o primeiro grupo, apoiado em preconceito cultural e racial, se distanciando do segundo (2000: 79). Ao entenderem o comércio de rua como trabalho de negra (FARIA, 2000: 76), as trabalhadoras brancas se afastaram dessa atividade (2000: 76), ou seja, pessoas do mesmo gênero, de condições socioeconômicas similares, respondendo de forma diversa às experiências.

Levando a questão para análise da condição socioeconômica, ao nos contar que entre as mulheres havia proprietárias de escravas e que estas senhoras exploravam a mão de obra de suas trabalhadoras, constatamos a dificuldade de ler a condição feminina de forma exclusiva para apresentar realidades de mulheres de forma coletiva, afinal, ao vermos mulheres explorando o trabalho de outras mulheres, podemos afirmar que há um poder sendo exercido e este provém de pessoas do mesmo gênero.

Na leitura sobre as implicações de classe e gênero, ao nos elucidar sobre as possibilidades que levavam as mulheres a serem as maiores beneficiadas na concessão de alforrias, podemos ver que os afetos entre senhores e escravas foram fundamentais para elevar o número do direito, além disso, na questão de gênero, a divisão sexual do trabalho fez com que os escravos fossem mantidos no cativeiro por mais tempo, pois o valor de compra e venda, que era maior, dificultava aos homens economizarem a quantia necessária para a compra de sua alforria, pois a mão de obra masculina era mais requisitada.

Faria nos narra sobre as alforriadas do Brasil colonial relatando a história destas mulheres de forma a confluir as condições sociais de gênero, classe e raça. Porém, as categorias perceptíveis são *mulher*, *mulheres forras*, *trabalho*, *escravidão* e *colônia*. A história que a autora contar torna-se clara quando ela critica as falhas historiográficas que menosprezaram as mulheres livres de cor (FARIA, 2000: 83). É este grupo que a pesquisadora observa nos documentos e expõem em sua análise.

Ao nos voltarmos para outras colônias das Américas é possível constatar que a historiografia internacional não se difere muito da brasileira. Os textos abordam questões condizentes com aspectos culturais da sociedade colonial americana e apontam percepções sobre as realidades e os papéis femininos<sup>11</sup> a partir da cultura expressa pelas dinâmicas familiares e a legislação.

Embora Susan Socolow, em seu capítulo *Women and Work* (2015: 120 - 139), nos fale que “sejam solteiras, casadas ou viúvas, sejam elas donas, gerentes ou trabalhadoras, as mulheres eram uma parte importante do mundo do trabalho na América Latina colonial”<sup>12</sup> e aborde o trabalho feminino pontuando-o como fundamental na economia colonial (2015: 120), o trabalho feminino é exposto como um espaço de vivências e relações sociais, não sendo pontuado como um espaço de produção e relações comerciais.

Contudo, a autora expõe diferenças do trabalho feminino baseadas em questões de raça e classe, tal como Faria em seu texto de 2000, já que Socolow nos diz que “a participação econômica feminina estava intimamente ligada à raça e classe”<sup>13</sup>. Conflitos raciais e étnicos também ocorriam entre mulheres de mesma classe nas disputas pelos espaços públicos e funções laborais. Nas distinções do trabalho feminino está o espaço de atuação, sendo o das mulheres de elite comumente a própria casa. Para Socolow, é preciso considerar que a economia doméstica empregou esposas, filhas, variados/as dependentes e parentes pobres, assim como servas/os e escravas/os, sendo a casa a arena mais importante para o trabalho feminino<sup>14</sup>.

Porém, as viúvas da classe proprietária, por vezes, conseguiam ocupar espaços públicos com seu trabalho, como as donas de fábricas que trabalharam com importações e exportações

---

<sup>11</sup> Diversos autores/as, tanto brasileiros/as quanto estrangeiros/as, analisados para esta pesquisa, categorizaram as mulheres a partir de distinções entre gêneros que se apresentam na forma de expressões como: condição feminina; papel das mulheres (*role that women played*).

<sup>12</sup> (...) *whether single, married, or widowed, whether involved as owners, managers, or workers, women were an important part of the world of work in colonial Latin America.* (SOCOLOW, 2015: 139).

<sup>13</sup> (...) *female economic participation was closely tied to race and class* (SOCOLOW, 2015: 125).

<sup>14</sup> *The domestic economy employed wives, daughters, various dependents (agregadas and dependientes), and poor female relatives, as well as servants and slaves. The home was the most important arena for female labor* (SOCOLOW, 2015: 126 – 127).

adentrando o comércio transatlântico (SOCOLOW, 2015: 122). Cabe ressaltar que, embora a historiadora nos apresente a história destas mulheres e pontue o comércio transatlântico, o foco de se faz sobre as estruturas internas – no campo, como nas cidades, o trabalho feminino era parte integrante da estrutura colonial socioeconômica<sup>15</sup>.

Outra historiadora que aborda o trabalho feminino (da classe proprietária) é Alida Metcalf (1990: 277 – 298). A autora questiona as abordagens que definem a sociedade colonial como patriarcal ao analisar o direito feminino à propriedade familiar, dizendo que tal direito sugere direitos iguais a homens e mulheres no que concerne à propriedade familiar e que, baseado nesse direito, homens e mulheres detinham igualdade na família e na comunidade (1990: 277). Para a autora o direito à propriedade familiar se traduzia em poder para as mulheres (1990: 277) e este poder era assegurado tanto pelo direito quanto pelos costumes familiares (1990: 280).

Embora Metcalf faça a observação que famílias eram importantes para o desenvolvimento econômico e político da América Latina (1990: 278), ao nos mostrar sobre o exercício do direito à propriedade das mulheres de elite de Santana de Parnaíba, a autora explora as dificuldades que aquelas mulheres tinham para exercer seus direitos, levantando questões sobre os critérios legais necessários para tal exercício.

Metcalf escreve uma história das mulheres voltada à classe de proprietárias e com o entendimento de que a elite feminina de Parnaíba reflete a realidade de todas as outras mulheres da classe proprietária da colônia (1990: 278). Seu discurso gira em torno da ideia de que os costumes familiares, as condições locais e as atitudes em relação às mulheres desempenharam papéis importantes na moldagem da vida das mulheres (METCALF, 1990: 280), e que no contexto de ciclos familiares, nos quais as mulheres passam por três estágios: solteira, casada e viúva podem ser conhecidas as dinâmicas familiares que as mulheres de posse participavam.

## **I.II. As ênfases temáticas na História colonial das Mulheres**

Analisar estudos que englobaram um período de quase quarenta anos me possibilita perceber como as mulheres são apresentadas enquanto sujeitos históricos na historiografia produzida durante esse período (1977 - 2015). Constatei, como pode ser observado quadro 01 e no gráfico 01, que as perspectivas que preponderaram nos 12 trabalhos analisados (ver anexo

---

<sup>15</sup> *In the countryside as in the cities, women's work was an integral part of colonial socioeconomic structure.* (SOCOLOW, 2015: 135).

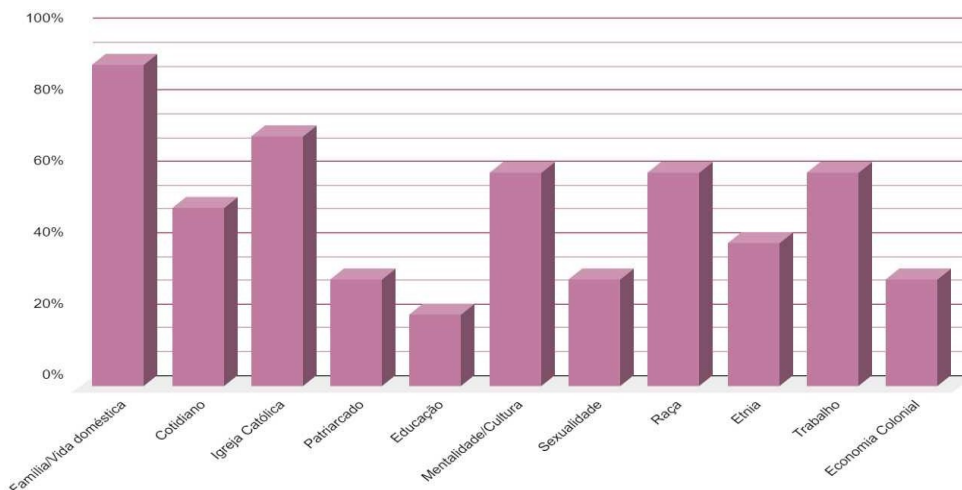
01) foram as relacionadas à família e suas dinâmicas, seguidas por questões que colocam como condição feminina o domínio moral da Igreja.

Quadro 01  
Temas na História das mulheres

Temas	Quantidade de trabalhos que apresentam os temas
Família/Vida doméstica	9
Cotidiano	5
Igreja católica	7
Patriarcado	3
Educação	2
Mentalidade/Cultura	6
Sexualidade	3
Raça	6
Etnia	4
Trabalho	6
Economia colonial	3

Fontes: ver anexo 01.

Gráfico 01  
Percentual dos temas apresentados nos trabalhos analisados



Também foi apurado, conforme posto no quadro 02 a seguir, que o predomínio desta associação da história das mulheres (ou das relações de gênero) com família encontra-se durante todo o período de produção analisada, exceto pelo texto de Maria Beatriz Nizza da Silva.

Quadro 02  
Períodos

Temas	Período de publicações
Família/Vida doméstica	1993 a 2015
Cotidiano	1993 a 2015
Igreja católica	1994 a 2015
Patriarcado	2001 e 2007
Educação	1977 e 2015
Mentalidade/Cultura	1993 a 2001
Raça	1993 a 2015
Etnia	2000 a 2015
Trabalho	1993 a 2015
Economia colonial	1993

Fontes: ver anexo 01.

Apesar do predomínio das temáticas sobre família, vida doméstica e igreja, questões relacionadas ao trabalho feminino também se destacam, aparecendo em 50% das produções aqui analisadas, então nos cabe perguntar, a que trabalho esses/as autores/as estão se referindo e de que forma o conceito é apresentado?

O que se ressalta nesses estudos é a preocupação em apresentar como a cultura, expressa pelas relações de poder entre homens e mulheres, determinou os acontecimentos das vidas dessas personagens, que ora aparecem identificadas pelo nome, ora são expostas como grupo qualificado pelo gênero. Com exceção dos trabalhos de Figueiredo e Faria, *pai, marido, Estado, Igreja, normas e condutas morais, corpo e sexualidade, família e cotidiano* são os significantes de maior repetição e dispostos nessas narrativas históricas como fatores determinantes sobre o objeto (mulheres ou as relações de gênero) das pesquisas, o que expressa análises e resultados que os prezem e exploram suas influências.

Figueiredo apresenta o trabalho feminino como um espaço de vivências e de relações sociais. Para Figueiredo o trabalho das mulheres fazia parte da dinâmica econômica colonial e nos leva até a metrópole. Embora ele pontue aspectos e questões econômicas, seu objetivo aparente é alcançar uma história social e cultural das mulheres mineiras do século XVIII. Já em *Barrocas Famílias* (1997) o que encontramos são as dinâmicas sociais atravessadas por relações de poder entre Estado, Igreja, homens e mulheres.

Faria, no capítulo *Família e Estabilidade* (1998), buscou possibilidades de apresentar uma narrativa histórica diferente do que estava sendo entendido como tradicional em sua época. Afinal, por tantos anos, segundo a autora, o historiador das estruturas e dos longos processos, entregue aos números de seus sistemas econômicos, seus preços e suas crises, esqueceu os seres humanos que povoaram essas sociedades (FARIA, 1998: 19). Para Maria Yeda Leite Linhares, autora do prefácio da obra de Faria, a historiadora conseguiu se desvencilhar desta forma de fazer história para trazer de volta as pessoas, os indivíduos, a família, os rituais do cotidiano e os mecanismos elementares do viver em comum (1998: 19). Faria ainda apontou as diferenças materiais e comportamentais de classes sociais distintas, demonstrando que as realidades se diferenciavam o que dificulta a leitura e análise sobre as mulheres de maneira una.

Já em seu artigo *Mulheres forras: riqueza e estigma social* (FARIA, 2000), ao tratar de aspectos econômicos observando as mulheres, a autora aponta que, “durante o período moderno, o lugar ideal para o acúmulo de capital e de bens era o mercado”, mas em sua história ele se justifica apenas como um caminho necessário para alcançar o prestígio social (FARIA, 2000: 88).

Conseguimos perceber a função do trabalho feminino no alcance da liberdade e ampliação de bens materiais, até mesmo aquisição de escravos (FARIA, 2000: 83). Ainda, podemos compreender como a fortuna de senhores aumentava a partir do trabalho de suas escravas, já que os valores das vendas que estas faziam eram recolhidos pelos seus senhores (FARIA, 2000: 81). A autora também demonstra que o que levou as alforriadas ao acúmulo de bens e capitais pelo trabalho no comércio de retalho, mesmo que parte de seus valores fossem recolhidos, deve ser explicado por aspectos mais culturais e não econômicos (2000: 90), tendo em vista as relações entre escravas e senhores.

Já Priore, com seu texto *Magia e Medicina na Colônia* (2015), expõe que parte de suas personagens eram negras, e com isso podemos levantar algumas questões da raça ligada ao gênero e à classe, tais como: por que vemos mais negras trabalhando como curandeiras? Ou, eram estas mulheres livres ou não? Se não, a quem o pagamento por suas curas pertencia? Aos homens proprietários ou a outras mulheres que eram suas proprietárias? Por onde o dinheiro circulava?

Estas questões servem para aguçar a curiosidade e demonstrar as inúmeras possibilidades que uma análise que preze pela articulação de categorias como gênero, classe e raça dispõe. Priore, assim como Figueiredo, aborda uma história social e cultural com o tema mulheres. Figueiredo as aloca em um universo de trabalho, Priore explora as subjetividades e

moralidades impostas por discursos de poder utilizados e construídos pela igreja e Estado manifestados, geralmente, por pais e/ou maridos.

Com Marilda Santana da Silva podemos perceber que a preocupação da autora é a relação das mulheres, independente das condições socioeconômicas e raciais, embora sejam pontuadas também, com o Tribunal eclesiástico e os aspectos do que ela chama de condição feminina, para isto ela expõe algumas diferenças que reafirmam a desigualdade entre gêneros, tal como a comprovação da virgindade antes do casamento – prática exigida das mulheres, mas não dos homens (2001: 110). Sua premissa parte do estudo das mentalidades da época, tanto da feminina, que ela diz ser diversa e, por vezes, ambígua (SILVA, 2001: 106), quanto do imaginário masculino colonial (2001: 105). Silva ressalta questões subjetivas como vivências (2001: 75), espaços femininos de atuação (2001: 76), moralidade conjugal (2001: 74), cotidiano (2001: 77), assuntos de família (2001: 78) e universo feminino (2001: 80 - 87).

Silva narra a história das mulheres da capitania mineira a partir da leitura de uma sociedade colonial patriarcal que traz a reboque a misoginia (2001: 77), sendo que a violência mantida pela cultura da época não rondava somente as casas da mais humildes, mas também das elites (2001: 81).

O texto de Brugger dispõe as mulheres em constante associação com núcleos familiares, mesmo quando as demonstra fora de famílias estruturadas patriarcalmente, como no caso das chefes de fogos (BRUGGER, 2007: 83). A autora atenta a apresentar a existência de diferenças entre mulheres escravas e livres, o que aponta realidades diversas apesar da equidade de gênero, no entanto estas realidades apresentadas não escapam do mesmo contexto: família e a cultura patriarcal é posta como dominante.<sup>16</sup>

No texto de Araújo (2015: 45 - 77) o adestramento sexual e a repressão do feminino estão sobre um lugar específico – não que a repressão sexual não estivesse para todas as meninas e mulheres, mas as características que o autor pontua se fazem sobre um objeto específico: jovens brancas com acesso à educação e pertencentes a uma família estruturada patriarcalmente. Sem pontuar as diferenças culturais, étnicas, raciais e econômicas, o autor acaba por se utilizar da categoria *mulher* de forma ampla, não deixando claro que as pressões e punições, as quais as mulheres eram vítimas, não se faziam no mesmo modelo sobre todas.

Com Fragoso temos as mulheres e esfera privada. O objetivo do autor é o de apresentar uma sociedade estamental colonial setecentista a partir da leitura dos microcosmos que tinham como centro os engenhos (FRAGOSO, 2010: 78), mostrando as africanas e afrodescendentes

---

<sup>16</sup> Concepção que já havia sido contestada por Faria em sua obra de 1998.



casadas ou que buscavam casamento (2010: 81 - 82), afinal, Efigênia e as demais tiveram pressa em reconstruírem laços parentais e de alianças (2010: 82).

### I.III Produções Nacionais: Dissertações e Teses

Na busca por dissertações e teses que tratem sobre o trabalho feminino e as mulheres do Brasil setecentista, recorri à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações<sup>17</sup>. As palavras-chave utilizadas para pesquisa consideraram os trabalhos desenvolvidos em programas de pós-graduação em História, assim como as categorias e os recortes temporais e temáticos, portanto busquei por: *trabalho feminino*, *trabalho feminino escravo*, *trabalho feminino América Portuguesa*, *trabalho feminino Brasil colônia* e *trabalho feminino século XVIII*.

Segui esta ordem para que pudesse abarcar o máximo de trabalhos e afunilar a busca até chegar a resultados mais precisos que se aproximam de meu objeto. O quadro 03 a seguir aponta o resultado quantitativo desta busca:

Quadro 03  
Temas nas produções em programas de pós-graduação

Palavras chaves	Teses	Dissertações
Trabalho feminino	10	53
Trabalho feminino escravo	0	2
Trabalho feminino América Portuguesa	3	5
Trabalho feminino Brasil colônia	1*	3
Trabalho feminino século XVIII	0	9

Fonte: <http://bdt.d.ibict.br/>, abril de 2020.

\*Tese apresentada para o programa de pós-graduação interdisciplinar de Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Contudo, a partir de um olhar mais atento, indo além das palavras-chave e observando com cautela ao buscar as informações oferecidas pelos/as autores/as nos resumos e palavras utilizadas no campo “assunto”, os resultados do quadro 03 se mostraram generosos, não correspondendo exatamente ao que foi buscado.

As pesquisas concentraram-se em estudos, majoritariamente, sobre os séculos XIX e XX e tematizaram, em sua maioria, militância política feminina e sufrágio; corpo e sexualidade; família e patriarcado; educação feminina; violência de gênero na contemporaneidade; moral e igreja; cotidiano; sociabilidades e representação do feminino na imprensa.

<sup>17</sup> Disponível na internet em: <http://bdt.d.ibict.br/vufind/>

No quadro 04 expus os resultados considerando somente as produções que incorporaram em suas pesquisas e narrativas tais palavras-chave como categorias e/ou objetos tratando-os de forma mais incisiva.

Quadro 04  
Temas nas produções em programas de pós-graduação

Palavras chaves	Teses	Dissertações
Trabalho feminino	1	6
Trabalho feminino escravo	0	0
Trabalho feminino América Portuguesa	0	0
Trabalho feminino Brasil colônia	0	1
Trabalho feminino século XVIII	0	1

Fonte: <http://bdt.d.ibict.br/>, abril de 2020.

Para *trabalho feminino*, das dez teses encontradas, conforme quadro 03, somente uma apresentou um estudo focado na temática, porém seu recorte temporal foi o século XX (GARZONI, 2012). Já as seis dissertações encontradas concentraram-se nos séculos XIX e XX.

Para *trabalho feminino escravo* as duas dissertações encontradas (ver quadro 03) não tinham essa questão como seu objeto principal. Os assuntos da primeira dissertação trataram sobre moral, cenário político e práticas femininas de resistência no século XIX (MORAIS, 2011), a segunda dissertação trouxe em seu estudo a história de proprietárias de terras, com atenção ao status socioeconômico advindo do acesso à terra pelas mulheres, porém seu recorte temporal é o século XIX (CANUTO, 2018), sendo assim, como posto no quadro 04, na busca por *trabalho feminino escravo*, que responda ao recorte espacial e temporal “Brasil setecentista”, não foram encontradas dissertações.

A dissertação encontrada com as palavras-chave *trabalho feminino Brasil colônia* e *trabalho feminino século XVIII* correspondem à mesma autora e foi defendida no ano de 2006, no programa de pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A pesquisa, intitulada *A vila de São Francisco das Chagas de Taubaté no período de gestação da cafeicultura no Vale do Paraíba, vista através da vivência de uma família urbana pobre e livre (1765-1830)* (OLIVEIRA, 2006), teve como orientadora Maria Odila Leite da Silva Dias.

A produção historiográfica de Nívea Cristina L. Oliveira abordou questões sobre mulheres chefes de domicílio, população pobre, livre e urbana, trabalho e famílias na Vila de Taubaté entre o final do século XVIII e início do século XIX. Oliveira, a partir dos estudos da demografia histórica, ao utilizar o momento da introdução da cafeicultura na vila e observar a

família de Anna Ferreira Albernas, observou e apresentou as mudanças econômicas, sociais e culturais na vila e seus habitantes (OLIVEIRA, 2006), nos trazendo, desta maneira, aspectos da vida das camadas menos abastadas em uma época de “geração de grandes riquezas na região” (OLIVEIRA, 2006).

O exame da historiografia das mulheres no Brasil setecentista aqui realizado permite sustentar que consagrou-se no desenvolvimento de pesquisas e produções historiográficas, acerca dos recortes temporal e espacial supracitados, a utilização da categoria *mulher* e *gênero* nos campos da história cultural e história social. Foi possível perceber que o trabalho feminino esteve associado, em sua maioria, à família, ao trabalho doméstico ou ao trabalho como um espaço de vivências e relações sociais.

As narrativas históricas apresentaram, majoritariamente, perspectivas que se interessam pela linguagem, cultura e discurso, e demonstraram, em seu universo conceitual, uma atenção para questões sobre identidade, subjetividade e significação.

Segundo Michel De Certeau, os sistemas socioeconômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem se identificar nem se hierarquizar (1982: 69). Acompanhando este raciocínio, entendo que a cultura, a linguagem e os discursos agem sobre, mas também são influenciados pelo sistema econômico, o que me leva a refletir sobre as abrangências que os discursos históricos podem ter caso a história das mulheres e das relações de gênero vinculem em suas análises tal sistema no qual suas personagens estão inseridas (FERNANDES, 2019).

Ao ler os costumes e dinâmicas familiares interpretados somente por aspectos culturais, percebo uma falta no que diz respeito às próprias relações de gênero, pois a cultura, geralmente expressa pelas normas, percepções e condutas ditadas pela Igreja, Estado, pais e maridos, costuma aparecer nas narrativas históricas como hegemônica (ARAÚJO, 2015; BRUGGER, 2007; PRIORE, 1994).

Porém, tal percepção não se sustenta se nos atermos ao que Faria expõe sobre as famílias de camadas baixas das zonas rurais (1998). Ao percebermos variadas formas de constituição familiar e objetivos diversos para o matrimônio e a continuidade geracional – as relações amorosas começam a se pautar por uma lógica de lucro e de vantagem, os filhos são escolhidos em função das atividades produtivas ou outras de cada membro do casal (LEÃO e CARVALHO, 2008: 540) –, vemos que a classe social determina realidades, variando as experiências familiares e sociais das mulheres, ainda que pertencentes a mesma sociedade.

François Dosse nos apontou as consideráveis contribuições das somas metodológicas dos variados campos da História com sua obra *A História em Migalhas* (1994). Ao estudar os

escritos de Georges Duby, o historiador atentou sobre compreendermos algumas associações que levam a um todo. Dosse colocou que

Se nos detivermos no itinerário de certos historiadores, como Georges Duby, constataremos o percurso sintomático da sua geração que o levou a atravessar três etapas sucessivas: partindo do aspecto econômico, chegou ao imaginário sem esquecer o estudo do social. Para ele, esses três níveis permanecem indissociáveis na abordagem dos tempos feudais: Uma sociedade forma um todo. Não creio ser possível dissociar o aspecto político do econômico ou do cultural. É essa aglutinação que leva a recorrer a todas as informações (DUBY, 1982 *apud* DOSSE, 1994: 77).

Com a intenção de contribuir para historiografia e os estudos sobre as mulheres do Brasil setecentista, me voltarei, nos próximos capítulos, a apresentar e analisar dados e informações, extraídos de uma ampla gama de documentação, que possam ampliar nossos saberes sobre esses sujeitos históricos e as dinâmicas socioeconômicas em que elas se encontravam. Para tal feito, trabalharei o sujeito epistêmico como agente, mas também como produto, pois o sujeito é um elemento constituinte da subjetividade social e, simultaneamente, constitui-se nela (MOLON, 2011: 616).

## **Capítulo II – Um Perfil Demográfico e Econômico da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba: 1776 - 1806**

Com o levantamento e discussão historiográfica, apresentados no primeiro capítulo, foi possível perceber como a história das mulheres é produzida, considerando-se as perspectivas adotadas, as categorias de análise utilizadas e os temas abordados. Após esta primeira etapa da pesquisa, refleti sobre as contribuições que minha pesquisa pode entregar à historiografia e estas se consolidam pelo uso de uma perspectiva interseccional que considere as condições de gênero articuladas às condições econômicas e étnico-raciais.

Percebi, na história setecentista da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, uma possibilidade de abordar a história das mulheres de maneira a analisar as fontes por uma perspectiva que considere, de maneira entrelaçada, as condições sociais, econômicas e culturais desses sujeitos, desta forma me nortearei pelo diálogo com a interseccionalidade proposto por Crenshaw (1989), assim como também demonstrarei a articulação das categorias que utilizarei me apoiando em McClintock (2010). Contudo, melhores explicações sobre as categorias serão oportunizadas no terceiro capítulo, no qual a discussão terá como foco central o objeto (as mulheres da vila de Curitiba e seus trabalhos) desta pesquisa. Neste segundo capítulo, me baseei no conceito de heurística, no âmbito da metodologia histórica, proposto por Rüsen (2007), desta forma considere as categorias tal qual aparecem nas fontes de forma a auxiliar na fluidez da discussão sobre o que foi encontrado nos documentos.

### **II.I A Fundação da Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba**

No dia quatro de novembro do ano de 1668, a pedido dos moradores da região que viria a ser Curitiba, foi levantado o Pelourinho pelo Capitão-Mor Gabriel de Lara. A solenidade foi atestada e assinada pelo tabelião Antonio Martins Leme (Ata do Levantamento do Pelourinho, 1906).

Em 24 de março de 1693, os moradores, considerando que a população já passava de 90 homens, requereram ao Capitão-Povoador Mateus Martins Lemes que fosse criada e eleita Justiça, assim como também Câmara formada. No dia 29, do mesmo mês, ocorreu uma reunião, na Igreja de Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais, para que fossem escolhidos os seis homens que elegeriam os juízes, vereadores, capitães, escrivão e procurador do conselho

(Requerimento para Creação das Justiças, 1693; Reunião do Povo e a Escolha dos eleitores, 1693).

Não há um documento com a data exata da eleição da câmara, porém, ao acompanhar o volume 1 do Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba (1906), podemos inferir que entre 29 de março e o dia primeiro de maio de 1693<sup>18</sup>. Nesse ínterim, o capitão-povoador Mateus Martins Lemes promoveu a primeira eleição para a Câmara de Vereadores, tal como exigiam as Ordenações Portuguesas e vinha sendo requerido pelos habitantes.

Em 17 de julho de 1723 foi criada, por Carta Régia, a Ouvidoria de Paranaguá com sede na vila de mesmo nome. Quase dois anos após, em 10 de fevereiro de 1725, foi feita a separação das ouvidorias de Paranaguá e São Paulo. Paranaguá passou, então, à sede da 2ª Comarca da Capitania de São Paulo, denominada Comarca de Paranaguá. Pelo Alvará Régio de 19 de fevereiro de 1812, a vila de Curitiba passou à cabeça de Comarca e residência dos Ouvidores da antiga Comarca de Paranaguá e a partir da mesma Resolução passou a denominar-se Comarca de Paranaguá e Curitiba (Peças do Inventário do Capitão Povoador Baltazar Carrasco dos Reis, 1697).

Até o século XIX, a região do Paranaguá e suas vilas pertenciam à Província de São Paulo. Foi apenas em 1853, quando São Paulo foi desmembrada, que surgiu a Província do Paraná, momento em que a vila passou à administração da nova província.

## **II.II A Vila de Curitiba segundo as Listas Nominativas**

As listas nominativas, também chamadas de maços populacionais ou mapas populacionais, eram relações nominais de moradores e moradoras livres. As informações eram obtidas a partir do levantamento dos/as residentes de cada fogo (domicílio) da região a ser recenseada. Estes dados podiam ser detalhados e conter: nome, idade, grau de parentesco ou de relação com o/a chefe do domicílio, estado civil, cor da pele, naturalidade e ocupação, além de informações sobre a atividade econômica do/a chefe de domicílio.

Estas relações também se apresentavam como “inventários de chefes locais e foram tentativas de enumerar e determinar a população a ser governada, com o objetivo de taxá-la ou de mobilizá-la para fins defensivos” (CANDIDO, 2011: 75-99; MATOS, 2013; MATOS; VOS,

---

<sup>18</sup> No Boletim do Arquivo Municipal, consta o documento chamado *Termo de medição do quadro do Rocio*. Este documento foi produzido em primeiro de maio de 1693 e nele há informações sobre os serviços que os oficiais daquela câmara prestaram referente à medição e limites territoriais da vila (Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, Vol. 1, p. 6-7, 1906).

2014; RODRIGUES, 2013; SILVA, 2017; WAGNER, 2009 *apud* RODRIGUES, CANDIDO, 2018: 403-404). Uma das primeiras observações sobre a forma das listas nominativas é a organização dos habitantes da Vila de Curitiba em fogos. Os fogos eram as divisões básicas existentes dentro das vilas e que funcionavam tanto como espaço de moradia da família tanto como uma unidade econômica de produção que podia ser constituída pela presença de agregados/as, parentes, escravos/as, administrados/as – os quais, posteriormente nas listas, foram qualificados como comensais. Sobre o termo *fogo*, Malaquias o define como:

(...) uma comunidade de bens e trabalho sob a hegemonia do pater. As relações sociais que o estruturavam compreendiam deveres mútuos entre seus membros e o chefe do domicílio. A este competia dar morada, alimentar, dirigir e proteger seus abrigados. A todos os demais moradores cabia a obediência e o trabalho para o chefe do fogo. Mas cada um dos moradores ocupava um lugar distinto nessa pequena comunidade, isto é, tinham direitos específicos. O lugar da esposa não se confundia com o dos filhos, nem o destes com o dos criados. Nesse contexto, muitas das atividades que hoje reunimos sob o conceito de trabalho acabavam sendo consideradas sob várias outras categorias como obrigação, dever, caridade, etc. e eram estruturadas por relações de gênero, de idade, parentesco ou servidão.

(...) a reprodução das relações sociais e a produção econômica eram funções indistinguíveis cujas demandas acabavam por definir o tamanho e a forma dos agrupamentos. Isto é, o domicílio era ao mesmo tempo o lócus da produção econômica e da reprodução das relações familiares, o que implicava em moradores das mais diversas procedências que se dedicavam a uma miríade de pequenas atividades e estavam subordinadas à autoridade de um chefe – geralmente a primeira pessoa arrolada na lista de moradores. (MALAQUIAS, 2014: 209-210)

Portanto o fogo era um espaço de morada, mas também de produção. A prática dos levantamentos e classificação da população gerou uma riqueza documental nos arquivos coloniais, onde é possível consultar censos, mapas populacionais, relatórios de viagem, informes etnográficos, entre outros documentos. Para Eugênia Rodrigues e Mariana Candido

Enumerações e catalogações nunca funcionaram como simples coleção de informações sobre as populações colonizadas. Faziam parte da estratégia de enumeração e objetificação que culminaram com a criação de novas categorias de identificação, baseadas em simplificações binárias, como povos gentios ou vassalos, livres ou escravizados, solteiros ou casados. Essas categorias moldaram estatutos políticos e jurídicos e influenciaram as condições de mobilidade social (2018: 402-403).

Entre os anos de 1765 e 1831, os domicílios de cada vila eram reunidos por Companhia de Ordenança, em maior ou menor número, dependendo das dimensões da população. Após

1831, o levantamento passou a ser feito pelo Juízo Municipal Distrital<sup>19</sup>. No caso da vila de Curitiba, os maços populacionais eram produzidos pela 1ª Companhia e 2ª Companhia de Ordenança e divididos por regiões. Contudo, tais documentos precisam ser analisados com cautela e considerações sobre suas falhas, segundo Bacellar

Hipoteticamente, cada companhia de ordenança tinha sua população levantada através de seu capitão, talvez ajudado pelos cabos-de-esquadra, já que essa era a divisão hierárquica de cada companhia. O capitão era, em todo caso, quem assinava enquanto responsável pelos dados prestados. É facilmente perceptível a autoria distinta dos vários escrivães: mudavam o papel, a tinta, a caligrafia e a qualidade das informações coletadas. Não sabemos ao certo se os desníveis de qualidade originavam-se de entendimento torto das instruções recebidas, ou da má vontade, ou mesmo de ambos, conjugados. De qualquer maneira, o mínimo que se pode considerar é que as listas de cada companhia, reunidas nas mãos dos respectivos capitães-mores das vilas, eram aceitas nas condições em que haviam sido entregues, com as diferenças de qualidades bastante óbvias; não se conhecem queixas a esse respeito (2008: 117-118).

As listas nominativas referentes aos anos de 1777 a 1783 e 1789 a 1806 estão dispostas no Centro de Documentação e Pesquisa em História - CEDOPE, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e me foram disponibilizadas suas transcrições digitalizadas. Para os dados das listas dos anos de 1776, cruzei informações com a lista da 1ª Companhia de Ordenança (documento transcrito e disponibilizado pelo CEDOPE) e a dissertação *A População da Vila de Curitiba Segundo as Listas nominativas de Habitantes: 1765 - 1785* (BONI, 1974). Para o ano 1785, utilizei somente a referida dissertação por não haver disponibilidade do documento no arquivo do CEDOPE. Esta divisão de espaços na busca das fontes documentais se deu pela dificuldade na conservação das mesmas.

### **II.III.I Categorias, População e Bairros da Vila**

As categorias utilizadas para os mapas populacionais de Curitiba, entre 1776 e 1796, qualificavam a população a partir dos nomes dos/as residentes livres, status na casa e família (chefe, esposa, filho/a, mãe, agregado/a, etc.), estado civil, idade, sexo, e ofício do/a chefe<sup>20</sup>. Afora estas informações, as listas também apresentam quantidade de escravos e de animais por família. Nas listas nominativas (1ª e 2ª Companhia) do ano de 1806 novo formato apareceu:

---

<sup>19</sup> A informação acerca da mudança do serviço efetuado por Companhia de Ordenança para Juízo Municipal Distrital, pode ser confirmada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio\\_digital/macos\\_populacao](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/macos_populacao). Acesso: 04/2021.

<sup>20</sup> Sobre a ocupação dos/as chefes de fogo na vila de Curitiba as informações são encontradas somente na lista nominativa desenvolvida pela 1ª e 2ª Companhia de Ordenança do ano de 1776.



escravos/as passaram a ser nomeados/as, informações sobre a cor da pele e procedência também ganharam uma coluna, portanto é possível ler notas como: *parda, negra, natural de Sorocaba*, etc. Outra diferença encontrada nas listas de 1806 é que, diferente das anteriores, nenhum/a chefe de fogo ficou sem o estado civil informado.

Os maços populacionais (até 1806) nomeavam somente pessoas livres, portanto não é possível saber os nomes e sexo<sup>21</sup> da população escravizada, o mesmo ocorria no caso de *Captivos* ou *Dos da terra* – indígenas escravizados. Sendo assim, os dados sobre a população em regime de trabalho compulsório são apenas quantitativos, porém, a partir da lista de 1777, quando indígenas passaram a ser categorizados como *administrados/as*, estes/as têm seus nomes, idades, sexo e estado civil apresentados.

Para a população indígena os dados apresentam problemas no que diz respeito às categorias, pois somente indígenas que fossem primeiramente *captivos da terra*, depois *administrados* e, então, *comensais*, eram contabilizados como habitantes (nomeados somente após serem qualificados como administrados ou comensais), ou seja, a população indígena que não havia sido escravizada durante a realização dos censos, e, após a alteração da legislação sobre a escravidão indígena, não estivesse sob tutela no regime de administração, não era arrolada nas listas nominativas. Portanto, não é possível, através das listas nominativas, sabermos quantos e quantas indígenas de fato habitavam a área.

Contudo, podemos saber, através das listas nominativas de 1791 e 1792, o levantamento de 1 e 33, respectivamente, indígenas administrados/as, entre homens, mulheres e crianças, conforme pode ser observado no quadro 05. Na lista de 1796, os indígenas, que nas listas anteriores eram qualificados como administrados/as, são intitulados como comensais<sup>22</sup>, totalizando 60 indivíduos, como pode ser observado no quadro 01, destes 60 sujeitos administrados, 34 eram do sexo feminino.

---

<sup>21</sup> Há uma exceção, na lista de 1782 (LISTA NOMINATIVA, 2ª COMPANHIA, 1782), que indica o sexo. Porém, não é possível confirmar se foi levantado desta forma na época ou se foi um equívoco de transcrição. A informação contida no documento transcrito é que três mulheres, chefes de domicílio, identificadas como Francisca de Mello Coitinha, Maria Vieira e Escollastica Benta Telles, tinham, respectivamente, uma escrava cada.

<sup>22</sup> O termo *comensal*, no Brasil colonial, aparece em um requerimento, datado de 1786, elaborado pela Ordem Franciscana do Rio de Janeiro e endereçado a D. Maria I, no qual é pedido à rainha que a Ordem não seja privada da possibilidade de usar escravos e comensais nos trabalhos de manutenções de seus conventos (REQUERIMENTO DOS PRELADOS DA RELIGIÃO SERÁFICA, 1786). Frei Viterbo, ao estudar documentos monásticos para tratar sobre o significado do termo *comensal*, escreveu em seu *Elucidário das palavras, termos e frases*, publicado a primeira vez em 1798, que “os antigos familiares eram contínuos comensais que viviam nos mosteiros” e, quando não habitavam o local, “eram parte da família religiosa” (1865: 305). Para Viterbo “familiar são os que pertencem a uma família, são comensais e apaziguados dela” (1865: 304). Contudo, é devido ressaltar que, no período a que Viterbo se referia, a palavra *família* apresentava sentido próximo ao empregado pela palavra latina *famulus*, a qual significa servo ou criado doméstico (TEIXEIRA, 2011: 14). Podemos concluir que o termo, ao menos pela documentação aqui exemplificada, já era utilizado antes da revogação, em 1798, do Diretório Indígena, tal como na lista nominativa da vila de Curitiba do ano de 1796.

Essas pessoas eram identificadas somente com o primeiro nome, sexo e idade e não é possível afirmar que aquelas que apareciam como administrados/as em anos anteriores são as mesmas que aparecem como comensais em 1792, mas é possível deduzir, pela repetição de nomes, avanço da idade e o fato de estarem sob o poder da mesma pessoa<sup>23</sup> nas listas nominativas ao longo dos anos, que se tratavam dos mesmos indivíduos.

No quadro a seguir, segundo as listas nominativas, apresento os dados quantitativos da população da vila de Curitiba entre os anos de 1776 a 1806, com isso será possível refletirmos sobre a densidade populacional e sua evolução ao longo dos anos, a dimensão dos grupos sociais (livres, escravizados, administrados/as) e perceber a diferença, expressa em quantidade de sujeitos, entre os grupos.

Quadro 05  
Os habitantes da vila de Curitiba: 1776 - 1806

Ano	Homens Livres (entre 0 e 90 + anos)	Mulheres Livres (entre 0 e 90 + Anos)	Total de Habitantes Livres	Total Administrados	Total Escravos/As	Total Comensais	Total Habitantes
1776	633	1058	1691	7	407	Não consta	2115
1777	1049	875	1924	5	460	Não consta	2389
1781*	477	509	986	4	314	Não consta	1304
1782	1370	1596	2966	22	801	Não consta	3789
1783*	669	798	1467	Não consta	360	Não consta	1827
1785 (BONI, 1974)	2233	1284	3517	Não consta	1049	Não consta	4566
1789*	662	788	1450	Não consta	371	Não consta	1821
1790*	1210	1174	2384	Não consta	555	Não consta	2939
1791	1928	2054	3982	1	1006	Não consta	4989
1792	1991	2075	4066	33	1185	Não consta	5284
1793*	1017	736	1753	1	437	Não consta	2191
1795*	1421	1504	2925	27	689	Não consta	3641
1796*	1515	1617	3132	9	670	60	3871
1806	3025	3489	6514	Não consta	1342	Não consta	7856

\* Algumas listas estão incompletas, havendo somente o levantamento ora da 1ª Companhia, ora da 2ª Companhia. Fontes: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1776 - 1796.

<sup>23</sup> Estou tratando do frei Jozê dos Santos Pinheiro, qualificado como chefe de domicílio, responsável pela administração da Fazenda de Nossa Senhora da Conceição, pertencente aos religiosos de Nossa Senhora do Carmo, situada na região que, à época, era nomeada de Tamanduá (LISTA NOMINATIVA, 2ª Companhia, 1792; 1795; 1796. 2003; 2006). Em 1791, o mesmo frei, na mesma fazenda, tinha 23 escravos e nenhum administrado (LISTA NOMINATIVA, 2ª Companhia, 1791. 2002). Como escravos/as não eram nomeados/as nos maços populacionais, não podemos confirmar se se tratam das mesmas pessoas que, em 1792, aparecem como administrados/as. Porém, a quantidade de administrados/as nesse ano é de 22 pessoas, todas nomeadas, e 1 escravo, o que me leva a deduzir que dos 23 escravos em 1791, 22 seriam os/as administrados/as na lista do ano seguinte (LISTA NOMINATIVA, 2ª Companhia, 1792. 2003), e, em 1796, apareceriam como os/as comensais (LISTA NOMINATIVA, 2ª Companhia, 1796. 2006).

Os anos de 1776, 1777<sup>24</sup>, 1782, 1791, 1792 e 1806 são os que melhor nos auxiliam nos estudos sobre a vila, considerando que, para estes anos, a documentação está completa. Contudo, é possível tratarmos dos outros anos se compararmos as regiões em que cada Companhia fazia o levantamento. A 1ª Companhia abrangia os bairros: Rócio; Bacaxyri; Palmital; Arreal Queymado; Borda do Campo; Bariguy e Tatuquara (mantive a grafia conforme a documentação). Já a 2ª Companhia de Ordenança fazia o levantamento nos bairros: Juroqui; Rio Verde; Botiatuva; Decoberto da Comceição; Descuberto de Cardozo; Tinguiquera; Campo Largo; Rodeyo; Santa Quiteria; Papagayos Novos; Fazenda dos Porcos de Baixo e Campo Magro (mantive a grafia conforme a documentação).

Não é possível afirmar a localização exata desses bairros por não haver mapa da época. O mais próximo que encontrei foi uma simulação para o ano de 1810 (KATO, 2011) e, mesmo assim, não havia nomes para as divisões regionais. Contudo, com o auxílio do Atlas Digital da América Lusa, foi possível encontrar o mapa da planta baixa da vila. Não há os nomes de cada bairro, mas podemos deduzir, pela permanência do nome para o bairro Bacacheri, ao norte da cidade nos dias atuais, e pela permanência de Tatuquara, ao sul, que, na segunda metade do século XVIII, esses dois bairros se encontravam em posição similar e, com o tempo, conforme o território se expandiu, esses bairros incorporaram mais terras de seu entorno. Na imagem a seguir podemos vislumbrar as divisões em quadras da vila, sua área e o local onde foi levantado o pelourinho, correspondente hoje ao Centro Histórico de Curitiba.

---

<sup>24</sup> Ao final da lista nominativa do ano de 1777 os e as habitantes foram somados como *homens e mulheres livres, escravos de ambos os sexos e dos da terra e captivos*. Habitantes qualificados/as como *dos da terra e captivos* eram indígenas escravizados/as. Essa peculiaridade da soma com a categorização de habitantes ao final da lista aconteceu somente no maço populacional deste ano. Para o quadro 05, na coluna Escravos/as esses/as indígenas foram contabilizados/as junto aos escravos de ambos os sexos no quadro 05. Para o ano anterior e os anos posteriores, com exceção do ano de 1806 em que características fenotípicas e origem de nascimento foram informadas, não há diferenciação entre sujeitos escravizados, podendo haver entre os sujeitos escravizados indígenas ilegalmente em cativeiro. Para melhores esclarecimentos sobre a flexibilização das leis de abolição da escravidão indígena, sugiro a leitura do capítulo de Fernanda Pinheiro, a qual demonstra que, mesmo no ano de 1797, proprietários de escravos/as, como o Capitão João Coelho Ferreira, da cidade de Mariana na capitania das Minas Gerais, ainda admitiam, mesmo em documentos oficiais, a manutenção de indígenas em cativeiro (2022: 19-20).

### Mapa - Divisão regional Vila de Curitiba: 1776 -1800



Fonte: Atlas Digital da América Lusa.

O ícone, aproximadamente no centro do mapa, indica onde foi levantado o pelourinho da vila, onde hoje é a praça José Borges de Macedo. O recurso utilizado para elaboração do mapa também permitiu a contabilização da área da vila. Podemos saber que a vila contava com uma área total expressa em: Área Km<sup>2</sup> = 0,623; área ha = 62,326; perímetro = 2,18. A conta parcial traz os valores de: Área Km<sup>2</sup> = 0,623; área ha = 62,33; perímetro Km = 3,155. Sabendo a área da vila, podemos compreender melhor os números em relação aos habitantes e domicílios. Atualmente a cidade de Curitiba conta com uma área total de 434,892 km<sup>2</sup> e com uma população estimada de 1.948.626 indivíduos<sup>25</sup>.

A fronteira entre espaço urbano e rural da vila era pouco nítida, se considerarmos que grande parte da ocupação dos chefes, a partir das listas nominativas, se centrava em trabalhos com a terra, aparecendo observações como: vivia de suas lavouras, vivia de suas criações e lavouras, vivia de suas roças. Depois também há aqueles chefes que vivem de minerar, diminuindo essa ocupação a partir da década de 1780. No ano de 1806 aparecem funções que ainda não haviam aparecido como por exemplo “tem seu negócio de fazenda seca” e “costureira”, mas a predominância ainda é de “vivia de suas lavouras” e “vivia de suas

---

<sup>25</sup> Informações obtidas através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/curitiba.html>. Acesso em: 04/ 2021.

criações”. Portanto, pelas ocupações dos/as chefes, é possível perceber que a vila de Curitiba mesclava uma paisagem rural e urbana<sup>26</sup> com sua população espalhada por toda a vila.

No quadro 05 os dados sobre os anos 1776, 1777, 1782, 1791 e 1792 sugerem uma população total de 2098 indivíduos, em 1776, chegando a 5251 indivíduos em 1792, o que aponta um crescimento populacional de 250,28%. Para população escravizada, entre os anos de 1776 a 1792, houve um aumento correspondente a 291,15%, sendo assim, podemos perceber que o aumento de sujeitos escravizados foi maior que de indivíduos livres, durante o passar dos anos na vila. Se considerarmos o ano de 1806 o aumento se torna mais expressivo, indo de 2098 indivíduos, em 1776, para 7856 indivíduos, já para a quantidade de sujeitos escravizados a diferença, em trinta anos, é de 407 para 1342 indivíduos.

### **II.II.II As Constituições Domiciliares**

A população era recenseada por domicílios e fazendas, os quais recebiam as visitas dos agentes da 1ª e 2ª Companhia de Ordenança. Em uma área de 0,623 km<sup>2</sup>, o número de domicílios (também chamados de fogos) passou de 434, em 1776, para 763, em 1792, chegando a 1309 em 1806. Organizei os dados quantitativos em quadros e gráficos. No primeiro momento foram extraídos os valores totais extraídos das listas nominativas, ou seja, considere todos os fogos, após esta etapa, filtrei minha busca para apenas os fogos chefiados por mulheres.

Para os quadros foram consideradas as categorias apresentadas na fonte, os anos em que as listas nominativas examinadas foram produzidas, e os valores absolutos encontrados nelas. Para a elaboração dos gráficos, as categorias apresentadas nos eixos horizontais foram aferidas a partir de uma soma entre as encontradas na fonte documental, bibliografia especializada e o que é apresentado ao longo deste trabalho, sendo possível encontrar no texto os conceitos utilizados como categorias nos gráficos. Nos gráficos foram utilizados valores percentuais para que fosse facilitada a compreensão das diferenças com o passar dos anos e entre objetos observados.

---

<sup>26</sup> “O espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o ‘espaço natural’ aparecem como um fator primordial (...)” (MARQUES, 2002: 109).

Quadro 06  
Domicílios e chefes

Ano	Total de Domicílios	Total de Chefes
1776	434	434
1777	459	459
1781*	191	188
1782	574	562
1783*	223	223
1785 (BONI, 1974)	595	Não consta
1789*	296	296
1790*	412	382
1791	701	699
1792	765	758
1793*	352	349
1795*	518	517
1796*	572	564
1806	1309	1304

\* Algumas listas estão incompletas, havendo somente o levantamento ora da 1ª Companhia, ora da 2ª Companhia. Fontes: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1776 - 1796.

Os domicílios dos bairros da vila, na segunda metade do século XVIII, se constituíam, majoritariamente, por famílias estendidas<sup>27</sup>, com filhos/as residentes e sem escravos/as. Porém havia também vários casos de fogos com chefes solteiros/as com e sem filhos/as, casais sem filhos/as, domicílios com escravos/as.

Na maioria das listas de todos os anos encontrei homens respondendo como chefes de domicílio, mas houve também fogos com mulheres na qualidade de chefe. De acordo com os dados das listas de 1776, 1792 e 1806, produzi um quadro em que as constituições domiciliares e o estado civil de chefes podem ser observados, contudo é devido lembrar que são números aproximados, tendo em vista que, muitas vezes, ocorriam erros durante a elaboração dos censos, portanto não devemos ler estes dados de maneira absoluta acerca do retrato da vida domiciliar

<sup>27</sup> Famílias que contavam com a presença de agregados/as. Para mais sobre os conceitos atribuídos às constituições familiares, indico a leitura da tese *O trabalho do fogo*, de Mario Marcos Sampaio Rodarte, publicada em 2008.

da vila. O intervalo entre 1776 e 1806 se mostrou ser suficiente para analisar e demonstrar os perfis domiciliares, observar permanências e alterações, assim como as dinâmicas familiares durante o período do censo na vila.

Quadro 07  
Proporção de chefes e estado civil

Ano	1776	1792	1806
<b>Total De Chefes</b>	434	758	1304
<b>Chefes Casados/As</b>	337	554	904
<b>Chefes Solteiros/As</b>	24	58	147
<b>Chefes Viúvos/As</b>	68	140	257
<b>Chefes com E.C. não Informado</b>	4	9	Não consta

\*Para este quadro as fazendas não foram consideradas por não apresentarem informações acerca da constituição familiar do domicílio.

Fontes: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1776; 1792; 1806.

Nas listas nominativas as fazendas também somavam na quantidade de domicílios, porém algumas eram identificadas apenas pelo nome da fazenda, não especificando em qual bairro se encontrava, e muitas não detalhavam a formação familiar residente, caso houvesse. A pessoa que respondia ao censo, nas fazendas, era qualificada como administrador e não como chefe de domicílio – isso explica porque há mais domicílios que chefes (LISTAS NOMINATIVAS, 1781; 1782; 1790; 1791; 1792; 1793; 1795; 1796; 1806).

Nas fazendas a quantidade de indivíduos escravizados e indígenas administrados/as era consideravelmente maior que a encontrada em residências listadas nos bairros da vila<sup>28</sup>, porém isso não significa a inexistência de grandes quantias de sujeitos escravizados nesses fogos, como por exemplo o fogo de Manoel Gonçalves de Sampaio, capitão e auxiliar que vivia de seu negócio mercantil, residente do bairro do Tatuquara e era proprietário de nove sujeitos escravizados, e o fogo de Francisco Fernandes Saraiva, morador do bairro Rócio, que vivia de suas lavouras e possuía apenas cinco vacas, mas era proprietário de dezessete sujeitos escravizados (LISTA NOMINATIVA, 1776), ou ainda o exemplo de Luis Ribeiro da Silva, que

<sup>28</sup> Com exceção do documento de 1806, as listas nominativas dividiam os domicílios pelos bairros, no caso do recenseamento em fazendas, estas não eram enquadradas como domicílio de bairro, mas sim como uma unidade própria, geralmente levando apenas o nome da fazenda, como, por exemplo, a fazenda administrada pelo frei Jozê dos Santos Pinheiro - ver nota 18, ou a fazenda de D. Antonia da Cruz França que contava com 115 sujeitos escravizados e tinha como administrador o Capitão José dos Santos Rosa (LISTA NOMINATIVA, 1882).

tinha seu negócio de fazenda seca e era proprietário de quinze sujeitos escravizados (LISTA NOMINATIVA, 1806).

Para auxiliar na leitura e percepção dos dados expostos no quadro 07, produzi gráficos, para os anos de 1776, 1792 e 1806, com os quais podemos compreender a dimensão percentual sobre a numérica em comparação com o total de chefes de domicílios. Assim, poderemos saber as proporções entre casados/as, viúvos/as, solteiros/as, com filhos/as e/ou agregados/as ou sem.

Gráfico 02



Fonte: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1ª e 2ª Companhia, 1776.

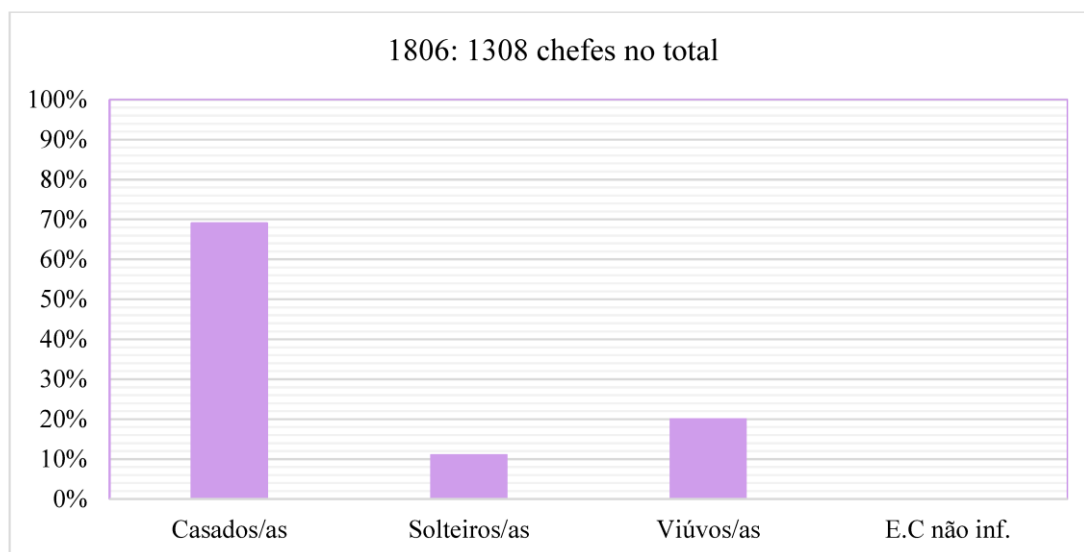
Gráfico 03



Fonte: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1ª e 2ª Companhia, 1792.



Gráfico 04



Fonte: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1ª e 2ª Companhia, 1806.

Após o levantamento do número total de chefes e compreensão do perfil dos/as mesmos/as – se eram casados/as, solteiros/as, viúvos/as ou não tiveram o estado civil informado (no caso de mulheres chefes isso costumeiramente apareceu nas fontes até o ano de 1796, porém não houve nenhum homem chefe de fogo em que o estado civil não tenha sido anotado na lista nominativa, contudo, na lista de 1806 todos as pessoas que respondiam como chefes tiveram seu estado civil anotado), busquei informações sobre a constituição familiar dos fogos considerando famílias nucleares ou estendidas (RODARTE: 2008). Contabilizei e categorizei os/as agregados/as junto dos/as filhos/as pelo motivo daqueles/as serem residentes e manterem uma relação de dependência à/ao chefe do fogo (OLIVEIRA, 2011: 6), pois, como colocou o professor Malaquias “a todos os demais moradores cabia a obediência e o trabalho para o chefe do fogo” (2014: 209), considerando assim as famílias estendidas junto daquelas mesmo que apenas com filhos/as, ou seja, sem agregados.

Ainda que não tenham os mesmos direitos que filhos e filhas e a relação não seja a mesma, o fogo com filhos/as e/ou agregados/as, é um fogo que conta, ao menos potencialmente, com esses indivíduos como parte da força produtora. Além disso, ao considerar o significado de *agregado* na época podemos nos apoiar em Maria Silvia da Carvalho Franco e Marina Machado, observando que os agregados eram pessoas que ocupavam a terra mediante a autorização de seu proprietário e “estabeleciam uma relação de trabalho no qual cultivavam as terras mediante acordos previamente fixados” (MACHADO, 2005:20), o que não se difere

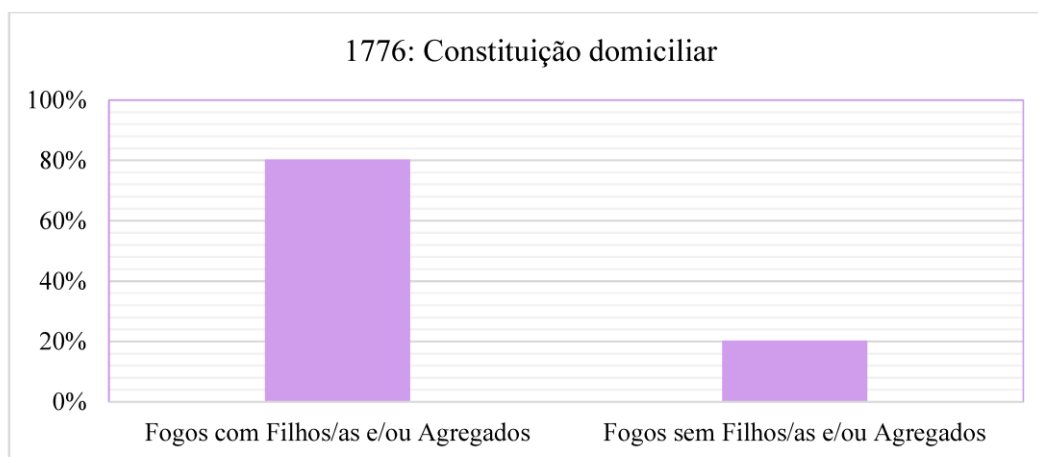
muito dos/as filhos/as que muitas vezes apareciam como *auxiliares* nas listas nominativas (LISTAS NOMINATIVAS, 1781; 1782; 1790; 1791; 1792; 1793; 1795; 1796), e, ainda que não respondessem como auxiliares, filhos/as, tais como agregados/as, deviam submissão e trabalho ao/à chefe o que me leva a entender que para o interesse desta pesquisa é válido analisar os dados, no caso da determinação da constituição dos fogos como espaços de produção, de maneira a contabilizar filhos/as junto com agregados/as<sup>29</sup>.

Quadro 08  
Constituição domiciliar

Ano	1776	1792	1806
Fogos com Filhos/as e/ou Agregados	354	655	1173
Fogos sem Filhos/as e/ou Agregados/as	89	103	135

Fonte: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1ª e 2ª Companhia, 1776; 1792; 1806.

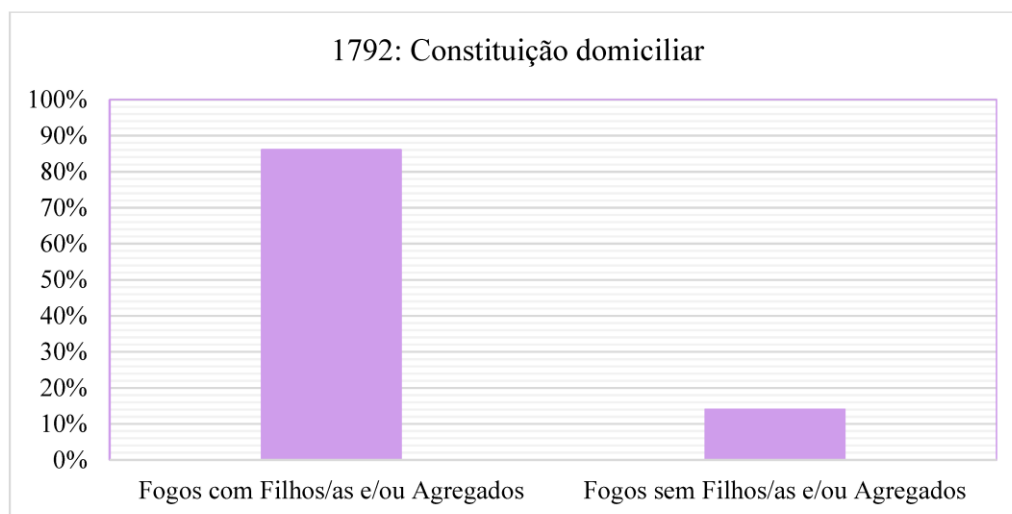
Gráfico 05



Fonte: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1ª e 2ª Companhia, 1776.

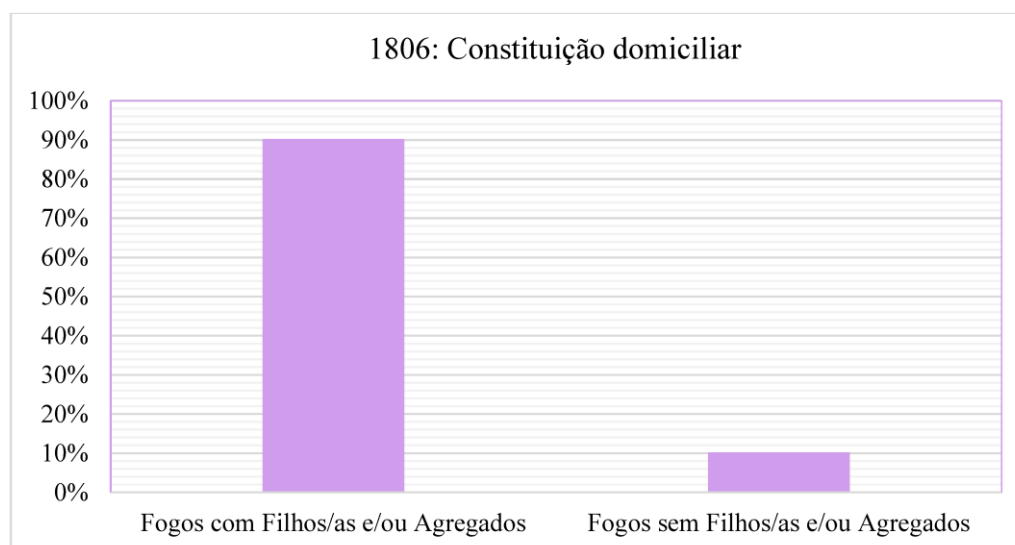
<sup>29</sup> Nesta pesquisa os fogos estão sendo abordados como espaços de produção e o interesse é compreender as estruturas domiciliares sem adentrar tanto questões sobre relações familiares, ou seja, quem habitava o domicílio e colaborava ou não com a produção sem importar a qualidade do sujeito na relação. Não é de interesse para o momento fazer uma história da família, mas sim levantar informações que possam responder se chefes de fogos tinham auxílio nas atividades laborais e econômicas do fogo ou não, essa questão se torna mais relevante no caso do trabalho doméstico não remunerado, porque ao observar fogos chefiados por mulheres solteiras, sem filhos/as e/ou agregados/as, não é possível analisar o trabalho doméstico como não remunerado, pois o mesmo tem a função apenas de manutenção e preservação do próprio imóvel e bem estar. Nas listas nominativas filhos/a e agregados/as aparecem separados, porém minha opção metodológica e analítica foi de juntar os dados porque isso auxilia a elucidar quais eram os recursos que as mulheres tinham para conseguir desenvolver o cotidiano, as atividades laborais e sustentar a economia doméstica, contudo tenho clareza que eram agentes sociais diferentes com direitos diferentes.

Gráfico 06



Fonte: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1ª e 2ª Companhia, 1792.

Gráfico 07



Fonte: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1ª e 2ª Companhia, 1806.

Todos os fogos da vila foram considerados para o levantamento, independente de terem sido chefiados por um homem ou uma mulher. O que pode constatar, após a comparação dos dados, é que os domicílios da vila, entre 1776, 1792 e 1806, majoritariamente, eram chefiados por homens – 380 homens em contrapartida a 54 mulheres, no ano de 1776, 608 homens em relação a 150 mulheres em 1792, já em 1806 a quantidade de chefes homens era de 1024 e de mulheres era de 285. Os domicílios eram chefiados, em sua maioria, por homens casados (78%

em 1776, 73% em 1792 e 69% em 1806), com filhos/as e/ou agregados/as<sup>30</sup> (80% em 1776, 86% em 1792 e 90% em 1806). Porém, um cenário diferente se apresenta quando observamos somente os fogos chefiados por mulheres.

A historiografia nos mostra que muitas mulheres, mesmo quando não chefes de domicílio, eram obrigadas a improvisar os ditos “papeis masculinos” (DIAS, 1995: 56), tal como as tropeiras que podem ser vistas nos livros de barreira que registravam o pagamento de impostos de circulação nas estradas (DIAS, 1995: 56), mulheres que trabalhavam na construção de prédios públicos, conserto de estradas, “onde costumavam servir, lado-a-lado, escravos e homens livres, entre tantas outras atividades entendidas na época como sendo expressão e atribuição da masculinidade” (DIAS, 1995:57). Mas na esfera privada muitas mulheres também assumiam funções e papéis ditos masculinos, entre os quais diziam respeito à administração dos bens (METCALF, 1990; DIAS, 1995) seja na ausência, temporária ou definitiva, do homem chefe do fogo, seja na própria qualidade de chefe do domicílio.

Sobre a vila de Curitiba, a partir das listas nominativas de 1776, 1792 e 1806 foi possível observar os aspectos sobre o estado civil das chefes. Nos gráficos 08, 09 e 10 é possível perceber as diferenças entre os fogos chefiados por mulheres em relação ao total de fogos apresentados nos gráficos 02, 03 e 04.

Gráfico 08



Fonte: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1ª e 2ª Companhia, 1776.

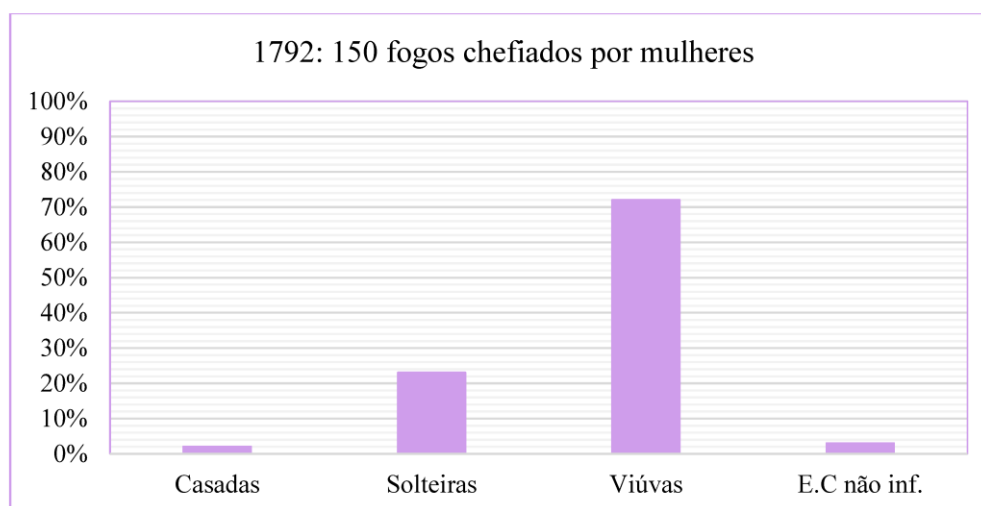
Em 1776, dos 434 chefes de fogos, 54 chefes eram mulheres, o que implica 12,44% das residências da vila sendo chefiadas por mulheres. Mas, diferente dos domicílios apresentados

<sup>30</sup> Fenômeno que pode vir a ser explorado em futuras pesquisas.

no gráfico 02, no qual apenas 16% dos domicílios são chefiados por pessoas viúvas, quando observamos os dados somente para aqueles chefiados por mulheres, o perfil que mais aparece é o de chefes viúvas (87%)<sup>31</sup>, indicando que na vila a maioria das mulheres casadas apenas exerciam a chefia do fogo após o falecimento do marido.

Com o passar dos anos, a população e a quantidade de domicílios na vila aumentaram e, seguindo a tendência, também aumentou a quantidade de mulheres chefes de fogos, o que talvez possa ser explicado pelo aumento da influência feminina nas decisões sobre as questões econômicas dos fogos<sup>32</sup>. No ano de 1792, dos 758 domicílios da vila, 150 eram chefiados por mulheres, ou seja, 19,78%, portanto, ao decorrer do tempo, a vila de Curitiba teve um aumento de 7,34% da sua população feminina livre na qualidade de chefe de domicílio.

Gráfico 09

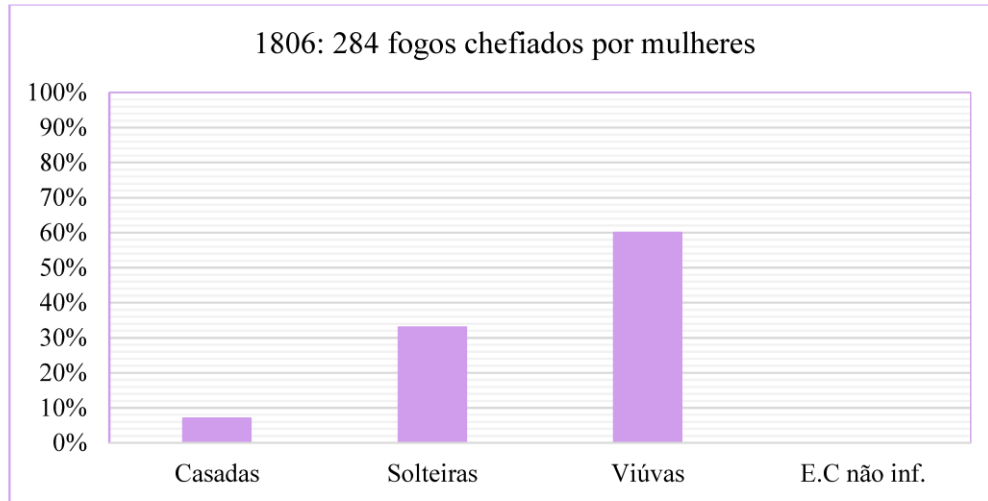


Fonte: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1ª e 2ª Companhia, 1792.

<sup>31</sup> Retomarei este tema no terceiro capítulo.

<sup>32</sup> Retomarei esta questão com melhores explicações no terceiro capítulo.

Gráfico 10



Fonte: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1ª e 2ª Companhia, 17806.

Há uma diferença observável nas informações sobre o estado civil entre homens e mulheres na qualidade de chefe que devo esclarecer novamente: para homens o estado civil costumeiramente era informado, porém o mesmo não acontecia com mulheres, ou seja, muitas mulheres chefes não tiveram descrito o seu estado civil nas listas nominativas e isso foi observado em todas as listas dispostas, com exceção da lista do ano de 1806.

Contudo, a partir da observação sobre a constituição dos domicílios, podemos perceber indícios sobre o estado civil das chefes, ainda que não estivesse explicitamente exposto nas listas, pois há chefes que aparecem com cunhadas no mesmo domicílio e a presença de cunhadas, sem a presença de irmãos no domicílio da chefe, sugere que a mesma era casada. Um exemplo é o caso de Joanna Peres (LISTA NOMINATIVA, 1783), de 60 anos, moradora do bairro Atuba e cunhada de Maria Carvalha, também sem estado civil indicado, de 42 anos e mãe de Thereza (17), Manoel (13) e Salvador (11).

O domicílio de Joanna era chefiado por ela e contava com mais quatro residentes, uma mulher adulta e três crianças jovens. Não há, segundo a lista nominativa (1783), a presença de homens adultos, mas há a figura da cunhada, o que indica que uma das duas mulheres era casada. Deduzo que seja a que respondia como chefe pelo que observei ao longo das listas – a partir da lista do ano de 1781 a falta de indicação do estado civil de mulheres chefes se tornou mais comum que nos anos anteriores, e, diferente do que ocorreu no caso de Joanna Peres e Maria Carvalha, este espaço em branco recaía normalmente somente sobre a mulher que

respondia como chefe, havendo a informação para o restante de residentes do domicílio, como, por exemplo, o caso de Felícia Alvares (LISTA NOMINATIVA, 1782), moradora do bairro Rocio, de 60 anos, sem filhos/as, mas tia de Guiteria, de 20 anos e com o estado civil informado como solteira. O domicílio de Felícia contava apenas com as duas mulheres, Felícia respondia como chefe, seu estado civil não foi informado, mas o de sua sobrinha, sim.

Ao compararmos os dados apresentados nos três gráficos conseguimos perceber que o perfil em relação ao estado civil das mulheres chefes em 1792 se manteve, majoritariamente, como viúvas, sendo 86% no ano de 1776, 72% em 1792 e 60% em 1806, porém, ao nos atentarmos ao ano de 1806, no qual a lista se encontra mais completa no sentido de observações sobre o estado civil, não contando com a falta de anotações sobre o mesmo, há uma queda relevante da diferença entre viúvas e solteiras, sendo 0% para a categoria *estado civil não informado*, 7% para *casadas* e 33% para *solteiras* – uma diferença considerável do que vinha se apresentando nos maços anteriores, pois, em 1776, apenas 5% das chefes eram solteiras, porém naquele mesmo ano 6% do total das chefes não teve seu estado civil informado, já em 1792 temos 23% das chefes qualificadas como solteiras, contudo 3% não tiveram seu estado civil informado. Acredito que a diferença entre esses números se deu porque as chefes sem estado civil informado muito provavelmente eram chefes solteiras e por isso o aumento considerável no ano de 1806.

Sobre os fogos exclusivamente chefiados por mulheres o que pude levantar pelas listas nominativas acerca da constituição familiar, considerando filhos/as junto com agregados/as, pode ser visto no quadro a seguir.

Quadro 09  
Constituição domiciliar dos fogos chefiados por mulheres

Ano	1776	1792	1806
<b>Mulheres chefes</b>	54	152	285
<b>Fogos com Filhos/as e/ou Agregados</b>	47	145	263
<b>Fogos sem Filhos/as e/ou Agregados/as</b>	7	7	22

Fonte: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1ª e 2ª Companhia, 1776; 1792; 1806.

Fica claro, a partir dos quadros, que independente de fogos chefiados por homens ou chefiados por mulheres, a predominância é de fogos constituídos por famílias nucleares e estendidas, constituindo o fogo como um espaço de produção em que o trabalho recai para

várias pessoas além do/a chefe. A partir das listas nominativas, podemos perceber que poucos fogos se constituíam apenas pelo/a chefe ou chefe e conjugue, o que comprova o baixo número de fogos sem filhos/as ou agregados/as ou ambos.

No caso dos fogos chefiados por mulheres, os percentuais apresentam para os anos de 1776, 1792 e 1806, respectivamente, 87%, 95% e 92% de fogos com filhos/as e/ou agregados/as, para os fogos sem filhos os resultados são de 12% para 1776, 4% para 1792 e 7% para o ano de 1806.

A vila de Curitiba, durante o século XVIII, tinha uma paisagem com traços bastantes rurais e a maioria dos/as chefes respondiam às listas nominativas como lavradores/as ou criadores/as de animais, determinando uma relação direta com a terra para o sustento do fogo. Em casos como o de Curitiba, em que as famílias trabalhavam com a terra, era comum todos os residentes de um fogo colaborarem nas lidas dos trabalhos, inclusive crianças e mulheres, tal como constatado no trabalho do historiador Giovanni Levi sobre o Piemonte, região ao norte da Itália, no século XVII (2000).

A partir de seus campos de verificação: organização familiar e a relação com a terra, Levi aborda políticas dotais e hereditárias (LEVI, 2000: 98 - 106), assim como alguns aspectos de estratégias familiares (LEVI, 2000: 98 - 99), pois a “família não se estruturou de forma uniforme, com indivíduos que gozassem de direitos e deveres iguais, mas sim de forma hierarquizada” (LEVI, 2000: 110). Para além da mulher enquanto mãe/esposa/irmã/filha, para além da história da família (LEVI, 2000: 105), Levi nos apresenta as viúvas usufrutuárias da herança dos falecidos maridos tocando os negócios da família, como o caso de Maria, viúva de Giovan Matteo (LEVI, 2000: 116 – 119). Além disso, também podemos observar em seu trabalho os aspectos sobre o uso da mão de obra e o trabalho das mulheres e crianças no campo, como no caso da criação do bicho da seda, afinal “a criação do bicho-da-seda permitia um emprego intensivo de mão de obra infantil e feminina e aparecia como uma contribuição monetária importante (...).” (LEVI, 2000: 143).

Levi está tratando de outro contexto, mas ao observar a vila de Curitiba do século XVIII, a partir das listas nominativas, percebo ser possível a comparação, pois além do trabalho com a terra nas observações colocadas nas listas nominativas sobre as funções laborais dos/as chefes, há também, como já mencionado, aqueles/as que respondiam como *auxiliares*, mesmo que na qualidade de filhos/as ou agregados/as, colocando-os/as em posição potencial de trabalhadores/as do fogo.



Sobre o total de fogos e sujeitos escravizados, quando somados fogos chefiados por homens com fogos chefiados por mulheres os dados se expressam conforme pode ser visto no quadro 10.

Quadro 10  
Mão de obra privada de liberdade nos fogos

Ano	1776	1792	1806
Fogos com Administrados/As	3	4	0
Fogos com Escravos/As*	93	145	140
Fogos sem Escravos/As*	341	613	1164

Fontes: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas Nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1776; 1792;1806.

O baixo número de sujeitos escravizados nos fogos não se deve à baixa população escrava na vila (o número de sujeitos escravizados pode ser visto no quadro 05), mas sim ao fato de que grande parte dos escravos e escravas se encontravam nas fazendas, as quais não eram qualificadas como fogos por não contarem com chefes, mas sim com administradores.

Sobre os fogos chefiados apenas por mulheres e a quantidade de sujeitos escravizados, encontrei os seguintes dados.

Quadro 11  
Mão de obra privada de liberdade em fogos chefiados por mulheres

Ano	1776	1792	1806
Fogos com Administrados/As	3	4	0
Fogos com Escravos/As*	11	26	48
Fogos sem Escravos/As*	43	124	235

Fonte: CEDOPE - Universidade Federal do Paraná. Listas nominativas de Habitantes de Curitiba, PR, 1ª e 2ª Companhia, 1776; 1792; 1806.

Quando se trata de sujeitos escravizados em relação aos fogos chefiados somente por mulheres a diferença se apresenta alta quando comparado com o total de fogos sem considerar o sexo de quem respondia como chefe. Os fogos que mais contavam com cativos eram aqueles chefiados por homens. Nos fogos chefiados por mulheres a soma de sujeitos escravizados em posse das chefes de domicílio ficou em 36, no ano de 1776, sendo que o total de sujeitos escravizados naquele ano era de 407, para o ano de 1792, o total de sujeitos escravizados em

posse de mulheres chefes era de 176, sendo que o total de sujeitos escravizados naquele ano era de 1185, por fim, para o ano de 1806 a soma de sujeitos escravizados em posse de mulheres chefes de fogos era de 240, sendo que o total de sujeitos escravizados naquele ano era de 1342. A maioria dos fogos que apareceram com escravizados foram aqueles chefiados por mulheres viúvas, as quais passaram a ser chefes após o falecimento do cônjuge. Isso não exclui fogos chefiados por mulheres solteiras e casadas na posse de sujeitos escravizados, mas estes eram minoria.

### **II.III Atividades Econômicas**

As atividades econômicas da vila eram variadas, endógenas, exógenas, com participação de homens e mulheres livres assim como sujeitos escravizados. Os negócios e a produção da vila auxiliavam na manutenção e desenvolvimento da mesma, assim como a integrava a outros espaços do Brasil e a espaços para além da colônia.

Pelas listas nominativas podemos observar fazendas, lavouras, criações de animais, negócios mercantis, alfaiataria, sapataria, pequenos comércios, mineração e comércio de animais. Contudo, na documentação só conseguimos acessar informações acerca das atividades exercidas por quem respondia como chefe do domicílio. Portanto as funções e atividades desempenhadas por outras e outros membros do domicílio não estão expostas nas listas, a não ser no caso de filhos/as e agregados/as que respondiam como auxiliares.

Para dar conta desta lacuna, precisamos olhar mais atentamente às fontes buscando as informações sobre idades e status no domicílio, somar às fontes o uso de bibliografia variada e especializada e também ampliar as discussões sobre o que representam trabalho e atividade econômica<sup>33</sup>.

#### **II.III.I Mineração**

Durante o século XVII a região, que hoje pertence ao Paraná, era utilizada, pela província de São Paulo, como um espaço para busca e aprisionamento de indígenas (MESQUITA, PICANÇO, 2012), porém há provas geológicas e documentais que atividades de

---

<sup>33</sup> Para essa pesquisa se mostrou relevante expor que parte das atividades econômicas giravam em torno de trabalhos não remunerados. Essa questão será melhor abordada e discutida mais adiante.

extração mineral já ocorriam na região pela lavra de aluviões auríferos (LICCARDO, SOBANSKI, CHODUR, 2004).

Os primeiros registros, em torno de 1570, apontam a região de Paranaguá, Guaraqueçaba e Cananéia, na capitania de São Vicente, como as primeiras minas cartografadas no novo território português (LICCARDO, SOBANSKI, CHODUR, 2004). Até a descoberta dos garimpos de Vila Rica em Minas Gerais, em torno de 1680, a produção de ouro foi concentrada na Capitania de São Vicente, no território que hoje é o Paraná. Muitas vilas e cidades devem sua fundação aos eventos de mineração dessa época (LICCARDO, SOBANSKI, CHODUR, 2004).

No século seguinte, no ano de 1646, o governo colonial enviou Eleodoro Ébano Pereira para trabalhar como Administrador Geral das Minas, e, EM 1647, foi nomeado um Provedor Fiscal dos Quintos do Ouro, organizando assim a administração do ouro na região (DE MAGALHÃES, 1996: 133; REIS, 2013: 82).

Como principal decorrência do ciclo do ouro no Paraná (séculos XVI e XVII) houve a conquista e povoamento da região. Durante o ciclo surgira uma pequena agricultura abastecedora dos arraiais e vilas, de todo dedicados à mineração do ouro, mas com o início da extração aurífera em Minas Gerais, uma forte migração aconteceu, alterando o contingente populacional da região (LICCARDO, SOBANSKI, CHODUR, 2004) e as ocupações em torno da mineração.

No século XVIII a vila de Curitiba continuou acompanhando a atividade mineradora, porém com outros focos de atenção que não somente a extração. Foi no contexto da mineração que muitos colonos viram a possibilidade de enriquecerem e que muitos tropeiros da Província de São Paulo foram atraídos para a região, ocasionando a muitos habitantes da vila de Curitiba a possibilidade de trabalhar e lucrar com a condução das tropas por suas estradas e matas (BORGES, 2007:07).

A “estrada do sertão”, durante o século XVIII, ligava os campos sulinos às regiões mineradoras do interior da colônia, e esse uso de Curitiba como espaço de conexão dos caminhos do planalto vinha desde os tempos pré-colombianos, com os caminhos do Peabiru (MESQUITA, PICANÇO, 2012: 123-134). A presença de tropeiros atraiu também outros personagens que se articularam à atividade mineradora e diversificaram os negócios na vila, que foram os comerciantes de fazendas secas e molhadas (BORGES, 2007).

É possível dizermos que o planalto curitibano e a vila se constituíram como uma área de passagem entre as Minas Gerais e áreas pastoris do sul da colônia pelo estabelecimento das

rotas tropeiras (MESQUITA, PICANÇO, 2012). No entanto, nem só da condução das tropas e do comércio pelas rotas se ocupavam os habitantes desta zona de passagem da atividade aurífera. A vila também contava com aluviões e a extração mineral ocorria desde o século XVII na vila e regiões próximas, como Paranaguá. Segundo Mesquita e Picanço

Embora nunca correspondesse em termos de quantidade e qualidade ao que desejavam os mineradores e as autoridades coloniais, a atividade mineradora na região de Curitiba e Paranaguá – e Iguape – teve um duplo papel, seja na indução dos assentamentos coloniais na região, seja na geração de conhecimentos e recursos humanos que atuaram na descoberta das lavras mineiras, goianas e mato-grossenses (MESQUITA, PICANÇO, 2012).

Esse papel e importância da atividade extrativa na vila também pode ser percebida na instalação, em 1670, da Real Casa de Fundição, em Paranaguá, e, em 1679, a Coroa portuguesa enviou, Dom Rodrigo de Castel Branco, conhecedor das técnicas de prospecção e mineração e que tinha a missão de auxiliar e melhorar a atividade extrativista na região (LICCARDO, SOBANSKI, CHODUR, 2004).

Já no século XVIII a vila contava com figuras como o capitão e auxiliar Joaquim José Alvarez. Em 1776, na vila de Curitiba, Alvarez vivia com sua esposa Anna Maria e filhos. Segundo a lista nominativa da época, elaborada pela 1ª Companhia de Ordenança (LISTA NOMINATIVA, 1766: 31), ele vivia de mineração e criação de animais, os quais totalizavam, entre gado e cavalgadas, 130 cabeças. “Viver de mineração” colocava Joaquim e a vila de Curitiba em uma posição direta com a atividade mineradora na colônia, apontando que a vila não era utilizada apenas como passagem ou via de negócios intermediários como o comércio nas trilhas e a condução de tropas.<sup>34</sup>

A história de Joaquim e Anna Maria também demonstra que, mesmo após a descoberta de ouro nas Minas Gerais e o movimento migratório da vila para aquelas áreas (MESQUITA, PICANÇO, 2012), houve quem resistisse a tal movimento e permanecesse com a extração mineral na vila. Também podemos observar como Joaquim e Anna Maria vinculam Curitiba à cadeia produtiva e mercantil da mineração e com isso conseguimos vislumbrar conexões entre variados espaços, seja entre diversos pontos da colônia seja entre variadas regiões do Atlântico, pois o ouro da região aurífera de Paranaguá, inclusive da vila de Curitiba, tinha como destino o porto do Rio de Janeiro (DE MAGALHÃES, 1996: 134).

---

<sup>34</sup> Apresentei um estudo sobre essa personagem no II Simpósio de História Global da Universidade Federal de Santa Catarina (FERNANDES, 2020).

Segundo Mesquita e Picanço “a mineração aurífera no Planalto Curitibano e Litoral Paranaense foi importante na geração de recursos humanos, que viriam a participar da descoberta e exploração dos ricos depósitos mineiros, goianos e mato-grossenses (2012)”, mas não apenas, ela foi também fundamental para a fundação da vila, para o cotidiano de seus habitantes, para os ganhos e esperanças depositadas na extração mineral, e para elaboração de políticas da Coroa e de uma economia que conectava a vila a outros espaços internos e externos.

### **II.III.II Comércio**

De acordo com Barbosa (2003), o ouvidor Dr. Rafael Pires Pardini, entre os anos de 1720 e 1721, relatou, em suas correições, a miséria e isolamento que viviam os habitantes da região que hoje corresponde ao Paraná. Essa situação, para o ouvidor “levava a população a regredir à pura autossustentação e à prática do escambo para obtenção de alguns produtos” (BARBOSA, 2003: 35).

Para mudar essa situação o ouvidor propôs medidas que incentivassem o comércio local e inter-regional, o que tiraria a população local do estado de miséria e isolamento como também dinamizaria a economia e contribuiria aos cofres da Coroa, já que pouco se tem a tributar em uma economia em que o escambo e a autossustentação prevalecem (BARBOSA, 2003: 35-36).

Na vila havia uma gama de atividades comerciais, como o comércio varejista, dividido em fixo e ambulante, em que se comercializavam produtos variados entre “secos” (gêneros de armarinho), “molhados” (produtos alimentícios) e bebidas, geralmente vendidas em vendas e tabernas, e o comércio de produtos e serviços ofertados por artesãos, representados por alfaiates, sapateiros, seleiros, carpinteiros, marceneiros, ferreiros, serralheiros e pedreiros (BARBOSA, 2003: 37-56). Podemos observar, de maneira mais detalhada, como eram estruturados os espaços e a distribuição dos produtos comercializados a partir do que nos diz Barbosa. Segundo a autora

(...) há um ponto em que a opinião da maioria dos historiadores converge para uma possível distinção entre as casas comerciais varejistas: Nas lojas, vendiam-se apenas ‘fazendas secas’, isto é, armarinhos, tecidos, enfim, artigos para indumentária, utilidades domésticas, perfumaria, etc., e nas vendas comerciavam-se quase todos os artigos que se encontram nas lojas, assim como os gêneros de molhados. Ainda dentro destas divisões, havia uma outra categoria de estabelecimento comercial especializada na venda de bebidas que eram as tabernas. Além disso, havia também uma diferenciação determinada pelo gênero dos produtos comercializados; estes eram divididos em secos – os gêneros de armarinho (guarda-chuvas, ferraduras, chapéus, espelhos, cintos, facas, garruchas, munição, linhas de costuras) – e molhados – produtos alimentícios (sal, rapadura, feijão, milho, carne salgada). (2003: 42).

O comércio ambulante também comercializava produtos encontrados em lojas, porém este era feito nas ruas, geralmente por mulheres negras (escravas e forras), mas também por mulheres brancas e livres, que atuavam sem licenças, no trato direto com seus e suas consumidoras. Este tipo de atividade nos mostra a presença feminina no comércio e aponta a importância da prática para as mulheres. Afinal, mesmo que fosse muitas vezes coibida pela fiscalização e punida nos tribunais, a prática se mantinha (BARBOSA, 2003). Este tipo de comércio também nos ajuda a compreender parte do cenário das vilas e do cotidiano da sociedade da época, pois mostra a presença dominante de negras escravas ou forras no pequeno comércio, “livres ou escravas mulheres de cor, em seu próprio benefício dominaram o mercado negro de gêneros comestíveis, frutas e aves. Como proprietárias de lojas, tavernas e prostíbulos, desempenharam papel vital na vida da comunidade (FIGUEIREDO, 1993; BARBOSA, 2003)

Sobre os ofícios mecânicos na vila de Curitiba, o que era produzido e como era comercializado, Barbosa nos mostra que

Entre os que trabalhavam com vestuário, tínhamos na vila apenas alfaiates e sapateiros, que recebiam pagamento por peças elaboradas. Em relação a artigos de luxo e mobiliário, havia marceneiros, profissionais especializados em criar peças mais elaboradas e refinadas do mobiliário e, desta forma, eram igualmente pagos por objeto. Os que trabalhavam com artigos de consumo corrente, construção e insumos em geral poderiam ser representados pelos seguintes profissionais: carpinteiros, serralheiros e pedreiros. Os primeiros seriam pagos na forma de jornais, ou seja, por dia de trabalho; os segundos receberiam, possivelmente, por peça; já os últimos das duas formas. Por fim, os artesãos de insumos para transporte e comércio, estavam representados por duas categorias profissionais na vila de Curitiba: ferreiros e seleiros, que também eram pagos por selas consertadas ou fabricadas (2003: 55-56).

Essas variadas atividades comerciais da vila se distribuía pelas suas freguesias, bairros, arraiais e pelas estradas utilizadas pelos tropeiros (BARBOSA, 2003: 48). Mas também iam para além da vila, pois apesar da produção de alguns gêneros estarem mais voltados ao próprio abastecimento, havia comercialização dos mesmos com outras localidades da colônia, além do comércio de gado com São Paulo (BARBOSA, 2003: 45-46).

A exploração de ouro nas minas e a necessidade de transporte de mercadorias aumentou a demanda por mulas, para tanto foi criado um caminho terrestre do Sul para São Paulo que ligava Viamão, Curitiba e Sorocaba às Minas nos anos 1730 (ARAÚJO, 2007:02). Os comerciantes compravam e vendiam nas barreiras paulistas as mercadorias locais, tais como gado, mulas e cavalos. Mas, como já dito, vendiam também as fazendas secas e as bebidas, muitas destas vinham do comércio exterior recebidas de Lisboa pelo Porto do Rio de Janeiro ou de Santos (ARAÚJO, 2007: 8-9).

Por pertencer à Capitania de São Paulo, que estava ligada aos fluxos comerciais controlados pelos negociantes de grosso trato estabelecidos no Rio de Janeiro, supõe-se que Curitiba também fosse abastecida pelos negociantes da praça fluminense. Sobre os produtos que eram comercializados em Curitiba, alguns estudos indicam que estes viriam principalmente de duas localidades: de Paranaguá, de onde subiam as mercadorias estrangeiras, como “peças de pano de algodão, barris de vinho, aguardente do reino ou da terra, vinagre, azeite e sal”, e da estrada que ligava Curitiba a São Paulo (...) (BARBOSA, 2003: 44-45).

Segundo Balhana (1969) “os mercadores de São Paulo vinham vender ‘fazendas secas’ a troco de ouro em pó, das faisqueiras dos campos” enquanto que os curitibanos “mandavam para São Paulo, gado vacum e cavalari” (*apud* BARBOSA, 2003: 45).

Assim, podemos concluir que os negócios entre São Paulo e a vila de Curitiba e entre a vila para com outras regiões da colônia movimentavam tanto o comércio local quanto o trato inter-regional (ARAÚJO, 2007: 8-9).

Fragoso e Florentino em *O Arcaísmo como projeto* (1998) argumentaram que o comércio interno da colônia não se fazia somente de forma direta, mas, também, por uma cadeia de adiantamento/endividamento. Embora tenha se configurado mais como uma prática econômica de comerciantes de grosso-trato da praça do Rio de Janeiro, as redes de crédito e endividamento também alcançavam a vila de Curitiba, o que denotava parte do seu cenário econômico.

Pelo comércio ultramarino os comerciantes do Rio de Janeiro adquiriam produtos para o suprimento interno colonial, repassando-os para terceiros, os quais, muitas vezes, eram comerciantes de outras praças da colônia e que se encarregavam de vendê-los diretamente (BORGES, 2007:01). Esta prática, segundo Borges, “subordinava os comerciantes menores aos comerciantes de grosso-trato cariocas, garantindo a participação destes no comércio das diversas praças comerciais do centro-sul da colônia” (2007: 01).

Também era comum os comerciantes de grosso-trato diversificarem seus investimentos para evitar concentração em uma única área de atividade econômica, essa prática também colaborava para evitar eventuais crises em certos produtos, pois a diversificação ocasionava uma forma de prevenção, afinal “uma eventual crise em certo produto, região ou negócio, poderia ser compensada por outras fontes, amenizando os prejuízos e garantindo a continuidade e estabilidade do negócio” (BORGES, 2007: 02).

Na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba também é possível encontrarmos comerciantes que participavam das redes de crédito e endividamento criadas pelos comerciantes da praça do Rio de Janeiro. De acordo com os estudos de Borges, as

observações sobre os processos de cobrança de dívida, abertos no Juízo Ordinário de Curitiba, demonstravam como as ramificações daquela rede se alongavam por todo o centro-sul da colônia, passando pela vila e podendo chegar até a metrópole (2007: 02).

Borges encontrou 1248 processos relativos à cobrança de créditos, além de cobranças em bens valorados em réis, o pesquisador também encontrou processos que pediam “toda sorte de bens característicos daquela sociedade” como fazendas secas e molhadas, produtos, objetos e animais (2007:03). Os habitantes da vila, apontados pelo pesquisador, respondiam aos processos como réus, não havendo, em sua pesquisa, evidências de que houvesse processos de curitibanos requerendo o pagamento de créditos repassados a terceiros, portanto o quadro da vila demonstrava um cenário de endividamento com os comerciantes da praça do Rio de Janeiro.

Ainda a partir do estudo de Borges, é possível compreendermos como a prática de crédito de cobrança se dava na vila, assim como o perfil daqueles que participavam, pois o autor nos coloca que

Muitas pessoas envolvidas nos processos de cobrança de dívidas em Curitiba certamente faziam parte de uma multidão de pequenos e médios mercadores, majoritários numericamente, mas com limitado raio de alcance mercantil, sendo a sua atuação marcada pela ocasião conjuntural (BORGES, 2007: 02).

A quantidade de processos de cobrança de dívidas de crédito encontradas por Borges no Juízo Ordinário de Curitiba demonstrou a dimensão das redes de crédito e endividamento e apontou seu alcance até a vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. Conforme Borges, os prestamistas estabeleciam relações de crédito com uma grande quantidade de pessoas, o que proporcionava o estabelecimento de relações comerciais mais longas e a diversificação da concessão de crédito para minimizar os riscos de inadimplência. Essas relações também alcançavam os moradores e moradoras da vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba no século XVIII.



### II.III.III Trabalho Doméstico não Remunerado

As listas nominativas utilizadas nesta pesquisa, com exceção dos documentos de 1776 e 1806, não possuem informações sobre as atividades econômicas dos chefes de domicílio, havendo apenas, quando era o caso, dados sobre a posição no exército que o chefe ocupava, como Capitão, Alferes, Tenente e Guarda-Mor, e também informação sobre a posição eclesiástica, quando era o caso, como reverendo.

No caso em que o censo apontou a atividade econômica desempenhada (LISTA NOMINATIVA, 1776; 1806), somente podemos observar os dados acerca da pessoa que respondeu como chefe, não havendo informações sobre as atividades exercidas pelos/as outros/as residentes, com exceção de alguns filhos que foram qualificados como auxiliares. Sobre as fazendas, pelas listas nominativas, também não é possível sabermos sobre o que era produzido, somente os nomes de quem administrava, dos e das residentes e a quantidade de sujeitos escravizados.

O trabalho, fosse remunerado ou não, das mulheres residentes dos domicílios que tinham como chefe um homem, não era pontuado na documentação aqui utilizada, a falta de informações sobre o trabalho das mulheres não chefes pode ser explicada porque, de acordo com Dias

na sociedade escravista do Brasil colônia o ofício de provedor de família era desairoso para homens que não queriam rebaixar-se, quando não tinham escravos, a exercer ofícios aviltantes, como o cuidar das roças, dos animais domésticos, ou vender pequenos excedentes. Na tradição oral e no dia-a-dia, eram as mulheres pobres que assumiam esses ofícios necessários para o sustento de seus familiares. É, no entanto, com enorme dificuldade que se destrincham dos documentos referências ao seu trabalho cotidiano de provedoras da própria subsistência (DIAS, 1995: 53).

Porém, sobre as mulheres chefes de domicílio há informações sobre suas atividades econômicas (LISTA NOMINATIVA, 1776, 1806), pois a informação e descrição da atividade recaía sobre quem respondia como chefe nos anos de 1776 e 1806, independente do sexo de quem era responsável. Contudo, pela perspectiva da economia feminista as atividades domésticas desenvolvidas pelas mulheres, mesmo que não remuneradas, também configuravam (e configuram) atividades econômicas.

Em Economia há perspectivas que apenas consideram como pertencentes ao âmbito econômico aqueles bens e serviços destinados à transação mercantil, ou seja, aos quais foi atribuído um preço de mercado. Todo tipo de atividade transformadora tradicionalmente

realizada por mulheres, todos os bens e serviços que são produzidos, realizados e consumidos dentro do espaço familiar, e pelos quais não seja cobrada uma contrapartida financeira, permanecem fora do foco de interesse da economia tradicional (FERNANDEZ, 2018). Porém a produção doméstica das mulheres constitui espaços de articulação e de autonomia simbólica e material e as considerações sobre esta forma de trabalho podem levar a uma amplificação epistemológica no que diz respeito aos estudos que têm a economia como parte de seu objeto.

A valorização do trabalho remunerado em face ao trabalho não remunerado e a repartição do tempo entre ambos os tipos de atividades são questões que afetam as mulheres. Por esse motivo, sob o prisma da economia feminista, é pertinente relacionar ambos os tipos de trabalhos, o público e o privado, o visível e o invisível, o pago e o não pago, investigando quais serão as suas interferências recíprocas (FERNANDEZ, 2018).

Segundo Fernandez, a “economia tradicional” estabelece uma separação bastante nítida entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho, considerando o primeiro trabalho produtivo e o segundo trabalho improdutivo (2018). “Trabalho produtivo” refere-se às tarefas produtivas que possuem valor de troca, ou seja, que são remuneradas no mercado. O resto do tempo, seja ele dedicado a alguma forma de trabalho não remunerado, ao ócio ou ao lazer, ou às atividades de higiene e cuidados pessoais ou familiares, é considerado como “não trabalho” ou “trabalho improdutivo” do ponto de vista econômico, tido como secundário e/ou marginal e, por isso mesmo, subordinado ao primeiro (FERNANDEZ, 2018).

Immanuel Wallerstein, em *O Capitalismo Histórico* (1985), ao tratar da proletarianização das famílias, colocou que foi no “contexto da estrutura doméstica que começou a se impor sobre as classes trabalhadoras a distinção social entre trabalho produtivo e improdutivo” (1985: 20), sendo entendido como produtivo somente aquele que era remunerável e improdutivo o que era “meramente atividade de subsistência, e, portanto, sem produção excedente passível de ser apropriado por terceiros” (1985: 20). A partir dessa divisão e valorização do trabalho, ainda segundo Wallerstein, somente aqueles que eram assalariados eram considerados membros da força de trabalho economicamente ativa (1985: 21).

A divisão sexual do trabalho se constituiu com o homem assumindo o sustento e a reprodução econômica da família, encarregando-se do trabalho público, economicamente remunerado, produtivo, ao passo que à mulher coube a reprodução física e as tarefas domésticas, que são o trabalho privado e não remunerado. A prática continuada desta divisão sexual do trabalho acabou por naturalizá-la e assumi-la em consonância com as respectivas funções masculina e feminina (FERNANDEZ, 2018).

Ao lançar luz sobre as condicionantes e as características do trabalho invisível, não remunerado, as análises da economia feminista têm pretendido explicitar, por um lado, quão importantes são as mulheres que o executam para a provisão de bem-estar de suas famílias e, portanto, por extrapolação, para o bem-estar social (FERNANDEZ, 2018).

Na vila de Curitiba, no ano de 1776, havia 434 fogos e uma população total de 2098 habitantes (LISTA NOMINATIVA, 1776), 1058 destes habitantes eram mulheres livres entre as idades de 0 a 90+ anos, e 407 eram escravos/as (não é possível identificar o sexo). Dos 434 fogos, apenas 54 eram chefiados por mulheres, destes, somente um era por uma mulher casada, a senhora Francisca Maciel, mulher branca e livre, mãe de 4 filhos homens, em idades entre 17 e 25 anos e qualificados como *auxiliares*, que vivia de suas lavouras e criações, contando com 50 cavalgadas, e possuía dois escravos (não é possível confirmar o sexo das pessoas escravizadas em posse de Francisca).

Portanto, em 1776, havia 380 fogos chefiados por homens, em 339 destes fogos os chefes eram casados, em um desses fogos viveu Anna Maria, que, em 1776, tinha 30 anos, era mãe de 2 filhos e uma filha, os três em tenras idades, e era a esposa de Joaquim Jozê Alvarez, o qual possuía 12 escravos e dizia ser Capitão e auxiliar. Na lista nominativa deste ano também consta que Joaquim, como já mencionado anteriormente<sup>35</sup>, vivia de minerar e possuía, entregue e cavalgadas, 130 animais.

Após o tratado de Methuen (vigente entre 1703 a 1836), Portugal se tornou progressivamente devedor da Inglaterra. Para pagar suas dívidas o reino recorria ao ouro brasileiro. A parte do ouro que ficava no Brasil era pequena, e aquela destinada a Portugal também não permanecia lá em todo seu volume, sendo assim, podemos perceber Inglaterra como uma das beneficiadas pelo ouro do Brasil setecentista.

As concessões obtidas pela Grã-Bretanha no Tratado de Methuen em 1703, e em vários acordos anteriores, asseguraram o domínio britânico do comércio exterior brasileiro. Em troca da abertura especial do mercado britânico aos vinhos portugueses, os ingleses receberam permissão para instalar suas casas comerciais em Lisboa e no Porto, e suas mercadorias tiveram tratamento tarifário privilegiado. (Fisher, 1971; Sideri, 1970 *apud* HABER e KLEIN, 1992: 240)

No século XVIII, o comércio do ouro, dos diamantes e do algodão brasileiro estava sob controle britânico, enquanto o comércio de açúcar e de escravos tendia a ficar sob controle brasileiro e português. Essa situação estabeleceu-se logo no início do século XVIII e perdurou, sem maiores interrupções, ao longo do século XIX. Um estudo do importante comércio do ouro extraído do Brasil na primeira metade do século XIX revela que os déficits comerciais portugueses com a Grã-Bretanha eram compensados pela importação legal de ouro brasileiro para a Grã-Bretanha. (HABER, KLEIN, 1992: 240)

---

<sup>35</sup> Comentei sobre as atividades de Joaquim na página 65.

Se considerarmos que a dinâmica relacional de Anna Maria e Joaquim, na qual Anna, mulher e mãe, permanecia em casa cuidando dos afazeres domésticos possibilitando que Joaquim pudesse gerenciar os bens e negócios da família, e estes estavam atrelados à cadeia produtiva e mercantil da mineração, a qual não estava atrelada somente à mina e envolvia muitos atores tornando o circuito do ouro mais amplo e complexo, podemos perceber como o próprio trabalho doméstico não remunerado também pode se vincular à mesma cadeia, e conseguimos vislumbrar possibilidades de conexões a partir das atividades de Anna Maria e Joaquim, pois o ouro brasileiro interligava variados espaços, tais como Inglaterra, Portugal e Brasil.

Certamente devemos considerar que Anna e Joaquim contavam com posses que os colocavam em posição de maior conforto, em relação à maioria dos habitantes da vila, se considerarmos as posses como critério de fortuna. Também devemos considerar a possibilidade de que Anna Maria explorasse a mão de obra de algum/a de seus/uas escravos/as para auxiliá-la na casa, contudo, como já discutido, historicamente e culturalmente o trabalho doméstico não remunerado foi associado a papel da mulher, ainda que Anna tivesse escravas para trabalhar para ela, cabia a ela a representação e função daquela que cuida da casa e das crianças, era dela o papel de gerente dos afazeres domésticos, apenas pela condição de ser mulher, e no caso de Anna, a mulher casada com Joaquim.

Dito isso, podemos perceber o trabalho doméstico não remunerado se não como um elemento de conexão, como um elemento que proporciona conexões, seja observando as dinâmicas econômicas, seja analisando as integrações culturais, já que estamos falando do trabalho doméstico de uma mulher branca e livre na colônia, a qual responde a uma cultura baseada em preceitos legais, morais e sociais que respondia à metrópole e todas as outras culturas que interagiam entre si.

Eileen Boris expôs em seu texto de 1994 que historiadores/as do trabalho das mulheres, geralmente ofereciam inspirações que podiam nos ajudar a dissolver a dicotomia entre os domínios de casa e espaço de trabalho, para que assim pudéssemos compreender a conexão e interpenetração de um em outro (1994: 415), e, ao partir dessa perspectiva, poderíamos quebrar paradigmas baseados em uma pretensa dicotomia e começaríamos a questionar o que é trabalho e o que é trabalhador/a (BORIS, 1994: 415).

A exploração do trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um ponto central para o feminismo, assim como a dissolução da dicotomia entre público e privado, pois

a divisão ideológica entre “trabalho” e “casa” como esferas separadas acaba por engendrar o primeiro ao masculino e o segundo ao feminino (BORIS, 1994: 415).

Se entendermos que os processos produtivos domésticos muitas vezes calcam-se no desejo das famílias terem seus rendimentos ampliados e que a produção doméstica das mulheres constitui espaços de articulação e de autonomia simbólica e material (SANTOS, 2017: 178), considerar o trabalho doméstico não remunerado em nossas pesquisas pode nos trazer ganhos na compreensão sobre dinâmicas sociais e econômicas, pois consideraríamos diferentes lógicas de produção e de distribuição dos excedentes, além disso também ressaltaríamos o protagonismo das mulheres na conformação a reciprocidade e da redistribuição em suas economias, “indo além do usual e não menos relevante debate sobre o domínio do doméstico e a participação das mulheres no mercado formal de trabalho.” (SANTOS, 2017: 179).

Neste capítulo observei e analisei os dados das listas nominativas da vila de Curitiba e expus um perfil demográfico e econômico da vila, dando ênfase ao contingente feminino. Minha intenção foi apresentar características dos domicílios e chefes de domicílio, as diferenças quantitativas entre população livre, escrava e cativa, me focando nas mulheres: quantidade de mulheres chefes com e sem filhos/as; estado civil; quantidade de chefes de domicílio que eram proprietárias de escravos/as e/ou tinham administrados/as; e as atividades econômicas exercidas. Para tal feito, me debrucei sobre as listas nominativas realizadas entre 1776 e 1806 – o primeiro ano corresponde ao primeiro levantamento feito pela administração da época, o último (1806) corresponde ao final do recorte temporal desta pesquisa.

Adiante somarei a discussão teórica que elaborarei a uma análise qualitativa sobre os dados apresentados neste 2º capítulo, e, ao utilizar a perspectiva da economia feminista e uma metodologia que apresente de maneira articulada as condições sociais, econômicas e étnico-raciais das mulheres curitibanas, apresentarei as implicações dos trabalhos delas nas dinâmicas sociais da segunda metade do século XVIII.

### Capítulo III – O Trabalho Feminino na Vila de Curitiba e a Interseccionalidade

No segundo capítulo, ao analisar as listas nominativas, produzidas na segunda metade do século XVIII, na vila de Curitiba, apresentei os dados sobre os fogos da vila buscando compreender as diferenças e semelhanças entre eles e com isso obter uma representação, ainda que panorâmica, da estrutura domiciliar (chefes de fogo, relações familiares, composição e qualificação de residentes, e se os domicílios contavam com sujeitos escravizados e/ou administrados) de Curitiba na época.

Primeiro fiz um levantamento geral dos fogos, depois atentei minhas investigações somente sobre os fogos chefiados por mulheres. Ao final do capítulo fiz um levantamento sobre as atividades econômicas exercidas na vila de Curitiba, considerando como parte integrante o trabalho doméstico não remunerado.

Para este terceiro capítulo me debrucei sobre inventários, listas nominativas e os livros de notas do Primeiro Tabelionato de Curitiba com a intenção de analisar e compreender as condições materiais da vida das mulheres de Curitiba e como suas posses e trabalhos podiam descrever parte da dinâmica social. Como documentação suplementar aos inventários e listas nominativas utilizei os livros de notas do 1º Tabelionato de Curitiba (1773 - 1809), os quais tiveram suas cópias digitalizadas gentilmente compartilhadas comigo por Amanda do Couto e Silva Pinheiro, do programa de pós-graduação em história da Universidade de Brasília.

Os inventários *post-mortem* são procedimentos judiciais ou extrajudiciais para a legalização da transferência de bens. Segundo Stanczyck, que observou os pressupostos das Ordenações Filipinas, os inventários

eram legalmente obrigatórios em quatro casos: quando ao falecer um dos cônjuges ficassem com filhos ou netos menores de 25 anos, mesmo que ilegítimos, sob a pena de perder o usufruto dos bens destinado aos menores, caso o inventário não fosse aberto no prazo máximo de 30 dias após o falecimento do cônjuge; quando os interessados estivessem ausentes; quando o falecido não deixasse herdeiros; quando houvesse bens dos pródigos, órfãos e mentecaptos. Contudo, era recorrente a abertura de inventário mesmo que os herdeiros fossem maiores, pois havia interesse em reconhecer a real situação patrimonial dos falecidos. E, em não havendo herdeiros necessários forçados, interessava à Coroa e também a terceiros possíveis direitos na herança.  
(STANCZYCK, 2005:35)

De acordo com Faria, “os inventários eram feitos para os que tiveram algo a deixar, e abertos pela família ou, na falta desta, pelo juízo de órfãos, quando havia filhos menores” (1998: 225). Tais documentos costumavam listar quase todos os bens materiais dos indivíduos, o que

nos permite vislumbrar a realidade da vida material e cotidiana daqueles/as que observamos. Para Faria os “inventários *post-mortem* são uma fonte que permite a observação de um momento da vida material de determinadas pessoas, como uma fotografia” (1998: 227).

A tipologia dos inventários *post-mortem* permite a quantificação dos bens listados e avaliados, o que possibilita um estudo serial e percentual. Também é possível uma análise qualitativa, particularmente, por meio de estudos de caso para não perder de vista os agentes históricos entre estatísticas e números, por isso a importância de detalhar alguns casos tratando pelo nome e contando detalhes das histórias de algumas das inventariadas encontradas no conjunto documental abordado nesta pesquisa.

Referente à análise qualitativa das fontes, Cláudia Martinez enfatiza que esta imbrica na observação do detalhe, no excepcional, na singularidade presente em diferentes grupos sociais, trazendo à tona “nuanças e perspectivas que ajudam na compreensão das mudanças e permanências da cultura material” (2014: 159).

De acordo com Faria, a análise de um conjunto de inventários pode nos auxiliar a perceber trajetórias de vida e estabelecer padrões de conduta ou de produção (1998: 227). Sendo assim optei por agregar inventários em grupos específicos e observei aqueles que o juiz de órfãos ordenou fazer sobre os bens das mulheres falecidas na vila e foi com base neste procedimento que cheguei aos resultados apresentados neste capítulo.

Cópias fotografadas dos documentos foram feitas no Arquivo do Estado do Paraná. 22 inventários *post-mortem* foram encontrados. Aqueles selecionados assim o foram por estarem de acordo com o recorte temporal e espacial desta pesquisa<sup>36</sup>. Somente foram analisados inventários em que os bens levantados eram de propriedade de mulheres que viveram entre 1750 e 1809 – o último inventário disponível para o período.

Cabe também destacar que os Processos Judiciários do Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível, foram deslocados para o Arquivo Público do Estado do Paraná, após um incêndio que comprometeu muito a documentação como informado por uma das servidoras do Arquivo que me auxiliou na busca da documentação, não obstante alguns dos inventários que me deparei estavam com suas páginas queimadas, o incêndio também pode ter sido o motivo para, hoje, encontrarmos tão poucos inventários do período retratado nesta pesquisa.

---

<sup>36</sup> Em relação ao recorte temporal utilizado, ele foi instituído fundamentalmente por razões práticas e metodológicas, mas também de acordo com a busca de respostas para os questionamentos feitos por esta pesquisa. Tal recorte foi estabelecido para coincidir com o conjunto de fontes que obtive para a realização deste trabalho. Muito dos métodos empregados durante esta pesquisa precisaram do cruzamento de diferentes fontes para serem feitos, desta forma não houve como fazer uma periodização mais rigorosa para ser possível agregar o máximo de fontes para uma mesma região e época.

Ao analisar os inventários não considerei os custos processuais nem as dívidas devidas pelos ritos de sepultamento. Para esta pesquisa importou compreender o que as mulheres adquiriram ao longo de suas vidas, seus créditos e as dívidas que deixaram. A intenção foi compreender como as posses, créditos e dívidas poderiam estar vinculadas aos espaços da colônia e para além dela. Também foi considerado como as posses estavam articuladas com as atividades econômicas das mulheres e como elas representavam suas residências como espaço de moradia, mas também como espaço de produção.

Nas primeiras páginas dos inventários da vila de Curitiba costumam aparecer a data e local de falecimento da pessoa junto com explicações, descritas pelo escrivão, sobre a notificação feita à pessoa que deveria inventariar os bens da pessoa falecida, os nomes do escrivão e do juiz de paz. Por fim, as primeiras páginas costumam informar o deferimento da abertura do processo de inventário com as assinaturas do escrivão e juiz de paz. A lista de bens levantados e avaliados costumam aparecer por volta da sexta página.

Das mulheres falecidas que tiveram seus bens inventariados, pude levantar informações sobre a natureza de seus bens e o volume dos mesmos criando um retrato das condições materiais das mulheres e seus fogos, o que também colaborou para perceber diferenças e semelhanças entre os sujeitos históricos aqui observados. Dos bens inventariados e avaliados a categoria que mais se repete nos inventários é a de *trastes caseiros* (88%), porém os itens que a representam são bastante diversos incluindo desde mobiliário, a utensílios de cozinha, fazendas e roupas e até mesmo ferramentas, portanto, apesar de constar nas listas de bens de quase todas as inventariadas, a soma desses itens muitas vezes pouco significava em valores de réis.

Em seguida as categorias que aparecem com maior frequência, são: *gado vacum*, *animais cavalares*, *escravos*, *casas de morada*<sup>37</sup> e *lazer*, *terras lavradas*, *dívidas que se devem ao Monte*<sup>38</sup>, *ouro*, *prata*, *dívidas que o Monte deve* e *armas de fogo* – armas de fogo foram encontradas apenas em três processos e em somente um deles o item ganhou uma lista própria, nos outros ele apareceu apenas como parte dos itens listados em *trastes caseiros*.

---

<sup>37</sup> Segunda Faria “a designação plural ‘casas de morada’ definia não só o complexo de moradia e beneficiamento como também um lugar onde dormiam pessoas diferenciadas” (1998: 368), as *pessoas diferenciadas* a que Faria se refere são os sujeitos escravizados do/a proprietário/a da casa. Faço essa menção com o simples intuito de esclarecer a expressão, tal como aparece nas fontes.

<sup>38</sup> Embora dívidas a pagar não constituam bens, as dívidas que as falecidas deixaram foram consideradas por alterarem o valor dos bens deixados ao final dos inventários, já que os valores devidos eram abatidos dos valores avaliados dos bens listados. Além disso, a partir das dívidas podemos ter uma ideia sobre os negócios das falecidas, caso elas também se encontrassem nos livros de notas.



Quadro 12  
Frequência das categorias utilizadas nos inventários

Trastes Caseiros	88%
Gado Vacum	77%
Escravos	77%
Animais Cavalares	66%
Casas de Morada e Lazer	66%
Terras Lavradas	66%
Dívidas que se devem ao Monte	66%
Ouro	44%
Prata	44%
Dívidas que o Monte deve	44%
Armas de Fogo	22%

Fontes: Arquivo Público do Paraná, Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível.

Esses dados apontam percentualmente o que era costumeiro e o que pouco era entre os bens listados das mulheres. Os dados também nos apontam diferenças de riqueza, porém para tal informação é necessário atentar aos valores que cada categoria somava ao final e abordar cada inventário especificamente. Dos vinte e dois processos de inventário *post-mortem* encontrados no Arquivo Público do Estado do Paraná, nove estavam em estado de conservação suficiente para realização das transcrições e análises, sendo o primeiro processo datado de 1781 e o último de 1809.

Quadro 13  
Valores em réis dos bens a partir de suas categorias

Inventariada	Trastes Caseiros	Gado Vacum	Animais Cavalares	Escravos	Casas de Morada e Lazer	Terras Lavradas
<b>Anna Pereira da Silva (1781)</b>	48\$240	82\$200	94\$980	341\$200	10\$000	122\$000
<b>Ignez Xavier das Chaves (1786)</b>	5\$160	59\$100	-	280\$000	30\$000	500\$000
<b>Maria José de Jesus (1786)</b>	17\$560	51\$720	25\$600	-	-	45\$000
<b>Izabel da Costa (1786)</b>	7\$000	6\$000	8\$200	243\$400	-	271\$200
<b>Maria Antonia Ayres (1787)</b>	21\$680	8\$960	19\$500	-	6\$000	30\$000
<b>Izabel Maria de Andrade (1791)</b>	-	28\$800	53\$840	351\$400	63\$060	40\$000
<b>Izabel Bueno de Oliveira Silveira (1805)</b>	4\$340	14\$600	-	148\$000	38\$000	-
<b>Maria J. de Jesus (1807)</b>	136\$940	102\$000	76\$000	964\$000	400\$000	40\$000
<b>Quitéria Pedrosa Lima (1808)</b>	6\$280	-	23\$040	76\$800	-	-

Fontes: Arquivo Público do Paraná, Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível.

Como dito, com esses dois quadros anteriores podemos reparar o que costumeiramente era inventariado e perceber o que as mulheres da vila possuíam, como, por exemplo, animais, e além de conseguirmos perceber as diferenças de valores também conseguimos conjecturar sobre as atividades econômicas daquelas mulheres, pois algo que se destaca é a quantidade de animais e os valores investidos nesses bens, o que pode nos apontar um aspecto rural do trabalho feminino em Curitiba durante o século XVIII.

Também podemos notar que era comum a posse de pessoas escravizadas, embora a maior parte dos fogos chefiados por mulheres, como observamos nas listas nominativas, contassem com uma frequência menor de sujeitos escravizados que os fogos chefiados por homens, ao observar os inventários é possível perceber que investir em mão de obra escravizada era uma prática comum até para as mulheres de poucas posses.

Quadro 14  
Quantidade de sujeitos escravizados em posse das mulheres inventariadas

Inventariada	Total de sujeitos escravizados
Anna Pereira da Silva (1781)	5 *Faustino; Francisco; Luiz; Maria; Benedita.
Ignez Xavier das Chaves (1786)	4 *Bento; Tomé; Roberto; Michela.
Maria José de Jesus (1786)	0
Izabel da Costa (1786)	6 *Hegerônimo; Salvador; Fernando; um escravo não nomeado; Francisca; Maria.
Maria Antonia Ayres (1787)	0
Izabel Maria de Andrade (1791)	7 *Matheus; Francisca; Maria; Antônia; Sebastiana; Francisco; Miguel.
Izabel Bueno de Oliveira Silveira (1805)	3 *Antônia; dois escravos não nomeados.
Maria J. de Jesus (1807)	10 *Francisco; Joaquina; Ignácio; Benedito; Bernardo; Joaquim; Maria; Maria; Maria; Benedita.
Quitéria Pedrosa Lima (1808)	1 Não nomeado.

Fontes: Arquivo Público do Paraná, Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível.

Também conseguimos perceber, se observarmos a quinta coluna do quadro 13 que escravos/as eram os que somavam maiores valores, muitas vezes apenas um sujeito escravizado valia mais que a soma de todo o gado vacum ou dos animais cavalares, portanto a mão de obra escravizada, na vila de Curitiba, era mais valiosa que animais para criação e venda, até mesmo mais que terras e casas, ou seja, a mão de obra escrava valia mais que os meios e espaços utilizados para produção.

Cabe também ressaltar sobre a variação de valores dos sujeitos escravizados. A avaliação deles variava de acordo com sexo, idade e ofício, caso tivessem. Para mostrar como um/a escravo/a podia valer mais que até mesmo todo um conjunto de animais, podemos observar o exemplo do escravo Luiz, da nação Benguella, que, com 25 anos, foi avaliado em 80 mil réis, ou a escrava Benedita, mulata, de 20 anos, valorada em 100 mil réis, ambos na posse de Anna Pereira da Silva (Arquivo Público do Paraná, Inventário PC 02294.75, 1781). Somente Benedita valia mais que todo o gado vacum (53 animais) que Anna possuía, o qual somava o valor de 82 mil e 200 réis.

Pelo inventário de Anna Pereira da Silva, dada a grande quantidade e variedade de animais é possível percebermos que ela ainda vivia de suas lavouras e criações, tal como era quando, em 1776, era casada com Lucas Perez (LISTA NOMINATIVA, 1776). Anna faleceu deixando grande quantidade de animais, como cabras, porcos, bois, vacas, cavalos e éguas. Também foram avaliados e listados em seu inventário um conjunto de bens imóveis, sendo uma “morada de casas na freguesia de Santo Antônio da Lapa de três lanços cobertas de palha com quatro portas com fechaduras e seis janelas” (Arquivo Público do Paraná, Inventário PC 02294.75, 1781:45), além de terras lavradas, faxinais e feitorias (1781: 49).

Fica claro que Anna Pereira gozava de certa fortuna pois era dona de muitas terras e imóveis valiosos somando, ao todo, 132 mil réis, além disso era dona de 341 mil e 200 réis em valor de sujeitos escravizados e 94 mil e 980 réis em animais cavalares. Ao todo os bens de Anna Pereira de Andrade, na época de sua morte, somavam 784 mil e 200 réis mais 8 mil e 260 réis que Anna tinha a receber como credora de Sebastião Fernandes e Manoel Francisco de Siqueira (Arquivo Público do Paraná, Inventário PC 02294.75, 1781: 10). Descontando o pagamento de suas dívidas, aos herdeiros e herdeiras de Anna ficou o valor de 699 mil e 395 réis em bens e crédito a receber.

Quando Anna Pereira da Silva faleceu ela estava em seu segundo matrimônio, seu primeiro marido se chamava Lucas Perez (LISTA NOMINATIVA, 1776) e o casal não contava com mão de obra escrava, porém, em 1781, já casada com Francisco Gonçalves Senna, foram inventariados os três escravos e as duas escravas supracitadas. Francisco Gonçalves Senna não foi encontrado em nenhuma das listas nominativas e Anna Pereira da Silva não apareceu como chefe de domicílio após 1776 até a data da sua morte em 1781, além disso também não há nenhum contrato feito em nome de Anna nos livros de notas do 1º tabelionato, portanto só podemos trabalhar com duas hipóteses: ou Anna, comprou os e as escravas antes de seu

casamento com Francisco, ou Francisco já era proprietário dos e das escravas quando se casou com Anna e nenhum dos dois respondia como chefe de fogo.

Outra hipótese sobre a falta de Anna e Francisco nas listas nominativas é a de que Anna pode ter se mudado da vila e retornado somente na data de sua morte, já que consta em seu inventário que ela era moradora da vila de Curitiba. Fato é que Anna, de acordo com seu inventário, era proprietária de cinco sujeitos escravizados, sendo que dois deles eram as mulheres Maria e Benedita, sendo esta última uma jovem de vinte anos que foi avaliada em 100 mil réis, o maior valor entre as cinco pessoas escravizadas de Anna.

Maria e Benedita eram duas mulheres, respectivamente de 57 anos e 20 anos na época da morte de Anna Pereira. Ambas foram levantadas e avaliadas no inventário como propriedade de Anna. Estabelecer com precisão o que determinava os interesses de Anna na posse de sujeitos escravizados, só com a documentação de que disponho, é muito difícil, o que é possível aferir pelo inventário de Anna é que seus/uas escravos/as eram bens de alto valor. Infelizmente Anna não foi encontrada nos livros de notas nem nas listas nominativas após 1776, contudo, podemos trazer à luz uma discussão mais factual acerca de uma mulher, de aproximadamente 45 anos (LISTA NOMINATIVA, 1776), livre e dona de muitos bens ser a proprietária do corpo e do trabalho de outras duas mulheres, sendo uma delas mais velha e outra mais jovem.

Não é possível confirmar se Anna Pereira da Silva respondeu como chefe do fogo após 1776, quando houve a separação de Lucas Perez, o que conseguimos saber é que, em 1776, quem respondia pelo fogo era o primeiro marido, e o casal, que na época vivia de suas terras e lavouras, não tinha escravos. Sem podermos averiguar as informações sobre Anna e seu domicílio, não conseguimos aprofundar a discussão sobre suas relações familiares, a dinâmica de seu segundo matrimônio e a aquisição de escravos/as. O que é possível averiguar é que os filhos e filhas de Anna permaneceram no fogo do pai Lucas Perez após a separação e participaram como herdeiros, junto de Francisco, na lista de partidores do inventário.

Talvez a obtenção da mão de obra escrava tenha sido para cobrir a falta do auxílio dos filhos e filhas, já que o uso da progenitura nos negócios da família era prática comum na época (FARIA, 1998), talvez não tenha sido Anna quem decidiu pela compra de escravos/as, mas sim seu segundo marido, Francisco. Não é possível investigar as motivações de Anna sobre aquisição e uso de mão de obra escrava apenas com a documentação disponível, o que podemos constatar é que Anna Pereira da Silva era uma mulher de muitas posses e parte de sua riqueza eram outras duas mulheres.

Sabemos que em Curitiba, durante a segunda metade do século XVIII, como as listas nominativas demonstraram, tal como em São Paulo, no século XIX (SAMARA, 2007:15), a dinamização das relações familiares entre os sexos, que em Curitiba percebemos no alto número de mulheres chefes de fogos, pode representar uma alta da influência feminina nas decisões e questões econômicas da casa, tal como Samara pontua ao tratar da violência e poder nas relações de gênero entre os séculos XVIII e XIX (2007).

Anna Pereira da Silva não é encontrada nas listas nominativas após sua separação de Lucas Perez, porém, durante todos os anos em que o censo foi realizado na vila, até a data de sua morte, Francisca Maciel Sampaio, mulher casada, membro da elite local (STANCZYK, 2005: 116; MASSUCHETTO, 2021), que vivia de suas lavouras e criações, respondeu como chefe de fogo. Infelizmente o inventário de Francisca não foi encontrado, mas podemos saber, pelas listas nominativas, que, por muito tempo, o domicílio de Francisca foi constituído com seus filhos, que constavam como auxiliares, e mais duas pessoas escravizadas.

Ao ler o livro de notas descobri que uma das pessoas escravizadas, em posse de Francisca, era uma mulher e se chamava Ignácia (1º Tabelionato de Curitiba, Livro 23, 1790:82). Ao observarmos Francisca, assim como as várias outras mulheres chefes de fogo na vila, podemos discutir sobre o desafio à norma de domicílios chefiados por homens e até mesmo questionar se essa dinâmica social era, de fato, predominante, afinal, do século XVIII ao XIX, em diversos espaços da colônia, vemos mulheres respondendo como chefes de fogo (DIAS, 1995; FARIA, 1998; SAMARA, 2007; MARCÍLIO 2014), mulheres respondendo como cabeça dos negócios da família (METCALF, 1990) e, até mesmo, desafiando o matrimônio sendo maioria na autoria dos pedidos de separação (SANTANA, 2001). Tal como nos coloca Eni Mesquita Samara

No Brasil, assim como na sociedade portuguesa, até o século XIX, o sexo também exercia influência nas relações jurídicas, e a autoridade do chefe de família sobre a mulher, os filhos e demais dependentes aparece como legítima na literatura e nos documentos, desde o período colonial, o que não significa que, necessariamente, essas relações devessem aparecer dentro da rigidez com que estavam estabelecidas. (SAMARA, 2007: 13)

A autoridade do chefe de família aparece como legítima nos documentos, mas, aos nos voltarmos, especificamente, às listas nominativas, percebemos que o chefe de família muitas vezes era a chefe de família. Na literatura, e enfaticamente na historiografia, desde os anos 1970, com maior entusiasmo a partir dos anos 1980, cada vez mais acessamos pesquisas que

confirmam que o papel e influência das mulheres na sociedade colonial não se limitava aos domínios da casa e à submissão à figura do patriarca.

Ao observarmos as listas nominativas vemos uma quantidade expressiva de mulheres respondendo como chefes de fogos, até mesmo mulheres casadas. Em uma tentativa de aprofundar o debate e ampliar a história das mulheres esta pesquisa também se esforça em compreender seus objetos como sujeitos diversos que respondem e atuam sobre dinâmicas sociais, mas também econômicas e raciais.

A escrava Ignácia, que tinha sua liberdade privada por Francisca Maciel Sampaio (1º Tabelionato de Curitiba, Livro 23, 1790:82), foi uma mulher que, diferente de Francisca, não podia responder como chefe de fogo, pois Ignácia, devido a sua condição de escrava, respondia a sua proprietária sem nem mesmo ser nomeada na documentação que levantava o número de habitantes da vila, apesar de ser contabilizada como habitante da vila e residente no domicílio. Ignácia, diferente de Francisca, ainda que tivesse filhos/as, caso não fosse do interesse de sua proprietária, não poderia ter o auxílio de sua prole em seu trabalho, já que seus/uas descendentes diretos/as já nasceriam privados/as de liberdade, para Ignácia, diferente de Francisca, a liberdade sua e dos/as seus/as eram um privilégio, não um direito.

Ignácia e Francisca, duas mulheres, ambas habitantes da vila de Curitiba durante a segunda metade do século XVIII, porém uma pobre, escrava e negra, outra rica, livre e branca. Uma não era nomeada nos maços populacionais, outra fugia à regra e constava como uma das mulheres casadas que respondiam como chefes de fogo (LISTA NOMINATIVA, 1776, 1777, 1782), uma não tinha posses e era avaliada como um bem, outra tinha animais, terras e mão de obra escrava a sua disposição, uma seria alforriada somente se Benedito Mendes (filho de Francisca), falecesse, por “este achar-se enfermo e não ter quem dele trate” (1º Tabelionato de Curitiba, Livro 23, 1790: 82), outra decidia o seu próprio destino como também o destino da primeira.

Ignácia e Francisca eram mulheres, mas, fora o sexo, as duas experimentavam o mundo de maneira muito distinta, uma era pobre e negra, outra era rica e branca. Para o sistema escravista a condição de gênero não pode ser a única norteadora de uma análise histórica, afinal “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade e já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para proprietários elas poderiam ser desprovidas de gênero” (DAVIS, 2016: 17)<sup>39</sup> e no caso de Francisca e Ignácia, ou

---

<sup>39</sup> Angela Davis está tratando da escravidão nos Estados Unidos. Para o Brasil, talvez seja preciso complexificar a questão e considerar a condição de gênero, no contexto da relação entre senhores/as de escravos/as e sujeitos escravizados, se nos atermos aos casos das mulheres alforriadas como demonstrou Faria (2000). Também devemos

seja, mulher proprietária de mulher, é preciso considerar a abstração da ideia do “conceito de ‘condição feminina’, como se pudesse existir universal e fixa” (DIAS, 1983:32).

Francisca Maciel Sampaio, chefe de fogo, casada, mãe, que vivia de suas criações e lavouras, contava com o auxílio dos filhos, fazia parte da elite local, era filha, esposa e sogra de “homens bons” (homens que ocupavam cargos de governança)<sup>40</sup>, e Ignácia, mulher escrava, filha de Catharina, também escrava, não era nomeada nas listas nominativas, categorizada apenas como um substantivo no plural que, não fosse o livro de notas, não haveríamos de saber que Ignácia residia no domicílio (e era propriedade) de Francisca, afinal, nos maços populacionais Ignácia aparecia apenas como um número, apenas como a representação do controle populacional, afinal os maços populacionais eram “um documento policial e comprometido com o controle social” (DIAS, 1983: 34).

Ao observarmos Ignácia, a partir do contexto escravocrata no qual sua vida e trabalho pertencem a outra mulher, percebemos a dificuldade de tratar a história das mulheres de Curitiba por uma perspectiva que eventualmente possa ignorar as diferenças entre os sujeitos que constituem o objeto, pois, nas sociedades organizadas pelos impérios ibéricos, a distinção era a regra.

Nessas sociedades, construíram-se formas de identificação e de hierarquização social baseadas em aspectos físicos como a cor, que se combinavam com o estatuto jurídico, o patrimônio, a distinção, a religião ou vinculação política. Tais critérios deram origem a um amplo vocabulário, que assumiu fórmulas comuns nos distintos territórios imperiais, mas traduziu, igualmente, especificidades locais. Com variações temporais e espaciais, as classificações eram construções subjetivas, mas estigmatizaram grupos sociais que foram alijados de uma série de direitos. (RODRIGUES e CANDIDO, 2018: 402).

Aspectos físicos, estatuto jurídico e patrimônio são categorizadores deveras distintos entre Ignácia e Francisca e difíceis de serem ignorados se a intenção é compreender a história das mulheres da vila de Curitiba por uma perspectiva interseccional. Outro caso que podemos observar é o de Izabel Martins Valença. Infelizmente, o inventário de Valença (Arquivo Público do Paraná, Inventário PC 03663.136, 1808) não se encontra em boas condições, suas páginas estão bastante queimadas e muitas folhas foram cortadas e outras estão faltando, o que

---

atentar aos trabalhos designados às mulheres escravas, pois as funções exigidas das mulheres escravizadas diferiam das cobradas dos homens escravizados, como podemos ver no trabalho de Figueiredo (1993), como também o valor de venda desses sujeitos. Portanto, apesar de concordar que “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade” (DAVIS, 2016: 17), ao tratarmos do Brasil colonial setecentista, é benéfico lembrarmos das diferentes possibilidades e realidades entre homens escravizados e mulheres escravizadas.

<sup>40</sup> Para confirmar o sentido da expressão sugiro a leitura de GOUVÊA (1998). Para confirmar a atribuição da expressão a parentes de Francisca Maciel Sampaio, ver STANCZYK (2005).

impossibilitou a devida transcrição e análise. Porém, podemos acompanhar parte da vida de Valença pelas listas nominativas (1776; 1777; 1782; 1790; 1792; 1795; 1796) e os livros de notas (1º Tabelionato de Curitiba, Livros 026; 022; 027).

Valença, nas listas nominativas produzidas entre 1776 a 1782, consta como moradora do bairro Passaúna em um domicílio com seu marido, Manoel Rodrigues Seixas, qualificado como *chefe*, filhos e filhas e sujeitos escravizados. Fora Seixas, esposo de Valença e chefe do domicílio, o fogo de Valença se manteve relativamente constituído da mesma maneira, ou seja, com filhos e filhas e sujeitos escravizados, o que se alterou foram as quantidades de indivíduos residentes e o surgimento de Tereza, na lista de 1782, como administrada.

Dos anos de 1776 a 1782, os sujeitos escravizados em posse do casal Seixas e Valença foram de 4 indivíduos para 13 indivíduos. Além de escravos/as, passou a fazer parte do levantamento nos maços populacionais a indígena administrada chamada Thereza, que, em 1782, primeiro momento em que aparece na lista, tinha 50 anos, estado civil não informado e um filho chamado Benedito e duas filhas: Rita e Quitéria. Em 1782 Thereza consta no domicílio como agregada, seu filho e filhas não são listados, o que sugere a saída deles do domicílio de Valença, e surge Joaquim, de sete anos, e, assim como Thereza, ele é qualificado como *agregado*. Thereza mantém essa condição, ao menos nos maços populacionais, até o levantamento de 1792, porém, na lista de 1795, Thereza volta a ser categorizada como *administrada* e assim continua até a última lista em que o domicílio de Valença aparece, ou seja, no levantamento de 1796 Thereza ainda consta como administrada de Valença.

O aumento de sujeitos escravizados entre 1782 – última lista que Manoel Rodrigues aparece como chefe, e 1796, já com Valença viúva e chefe do fogo, a quantidade de sujeitos escravizados no domicílio de Valença continuou aumentando, chegando a 26 escravos em 1795 e terminando em 21 em 1796. Como dito, infelizmente, seu inventário está incompleto, portanto, não é possível confirmar se, ao falecer, em 1808 (Arquivo Público do Paraná, Inventário PC 03663.136, 1808) Valença ainda tinha em sua posse 21 indivíduos escravizados, porém, pelas listas nominativas podemos conferir que havia uma flutuação na quantidade destes indivíduos em posse de Valença. Não é possível confirmar os motivos da queda na quantidade de sujeitos escravizados em posse de Valença, pois nos livros de notas foi encontrado somente um documento, de 1797, de autoria de Valença, que atesta, com o uso do tabelião e testemunhas, a doação de uma escrava sua, de nome Antônia, com trinta anos à época, para sua neta Maria Expedito (1º Tabelionato de Curitiba, Livro 026, 1797:08).



Thereza, como o qualificador *administrada* nos maços populacionais sugere, era indígena e por ser administrada e residente do fogo de Valença, tinha sua força de trabalho controlada por esta última. Antônia era escrava e, a parte do livro de notas número 26, não é possível saber muito sobre sua vida enquanto esta estava sob controle de Valença, apenas conseguimos confirmar que ela fazia parte do grupo de sujeitos escravizados em posse de Izabel Martins Valença.

Três mulheres, uma livre, chefe de fogo, proprietária de muitos sujeitos escravizados, se comparado com a média da vila, e que vivia de suas lavouras. Uma indígena, residente no domicílio de outra mulher, sem estado civil identificado nos censos, mãe de, pelo menos, três e sem autoridade sobre seu próprio trabalho. Por último Antônia, escrava, sem posse de sua liberdade, sem autoridade sobre seu trabalho e sem nome nas listas nominativas. Isabel Martins Valença foi uma mulher de muitas posses, entre elas estavam mulheres, logo, perceber Isabel somente por sua condição de gênero é correr o risco de generalizar as experiências das mulheres na vila de Curitiba durante o século XVIII, tal como vem sendo apontado, mas, ainda assim, Isabel, embora fosse proprietária de outras mulheres, embora respondesse como chefe de fogo, ao que o livro de notas de número 22 indica (1º Tabelionato de Curitiba, Livro 022, 1788:143), no ano de 1788, em três de junho, Isabel Martins Valença passou o controle de seus bens e dívidas às mãos de procuradores, dentre eles dois de seus filhos mais velhos, Miguel e Francisco Seixas, a Joaquim Garcia Teixeira, da cidade do Rio de Janeiro, a Antônio Luiz Araújo da cidade de São Paulo, entre outros homens.

Valença requereu e nomeou seus procuradores em uma causa de apelação que tinha com Manoel Fernandes de Faria e teriam o direito, *in solidum*, no caso de mandado geral ou especial, de “requerer, alegar, mostrar e defender todo seu direito e justiça, em todas as suas causas, assim cíveis como crimes” (1º Tabelionato de Curitiba, Livro 022, 1788:143) e de decidir sobre “toda sua fazenda, ouro, prata, escravos, (...) suas procedidas dívidas” (1º Tabelionato de Curitiba, Livro 022, 1788:143).

Pelas fontes disponíveis não é possível afirmar as motivações do pedido de Valença, o qual daria considerável poder de decisão a seus procuradores, mas isso nos mostra que Izabel, já viúva e chefe de fogo, em seu caso de apelação de 1788, não seria a pessoa responsável, ao menos não oficialmente, para tomar as decisões sobre seus bens e dívidas, embora constasse como proprietária.

A aparente perda de autoridade de Izabel em favor de seus filhos pode ser um retrato de uma sociedade colonial de bases patriarcais como a historiografia produzida até a década dos

anos 1960 aponta (SAMARA, 1997: 08) ou pode ter sido por uma questão mais simples como a busca de auxílio de pessoas de sua confiança devido a avançada idade – em 1788 Valença contava com sessenta e seis anos. Encontro motivos para a segunda hipótese ao pensar nas pesquisas de Metcalf, principalmente em seu trabalho já mencionado no primeiro capítulo. A partir dele a reflexão que precisamos considerar se faz sobre a tensão entre a cultura decorrente da existência da família patriarcal no Brasil colonial e os direitos legais da mulher enquanto proprietária independente, se torna necessária, pois ao examinar precedentes do código romano, o ciclo típico da família de elite, Alida Metcalf (1990) demonstrou o importante papel que era desempenhado pelas viúvas no que tange à sua condição de proprietárias decidindo e gerenciando os negócios da família.

Além disso, nove anos após a elaboração da procuração, vemos Valença ainda tomando decisões sobre seus bens e negócios, como no documento, já citado, em que ela assina a doação de sua escrava Antônia em favor de sua neta Maria.

Como coloca Samara (1997), as pesquisas sobre a família e o papel das mulheres, já desde meados dos anos 1980, vêm demonstrando uma pluralidade de modelos familiares no Brasil colonial e a discussão sobre o patriarcalismo, desde aquele período da produção historiográfica, “vem atrelada à ideia de mudanças, sugerindo uma maior flexibilidade e adaptação do modelo a situações locais, muitas vezes ditadas pelo próprio modo de vida dos habitantes” (SAMARA, 1997:11), corroborando com esta perspectiva está o argumento de Metcalf, em que é necessário considerar os contextos regionais (2005).

O que essa pesquisa tem confirmado, a partir das fontes documentais e da historiografia utilizada para auxiliar, é que, na vila de Curitiba, durante a segunda metade do século XVIII, havia uma grande quantidade de mulheres respondendo como chefes de fogos, o que indica autonomia, poder de decisão sobre a família e atuação em variados espaços da vila, seja na casa, seja nos negócios e trabalhos feitos pela vila, demonstrando a pluralidade de modelos familiares que desafiavam o patriarcalismo e apresentavam a distância entre a norma e a prática social (SAMARA, 1997).

Retornando aos inventários e à questão sobre a diversidade de condições sobre os sujeitos históricos observados nesta pesquisa, os inventários apontam um alto número de mulheres em posse de outras mulheres e no quadro seguinte é possível lermos as diferenças quantitativas entre o total de sujeitos escravizados e quantas mulheres haviam no grupo pertencente a mesma inventariada.

Quadro 15  
Total de mulheres escravizadas dentro do grupo

Inventariada	Total de sujeitos escravizados	Total das mulheres no grupo
Anna Pereira da Silva (1781)	5	2
Ignez Xavier das Chaves (1786)	4	1
Maria José de Jesus (1786)	0	-
Izabel da Costa (1786)	6	2
Maria Antonia Ayres (1787)	0	-
Izabel Maria de Andrade (1791)	7	4
Izabel Bueno de Oliveira Silveira (1805)	3	2
Maria J. de Jesus (1807)	10	5
Quitéria Pedrosa Lima (1808)	1	-

Fontes: Arquivo Público do Paraná, Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível.

Conseguimos observar pelo quadro que a média de escravas sob posse e controle de mulheres escravistas chegava a quase 1/3 no total do grupo de sujeitos escravizados, o que pode representar que a condição de gênero, ao tratarmos sobre mulheres livres e mulheres escravas, pode ser beneficiada em um análise que a articule com outras condições, principalmente se considerarmos o foco de nossa observação a partir dos domicílios e formações familiares, tal como o segundo capítulo tratou, além disso, como a historiografia já demonstrou, as diferenças regionais, de raça e de classe (SAMARA, 1997: 10) refletiam na formulação do conceito de família, portanto, se para pensarmos a família colonial precisamos observar as diferenças, é válido que ao pensarmos os sujeitos que constituíam a família e os sujeitos que participavam no domicílio, sendo consanguíneos ou não, incorporemos em nossas análises essas diferenças.

Até o momento abordei casos em que mulheres de muitas posses, brancas e livres eram proprietárias de mulheres escravizadas negras e pardas (LISTA NOMINATIVA, 1808), e também tinham o controle sobre o trabalho de mulheres indígenas, como no caso de Valença e Thereza. O cerne do argumento, até aqui, se fez sobre como as diferentes condições econômicas e estatuto jurídico baseado em relações hierárquicas estabelecidas por diferenças nos aspectos físicos que influenciavam a vida das mulheres, porém, quando nos voltamos ao caso de Anna Preta, conseguimos compreender que a discussão ainda precisa ser ampliada.

Anna Preta, em 1782, passou a fazer parte do levantamento dos maços populacionais como chefe de fogo. Anna, naquele ano, era moradora do bairro Itambê, tinha sessenta anos, pouco mais ou pouco menos, e foi qualificada como “forra”. Em seu domicílio foram levantados somente Anna e dois sujeitos escravizados. Infelizmente não foi encontrado inventário em

nome de Anna e seu nome também não foi mencionado nos livros de notas, portanto não é possível averiguar o sexo dos sujeitos escravizados em posse de Anna, mas podemos saber, a partir da lista nominativa, que Anna Preta, em seu passado, foi escrava e, em 1782, era chefe de domicílio proprietária de escravos (ou escravas).

O caso de Anna pode nos ajudar a refletir sobre a questão da diversidade de condições dos sujeitos históricos e como um olhar interseccional pode nos auxiliar a contar a história. Anna Preta, diferente das outras proprietárias de sujeitos escravizados aqui já mencionadas não era livre, era forra, status jurídico diferente, e nem tinha um grande fogo. Anna não tinha filhos/as, nem agregados/as e tinha poucos ou poucas escravas, e seu sobrenome também indica que Anna era negra, pois, segundo conferência dada pelo historiador Roberto Guedes, era comum na documentação a palavra *preta* ser usada para descrever a cor da pele enquanto a palavra *negra* era utilizada como qualificador de *status* jurídico<sup>41</sup>, portanto Anna Preta, diferente de Anna Pereira da Silva, Izabel Valença e Francisca Maciel, não era uma mulher de ascendência europeia, mas, como seu sobrenome e condição de forra indicam, era uma mulher de raízes africanas.

Sobre as diferenças entre Anna Preta e as outras mulheres proprietárias de escravos/as, decidi abordar o caso me utilizando da sua origem ou da de seus ancestrais ao invés da categoria *raça* por duas razões: a primeira pelo que coloca Bethencourt, segundo o autor, de acordo com “estudos recentes, em finais do período colonial, a nomenclatura racial no Brasil designava mais de 150 categorias; o problema, no entanto, é situá-las nos seus contextos espaciais e históricos precisos, de forma que se compreendam a sua evolução ou desaparecimento” (2018: 182).

As categorias utilizadas para classificação da humanidade eram elaboradas a fim de manter distinções sociais baseadas na origem do indivíduo e também na sua riqueza material ou na falta desta, vide exemplo das representações de castas (detalhando gestos e vestuários diferentes) para demonstrar descendentes de casamentos mestiços da escola mexicana ao longo do século XVIII (BETHENCOURT, 2018: 169). As classificações ainda serviram de auxílio para manutenção de poder no desenvolvimento de novas organizações sociais e étnicas que absorviam estruturas locais pelos colonizadores (BETHENCOURT, 2018: 169-192). A cor da

---

<sup>41</sup> Esta foi uma fala proferida pelo professor e pesquisador da UFRRJ durante a mesa redonda **Escravos e libertos: memórias construídas e histórias não contadas** da qual participei como ouvinte durante o **VIII Encontro Internacional de História Colonial**, Impérios Coloniais da Era Moderna: Permanências e Rupturas, evento do qual também tive o prazer e oportunidade de apresentar parte desta pesquisa no simpósio temático Impérios ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade e cultura. Mais sobre o evento ocorrido em 2021 pode ser encontrado no endereço: <https://www.eihc.com.br/>. Acesso em 04/2022.

pele era utilizada para categorização, mas não apenas, pois se considerava origem, e “atributos mentais e comportamentais presentes na ideia de ascendência” (BETHENCOURT, 2018:189).

A segunda razão é que acredito ser necessária atenção à época em que o termo *raça* aparece nos discursos, seja nas fontes ou nas narrativas históricas construídas posteriormente, afinal “(...) no Antigo Regime, o termo *raça* continha significados variados, fluidez que dificulta sua identificação pelos historiadores.” (RAMINELLI, 2015: 215). Ou seja, a noção de *raça* variava nos documentos, o que ressalta a importância de entender e apontar o que as fontes colocam, e nas fontes acessadas para esta pesquisa o que me é dado sobre Anna Preta é apenas o termo *forra*, categorias que consideravam características fenotípicas dos habitantes da vila só aparecerão a partir da lista nominativa de 1806 com os termos *negro/a*, *negro/a forro/a*, *pardo/a*, outra mudança que ocorreu neste mesmo maço populacional foi a nomeação dos sujeitos escravizados nos fogos levantados.

Retornado à questão de minha escolha sobre como analisar a história das mulheres da vila e abordar o caso de Anna Preta, cabe ressaltar que as diferenças de fatores culturais, englobados pela noção de etnia<sup>42</sup>, também eram causadoras de hierarquizações, sendo assim não é possível negar que as experiências de Anna Preta tenham sido deveras diferentes por conta de suas origens, além disso é preciso esclarecer que o fato de que Anna já havia sido escravizada, enquanto as outras aqui já comentadas eram livres, de muitas posses e até mesmo prestígio social, evidencia uma distância entre essas mulheres.

Contudo, Anna Preta, exatamente por ter sido escrava no passado e, quando *forra*, ter se tornado proprietária de sujeitos escravizados, também a distancia das mulheres escravas aqui já mencionadas, o que nos aponta que o fato de terem fenótipos similares não era o suficiente para criar laços de solidariedade evitando a posse e uso de mão de obra escravizada, portanto as condições raciais, étnicas e de gênero, para observarmos casos como de Anna Preta, ainda não se mostram suficientes. Não quero dizer com isso que Anna Preta não tenha sofrido, ao longo de sua vida, “as violências racial e étnica contra as mulheres” que eram e “são exemplos de discriminação contra grupos específicos” (CRENSHAW, 2004:12), ou que a mesma não era “estigmatizada por seu passado como escrava e considerada pessoa de qualidade inferior” (FARIA: 2000: 70), mas o caso dela nos faz perceber outro prisma que considere também as condições econômicas geradoras de relações hierárquicas.

---

<sup>42</sup> Definida nesta pesquisa a partir da leitura de Viana “como uma coletividade (sociedade ou comunidade) de indivíduos que são (ou se originaram) de um mesmo território e que possuem, também, uma unidade e homogeneidade cultural (mesma língua, religião, crenças em geral, valores, etc.) e uma identidade coletiva de pertencimento a esta etnia” (2009: 18).

Ao analisar acordos pré-nupciais entre casais de forros Faria (2000) percebeu que “eram as mulheres que detinham pecúlio significativo, quase sempre originários de seu próprio trabalho ou ‘indústria’, conforme declarado em inúmeros testamentos de forras” (2000: 69). Aos nos depararmos com Anna Preta, na vila de Curitiba, percebemos um fogo de poucos residentes, no qual ela respondia como chefe, sem parentes consanguíneos e em posse de dois sujeitos escravizados. Como já apontado na análise dos inventários, escravos e escravas eram bens de alto valor, independentemente da idade e do sexo do sujeito, e o fato de Anna Preta ter sido proprietária de dois, em 1782, nos aponta a possibilidade de que Anna era uma forra “que tinha condições sociais e econômicas especiais que a tornavam detentora de poder econômico” (FARIA, 2000: 70).

Esta leitura sobre as condições econômicas de Anna Preta, a partir da confirmação de sua posse de sujeitos escravizados, pode ser corroborada com o que colocou Faria em 2000.

Em vários trabalhos que analisam a riqueza no período escravista, a posse de escravos é um indicativo importante para inferir o grau de fortuna dos envolvidos. Sem dúvida que a posse de escravos também é indicativo de prestígio social e sua manutenção, mesmo que à custa de muitos esforços, deve ter sido cara a inúmeras pessoas. (FARIA, 2000: 83)

Mesmo considerando alguns limites, como venda facilitada em momentos de crise do antigo/a proprietário/a, a aquisição de escravos não era fácil, pois, para a maioria da população, juntar o necessário para a compra de pelo menos um sujeito escravizado, demandava investimentos significativos (FARIA, 2000:83), investimentos que, a *priore*<sup>43</sup>, Anna Preta realizou duas vezes e “mulheres proprietárias de escravos, qualquer que tenha sido sua condição social, não podem ser consideradas ‘pobres’ no sentido econômico do termo” (FARIA, 2000: 83), portanto Anna Preta, no caso da análise aqui proposta, não será compreendida como uma mulher sem recursos e despossuída de bens de altos valores.

Desta forma, se tomarmos a posse de sujeitos escravizados como critério de fortuna, podemos identificar diferenças de poder econômico entre as mulheres da vila. Ao pegarmos o ano de 1782 como exemplo, ano em que Anna Preta aparece no censo, podemos constatar que das 46 mulheres, em 1782, que figuraram nas listas como chefes de fogos sem terem seu estado civil indicado, tal como Anna Preta, apenas 5 daquelas chefes eram proprietárias de sujeitos escravizados e, naquele mesmo ano, apenas duas mulheres foram categorizadas como *forras*,

---

<sup>43</sup> Chamo a atenção desta forma pois não é possível afirmar, pelas fontes investigadas, que os sujeitos escravizados de Anna Preta não fossem derivados de uma doação, embora nada indique esse movimento nos livros de notas.

Anna Preta e Anna, ambas moradoras do bairro Itambé, no fogo de Anna Preta, como já mencionado, eram residentes somente ela e dois sujeitos escravizados, já no domicílio de Anna, o qual aparece logo após o de Anna Preta na lista, contava com a chefe, de 50 anos, sua filha também chamada Anna, de 25 anos, dois netos em tenra idade e dois agregados: João Pedrozo, de 55 anos, e Custódio Domingues, de 51 anos.

Anna Preta e Anna, duas mulheres que no passado foram escravas, duas mulheres chefes de fogo, uma sem família em seu domicílio, outra com família extensa, uma proprietária de dois sujeitos escravizados, outra não. Não é possível descobrir, pelas fontes acessadas, as motivações de Anna para não ser proprietária de escravos/as, talvez solidariedade, talvez ter vivido na pele a exploração de seu trabalho e a privação de sua liberdade fossem seus motivos, talvez Anna não considerasse necessário investir em mão de obra escrava, talvez Anna não tivesse recursos para investir, todas essas hipóteses levantam questionamentos impossíveis de responder pela falta de documentação sobre Anna e dispersam o foco desta pesquisa, portanto o que podemos aferir sobre Anna Preta e Anna é que mesmo que as duas tivessem compartilhado de um passado semelhante no que diz respeito ao trabalho, pois ambas foram escravas, e mesmo que em 1782 ambas compartilhassem o mesmo status jurídico de *forras*, naquele ano, Anna Preta e Anna, se diferenciavam a partir das considerações sobre seus fogos e condições materiais observadas pela representação de poder econômico expresso pela posse de sujeitos escravizados.

Ao voltarmos aos inventários podemos observar com mais clareza as diferenças, no aspecto material e financeiro, das mulheres da vila, se nos focarmos nos valores totais que cada inventariada deixou aos seus herdeiros e herdeiras. Outra questão que podemos considerar indicativo de alguma fortuna é a própria existência do inventário, pois inventários não eram de costume geral, eram elaborados somente por aqueles/as que tinham bens considerados valiosos a deixar (FARIA, 1998).

Quadro 16  
Valores totais em bens

Inventariada	Valor total dos bens
Anna Pereira da Silva (1781)	784\$200
Ignez Xavier das Chaves (1786)	442\$484
Maria José de Jesus (1786)	157\$480
Izabel da Costa (1786)	535\$800
Maria Antonia Ayres (1787)	108\$760 <sup>44</sup>
Izabel Maria de Andrade (1791)	285\$105
Izabel Bueno de Oliveira Silveira (1805)	186\$940

<sup>44</sup> O exposto no quadro corresponde somente ao valor parcial dos bens de Maria Antonia Ayres. Infelizmente não é possível averiguarmos o real valor total pois as páginas 09 e 10 de seu inventário estão queimadas e, por conta disso, muitos parágrafos da lista de bens e a descrição do valor total das laudas não constam mais em seu inventário (Arquivo Público do Paraná, Inventário PC 2706.93, 1787).

Maria J. de Jesus (1807)	1:751\$250
Quitéria Pedrosa Lima (1808)	110\$280

Fonte: Arquivo Público do Paraná, Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível.

É preciso ressaltar que os inventários disponíveis são somente de mulheres que eram casadas ou viúvas no momento em que faleceram, portanto os bens avaliados podiam ser a soma do que foi adquirido com o matrimônio ou durante o mesmo, mas também após o fim dele no caso das viúvas, sendo assim, para fazermos uma leitura mais adequada das condições materiais e diferenças entre as mulheres da vila devemos somar à leitura dos inventários as listas nominativas com os dados das mulheres chefes de fogo, porém com as listas somente temos acesso aos sujeitos escravizados que faziam parte do levantamento do fogo, e, como já exposto no segundo capítulo, as mulheres chefes de fogo não tinham, em sua maioria, escravos/as.

Essa soma documental para análise se faz necessária pelo fato de que a posse de sujeitos escravizados, como já comentado, representava poder econômico, ainda que a compra de escravos/as tenha sido algo pontual e que os sujeitos fossem os únicos bens deixados para herdeiros/as. Portanto ser proprietária de escravos/as, na vila de Curitiba, durante a segunda metade do século XVIII, era um diferenciador de condições entre as mulheres, ou seja, as experiências sociais e condições materiais de uma mulher não proprietária dificilmente se poderiam comparar as de uma mulher proprietária de sujeitos escravizados.

Se repararmos nos inventários podemos perceber que as mulheres com maior fortuna foram justamente aquelas que tinham em seus bens levantados sujeitos escravizados, ainda que apenas um ou dois, exemplo disso é a diferença de fortuna entre Ignez Xavier das Chaves e Maria José de Jesus, ambas falecidas em 1786, a primeira era proprietária de escravos/as e a segunda não. A diferença do valor total dos bens avaliados entre as duas era de 285\$004 réis, ainda que Maria tivesse mais capital em animais cavaleiros e trastes caseiros, era Ignez quem tinha a posse de 4 sujeitos escravizados, os quais somavam 280\$000 réis.

Outros bens que apareceram com certa frequência nos inventários analisados foram ouro e prata, os quais apareciam na forma de botões, joias, fivelas e talheres. Porém, na maioria dos documentos pesquisados, tais itens não somavam quantias significativas, a não ser no caso de duas das inventariadas como pode ser visto no quadro adiante.



Quadro 17  
Ouro e prata nos inventários

Inventariada	Ouro	Prata
Anna Pereira da Silva (1781)	21\$100	2\$560
Ignez Xavier das Chaves (1786)	-	\$400
Maria José de Jesus (1786)	-	3\$200
Izabel da Costa (1786)	-	-
Maria Antonia Ayres (1787)	7\$000	-
Izabel Maria de Andrade (1791)	4\$800	-
Izabel Bueno de Oliveira Silveira (1805)	-	-
Maria J. de Jesus (1807)	30\$800	20\$550
Quitéria Pedrosa Lima (1808)	-	-

FFonte: Arquivo Público do Paraná, Juízo de Órfãos de Curitiba, 10ª Vara Cível.

Ouro e prataria são bens que apontam diferenças no poder econômico e de fato comprovam que Anna Pereira da Silva e Maria J. de Jesus, em relação as outras inventariadas, no decorrer da segunda metade do século e início do século seguinte, eram mulheres com fortuna considerável, mas o que ainda prevalecia como mais valioso em suas listas de bens eram os indivíduos escravizados.

Sobre as atividades laborais e econômicas das mulheres da vila, foi possível averiguar a partir das listas nominativas, inventários e livros de notas que a maioria se concentrava em lavouras e criação de animais, em seguida compra e venda de terras para arrendar, porém também aparecem mulheres chefes de fogos que viviam de suas agências, esmolas, e costura (principalmente a partir do maço populacional de 1806), das chefes de fogos que tiravam seu sustento da lavoura ou da criação de animais, o perfil mais comum era os das mulheres que se tornaram chefes após o falecimento do esposo, já entre as chefes de fogos solteiras ou sem estado civil informado, foi mais comum encontrar a observação no maço de que viviam “de suas agências”, seguida de “esmolas” e então, após um período de 30 anos sem essa informação ser exposta nas listas, apareceu costureira. É também na lista de 1806 que no campo de observações passou a ser colocado informações sobre as características fenotípicas sendo usados os termos *negro, negra, negro forro, negra forra, pardo, parda* assim como informações sobre a naturalidade do/a habitante, como, por exemplo *natural de Lisboa, natural de Sorocaba*, e, por fim, informações qualificadoras sobre as condições econômicas com o uso do termo *pobre*.

As informações sobre o ofício, nos maços populacionais, eram descritas somente para pessoa que correspondia como chefe. Em 1806 na lista da primeira companhia havia oito mulheres chefes de fogo que trabalhavam como costureiras, quatro delas foram categorizadas

como pardas. Na lista da segunda companhia não há nenhuma chefe costureira ou que vivia de suas costuras. Esse dado sobre o trabalho de costureira aparece somente na lista desse ano, como dito, nas listas anteriores informações sobre o trabalho de chefes de fogo não foram levantadas pelos recenseadores da época, esta prática foi efetuada somente nas listas de 1776 e 1806.

Portanto foi preciso somar os livros de notas, onde aparecem escrituras que informam sobre negócios feitos na época, com os inventários que, ao mostrarem características e número de casas de lazer e morada, características das terras e, principalmente, quantidade e espécie de animais, assim como alguns itens listados como *trastes caseiros*, possibilitaram aferir sobre as atividades econômicas.

Com os livros de notas pude constatar muitos negócios feitos envolvendo compra e venda de terras para arrendamento, assim como empréstimos feitos a outrem, o que nos aponta que algumas das mulheres da vila exerciam o papel de credoras fornecendo empréstimos para outros habitantes da vila e também para pessoas de fora da vila como moradores de São Paulo e Rio de Janeiro (1º Tabelionato de Curitiba, Livro 22, 1786: 32; 1º Tabelionato de Curitiba, Livro 25, 1794: 18). Os empréstimos também foram conferidos nos inventários com a lista *Dívidas que o Monte deve*, onde eram listadas todas as pessoas que deviam dinheiro à inventariada.

Além de credoras as mulheres da vila também atuavam como devedoras, informação que pode ser obtida tanto nos livros de notas quanto nos inventários. Essa situação me remete ao caso de Micaela Joaquina, moradora do Rio de Janeiro e viúva de Manoel Gonçalves Moledo, que, ao herdar a dívida de seu falecido esposo, transpõe-se a um papel ativo na história de uma cadeia de dívidas que se dão como resultados de práticas mercantilistas que se conectam espacialmente ao longo do globo (FLORENTINO e FRAGOSO, 1993: 96 - 97), porém, diferente de Micaela com quem conseguimos perceber dívidas que atravessaram o Atlântico, o que encontrei sobre as dívidas das mulheres da vila de Curitiba é que elas se concentravam em negociações feitas com pessoas de outras freguesias da própria vila (Arquivo Público do Paraná, Inventário PC2538.85, 1784) e algumas outras residentes da vila de Paranaguá (Arquivo Público do Paraná, Inventário PC 2815.98, 1791).

Sobre atividades econômicas para fora do Paraná, a partir da documentação disponível para esta pesquisa, foi possível constatar que as mulheres faziam negócios pela compra de animais e escravos/as, pois em listas de bens vemos éguas e cavalos do Porto (Arquivo Público do Paraná, Inventário PC2706 93, 1787) indicando negócios com a praça comercial do Rio de

Janeiro pela importação de animais e escravos da nação Benguella e Angola (Arquivo Público do Paraná, Inventário PC2538.85, 1784) o que aponta transações com o comércio atlântico de escravos.

## Considerações Finais

Com o levantamento bibliográfico do primeiro capítulo foi possível apreender o estado da arte ao observar as perspectivas e temáticas adotadas pelos e pelas pesquisadoras que trabalharam com a história das mulheres nos últimos quarenta anos. Uma relação entre essas histórias que se destacou foi o eixo temático entre família e Estado. O mesmo resultado se apresentou em produções elaboradas nos programas de pós-graduação, tanto na modalidade mestrado quanto na de doutorado.

Minha busca se concentrou em pesquisas que apresentassem relações entre *história das mulheres, trabalho e Brasil setecentista*, porém encontrei poucos trabalhos que articulassem os três e por isso o resultado apontando, como pode ser visto nos quadros sobre as temáticas apresentados no primeiro capítulo.

Em busca de melhores entendimentos sobre a história das mulheres setecentistas e seus trabalhos incluí em minhas observações um olhar voltado às dinâmicas sócio econômicas culturais nos capítulos segundo e terceiro. No segundo capítulo levantei informações e analisei as condições domiciliares da vila de Curitiba a partir da leitura das listas nominativas. Esta etapa da pesquisa me proporcionou a compreensão dos lugares ocupados pelas mulheres nos fogos.

Considerando as descobertas expostas no primeiro e segundo capítulo, percebi que era o momento de estudar a possibilidade da aplicação de uma análise interseccional para observar as histórias das mulheres e averiguar se tal perspectiva poderia de fato contribuir para ampliação dos entendimentos sobre a história da Vila de Curitiba contada a partir de estudos acerca das mulheres setecentistas.

A pesquisa demonstrou que as mulheres da sociedade curitibana setecentista muitas vezes ocupavam os ditos papéis masculinos (DIAS, 1995) e respondiam como chefes de fogo ficando à frente das decisões econômicas e familiares. Também foi possível constatar que as chefes eram de variados estados civis, como casadas, viúvas e solteiras. A maior concentração de chefes estava entre as viúvas, apontando que as mulheres curitibanas detinham a posição no fogo, mesmo quando na presença de filhos adultos, tal como as mulheres de Santana de Parnaíba estudadas por Alida Metcalf (1990; 2005), o que me leva a crer na presença de certo tipo de resistência e luta pela função no fogo, auxiliando na manutenção e decisão sobre seus bens.

Além das viúvas a pesquisa também demonstrou que mesmo mulheres casadas respondiam como chefes, uma quantia consideravelmente menor que viúvas e solteiras, porém a existência dessas mulheres no passado demonstra uma fuga à regra do modelo patriarcal. A partir das fontes consultadas não foi possível determinar os motivos das mulheres casadas responderem como chefes, dentre os motivos possíveis está a ausência do marido, porém podemos nos atentar ao exemplo de Francisca Maciel Sampaio, a qual mesmo casada e com filhos adultos no fogo, sempre respondeu como chefe até o momento de sua morte.

O marido de Francisca Maciel era da elite local e compreendido como parte dos “homens bons” (STANCZYK, 2005; MASSUCHETTO, 2021) o que me leva à hipótese que ele não estava ausente da vila, devido à consideração de sua importância e participação direta na política do espaço, portanto, ao observar o caso de Francisca Maciel, é possível dizer que havia na vila mulheres casadas, com maridos presentes, que se mantinham em posição de decisão e poder no fogo. Afinal, “controle sobre a propriedade, na maioria das culturas, se traduz em poder. Aqueles/as que têm recursos, sejam eles de uma família ou comunidade, têm os meios necessários para exercer poder sobre os/as outros/as” (METCALF, 1990: 277)<sup>45</sup>.

Ao me atentar sobre as atividades econômicas da vila percebi que a perspectiva da economia feminista poderia auxiliar com elucidações sobre o trabalho feminino acerca das mulheres que não respondiam como chefes dos fogos, pois, de acordo com as fontes utilizadas para elaboração desta pesquisa, as informações sobre funções laborais eram expostas somente sobre quem respondia como chefe, sendo assim, foi fundamental para este trabalho a utilização da perspectiva para perceber as articulações entre o trabalho doméstico não remunerado e seu vínculo com o trabalho exercido pelo chefe do fogo.

O olhar sobre o trabalho doméstico não remunerado das mulheres da vila permitiu perceber que o mesmo auxiliava na possibilidade de execução do trabalho da pessoa que respondia como chefe, considerando que algumas das atividades econômicas exercidas pelos/as habitantes da vila se conectavam a outros espaços cheguei à conclusão que o trabalho doméstico também pode ser lido como um eixo de conexões espaciais. A partir da análise das fontes e da leitura de Wallerstein (1985), Boris (1994) entre outros e outras autoras, constatei que apesar de não ser remunerado o trabalho doméstico das mulheres da vila de Curitiba no século XVIII se implicava em questões econômicas que iam desde a possibilitação de geração de renda pelo auxílio no desempenho do trabalho da pessoa que respondia como chefe à promoção de

---

<sup>45</sup> “Control over property, in most cultures, translates into power. Those who own resources, be they of a family or a community, have the means to exercise power over others” (METCALF, 1990: 277).

negociações financeiras que articulavam a vila com outros espaços da colônia e também para além dela.

Sobre as atividades econômicas não domésticas, ao observar os trabalhos das mulheres chefes, pude levantar que as mesmas desenvolveram, majoritariamente, as mesmas funções laborais que os homens da vila, pois constatei que a maioria das mulheres chefes trabalhavam com a terra, tal como a maioria dos homens chefes (exceto os que exerciam cargos políticos e militares), fosse em lavouras ou com a criação de animais, portanto, no que diz respeito ao trabalho exercido na vila de Curitiba do século XVIII, quando observamos as mulheres que respondiam como chefes de fogos, podemos perceber que ser mulher ou homem, a partir da identificação pelo sexo biológico, não ditava a função laboral para ganhos monetários provindos do trabalho havendo apenas algumas poucas exceções.

Foi visto que homens e mulheres chefes de fogos exerciam as mesmas funções laborais, muito possivelmente com sobrecarga para as mulheres, pois havia mulheres chefes de fogos com filhos e filhas e/ou agregados e agregadas em tenras idades, impossibilitados/as assim de auxiliarem no manejo e cuidados da casa e residentes – por isso a importância de considerar filhos/as similares a agregados/as na metodologia aplicada no segundo capítulo, portanto é possível supor que essas mulheres tinham dois trabalhos, o que se buscava compensação monetária direta e o trabalho doméstico não remunerado.

Outra forma de trabalho das mulheres que foi observada foi o trabalho compulsório. Pelas fontes utilizadas nesta pesquisa não é possível confirmar as funções desempenhadas por aquelas mulheres escravizadas, porém é passível levantar a hipótese que a maioria trabalhava com a terra, tendo em vista a relevância da agricultura e criação de animais em Curitiba que se mostra nas informações sobre o trabalho do/a chefe do fogo proprietário/a dos sujeitos escravizados. Também não posso fazer uma longa discussão sobre o contingente da população feminina escravizada pois os documentos não dão informações sobre o sexo, com exceção das listas nominativa de 1776 e de 1806, porém, ao comparar os dados sobre homens e mulheres escravizados nesses maços, posso afirmar que havia uma quantia relevante de mulheres escravizadas na vila. E ao considerar uma perspectiva interseccional para observação dos inventários pude constatar que a condição do sexo não era impeditivo para obtenção de mão de obra escrava, pois constatei que muitas mulheres eram proprietárias de escravas.

Por fim a história das mulheres da vila de Curitiba no século XVIII, a partir das perspectivas adotadas nesta pesquisa, se mostrou diversa quando os sujeitos históricos foram observados a partir de suas peculiaridades demonstradas por suas condições de *gênero, classe*

e *raça*, pensados a partir das particularidades históricas do período colonial, apontando uma gama de variadas experiências que desafiam narrativas generalizantes e homogeneizadoras.

## Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Emanuel. A Arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. *In.*: PRIORE, Mary Del (org) e BASSANEZI, Carla (coord. De textos). História das mulheres no Brasil [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015. Pp. 45-77.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Rede de negócios no registro de Curitiba na passagem do século XVIII para o XIX. ANPUH – XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – São Leopoldo, 2007.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 14, n. 1 p. 113-132, 2008.

BARBOSA, Mara Fabiana. Terra de negócio: o comércio e o artesanato em Curitiba na segunda metade do século XVIII. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2003.

BETHENCOURT, Francisco. Racismos: das cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOCK, Gisela. História, História das Mulheres, História do Gênero. *Penélope. Fazer e Desfazer História*, nº 4, 1989. Pp. 158-187.

BONI, Maria Ignês Mancini. A População da Vila de Curitiba Segundo as Listas nominativas de Habitantes: 1765 – 1785. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974.

BORGES, Joacir Navarro. O Processo de endividamento em Curitiba no século XVIII. 7ª Jornada setecentista. Curitiba, set. 2007.

BORIS, Eillen. The home as a workplace: Deconstructing dichotomies. *International Review of Social History* 39 (1994), pp. 415-428.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CANUTO, Ellen Cristine Alves Silva. Senhoras e possuidoras de terras: as mulheres proprietárias no sertão paraibano (Vila de Patos 1855-1875). Dissertação defendida em 2018. Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em História. Departamento de História.



CASTRO, Hebe. História Social. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-60.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, p. 139-167, 1989.

\_\_\_\_\_. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

\_\_\_\_\_. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *VV. AA. Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2004.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. *In*.: *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DE MAGALHÃES, Francisco de Borja Baptista. Evolução histórica da economia paranaense. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, n. 87, p. 131-148, 1996.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Mulheres sem História*. *Revista de História*, [S. l.], n. 114, p. 31-45, 1983.

\_\_\_\_\_. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DOSSE, François. *A História em migalhas: dos Annales à Nova História*. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

EFREM, Roberto. Os Despudores de Anne McClintock. *Cadernos Pagu* no.40, Campinas, Jan./Jun. 2013.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Mulheres forras: riqueza e estigma social*. *Tempo (London)*, Niterói, RJ, v. 5, n.9, pp. 65-92, 2000.

FERNANDES, Juliana P. *Uma Lacuna historiográfica em gênero e trabalho: as mulheres do Brasil setecentista na economia-mundo*. Florianópolis, 2019, 66p. Monografia (graduação em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

FERNANDES, Juliana Panchiniak. O trabalho feminino na vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais: 1765 – 1800. In. II Simpósio de História Global. Universidade Federal de Santa Catarina, 2020. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=LxXZ4bSd5JI&list=PLjN3DMRZRGSP3IPWS0ryPPmzC6IO2FIVG&index=3>

FERNANDEZ, Brena Paulo M. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. *Revista de Economia Política* 38 (3), 2018.

FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993.

\_\_\_\_\_. Barrocas famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, pp. 74-106.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro 1790 – 1840). Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

GARZONI, Leriche de Castro. Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX). Tese defendida em 2012. Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em História. Departamento de História.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. *Revista Brasileira de História*, v. 18, p. 297-330, 1998.

HABER, Stephen H.; KLEIN, Herbert S. As consequências econômicas da Independência brasileira. *Novos Estudos*, v. 33, p. 236-248, 1992.

KATO, Allan Thomas Tadashi. Retrato urbano: estudo da distribuição socioespacial dos moradores de Paranaguá, Antonina e Curitiba no início do século XIX. Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

KOSELLECK, R. História dos conceitos e história social. *In*: KOSELLECK, R. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto; PUC-Rio, 2006.

LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LICCARDO, Antonio; SOBANSKI, Arnaldo; CHODUR, Nelson Luiz. O Paraná na história da mineração no Brasil no século XVII. *Boletim Paranaense de Geociências*, n. 54, p. 41-49, 2004. Editora UFPR.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. “A distância na carne: mundo agrário, escravidão e fronteira nos Campos de Curitiba (séculos XVIII e XIX).” *Unpublished paper, 7th annual meeting of the Congresso Brasileiro de História Econômica and 8th annual meeting of the Conferência Internacional de História de Empresas*. 2007.

MACHADO, Cacilda. O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma. *R. bras. Est. Pop.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 167-186, jan./jun. 2006.

\_\_\_\_\_. A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos (planalto paranaense na primeira metade do século XVIII). *Revista de História Regional* 15(2): 160-183, Inverno, 2010.

MACHADO, Marina. Agregado. *In: MOTTA, Márcia Maria de Menendes. Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Remediados senhores: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c. 1790-1844. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2014.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo: Povoamento e População, 1750 – 1850, com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. *Terra Livre*, São Paulo, Ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. Cinzas do passado: cultura material, riqueza e escravidão no Vale do Paraopeba/MG (1831-1941). Londrina: Eduel, 2014.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. Primeiro Manuscrito. *In: Manuscritos Econômicos-Filosóficos*. 1ª Ed. 1932. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>. Acesso em: agosto de 2019.

MASSUCHETTO, Vanessa Caroline. O levar da “honra e virgindade”: relações de gênero e cultura jurídica criminal setecentista a partir de casos de estupro (Curitiba, 1771-1783). *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, MG. V.34, n.1, 2021.

McCLINTOCK, Anne. *Couro Imperial: Raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Unicamp, 2010.

MESQUITA, Maria José; PICANÇO, Jefferson. A mineração aurífera na ocupação do planalto curitibano e litoral paranaense (séculos XVI-XVIII). *Geosul*, Florianópolis, v. 27, n. 54, p. 117-137, jul./dez. 2012.

METCALF, Alida C. *Women and Means: Women and Family Property in Colonial Brazil*. *Journal of Social History*, Vol. 24, No. 2, 1990, pp. 277-298.

\_\_\_\_\_. *Family and Frontier in Colonial Brazil: Santana de Parnaíba, 1580-1822*. Texas: University OF Texas, 2005.

MOLON, Susana Inês. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 4, p. 613-622, out./dez. 2011.

MORAIS, Grasiela Florêncio de. O “belo sexo” sob vigilância: o controle das práticas cotidianas e formas de resistência das mulheres pobres livres, libertas e escravas no Recife oitocentista (1830-1850). Dissertação defendida em 2011. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em História. Departamento de História.

NADALIN, Sérgio Odilon. *História do Paraná: ocupação do território, população*. Curitiba: Seed, 2001.

\_\_\_\_\_. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.

OLIVEIRA, Marina Costa de. *Agregados no Termo de Franca (1801-1820)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

PEDRO, Joana Maria. *Narrativas do Feminismo em Países do Cone Sul (1960-1989)*. In.: PEDRO, Joana Maria (org.); WOLFF, Cristina Scheibe (org.). *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*, Florianópolis: Mulheres, 2010. pp. 115-137.

PINHEIRO, Fernanda Domingos. O cativo ilegal dos indígenas na capitania das Minas Gerais. In.: LIMA, Henrique Espada (org.); SILVA, Waldomiro Lourenço (org.); MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti (org.). *Histórias da escravidão e pós emancipação no Atlântico*, São Leopoldo: Casa Leiria, 2022. pp. 19-36.

PRIORE, Mary Del. *Brasil colonial: um caso de família no feminino plural*. *Cad. Pesq.* São Paulo, N. 91, pp. 69-75, nov. 1994.

\_\_\_\_\_. *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993.

\_\_\_\_\_. Magia e Medicina na Colônia: O Corpo Feminino. *In.*: PRIORE, Mary Del (org.) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 78-114.

RAGO, Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. *In.*: Cultura Histórica em Debate. São Paulo: UNESP, 1995. pp. 81-91.

RAMINELLI, Ronald José. Eva Tupinambá. *In.*: PRIORE, Mary Del (org.) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 11-43.

\_\_\_\_\_. Cores, Raças e Qualidades. *In.*: RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. pp. 207-240.

RAMOS, Gilmária Salviano. Nas tramas dos estudos de gênero: problematizando apropriações. *In.* Maria Bernardete Ramos e BRANCHER, Ana Lize (orgs.) *Historiografia 35 anos*. Florianópolis; Letras Contemporâneas, 2011. pp. 110-125.

REIS, Nestor Goulart. As minas de ouro e a formação das capitanias do sul. São Paulo: Via das artes, 2013.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. O trabalho do fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais oitocentista. Tese defendida em 2008. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG.

RODRIGUES, Eugénia e CANDIDO, Mariana. Cores, classificações e categorias sociais: os africanos nos impérios ibéricos, séculos XVI ao XIX. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 402-403, set-dez. 2018.

RÜSEN, Jörn. Reconstrução do passado. Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica. Brasília: UnB, 2007.

SAMARA, Eni Mesquita. A mulher e a família na historiografia latino-americana recente. *Revista de pós graduação em história da UFRGS*, Porto Alegre, V. 1, n.1, pp. 23-48, 1993.

\_\_\_\_\_. A família no Brasil: História e historiografia. *História Revista*, V. 2, pp. 7-21. jul./dez. 1997.

\_\_\_\_\_. Disciplina, violência e poder nas relações de gênero no Brasil: séculos XVIII e XIX. *MÉTIS: história & cultura*, V. 6, n. 11, pp. 11-22, jan./jun. 2007.

SANTOS, Luciane Lucas dos. Deve a economia feminista ser pós colonial: Colonialidade econômica, gênero e epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 114, dezembro 2017.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

\_\_\_\_\_. Experiência. *In* SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tânia Regina Oliveira. (orgs.) *Falas de gênero*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, pp. 21-55.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação Feminina e Educação Masculina no Brasil Colonial. *Revista de História*, V. 55, N. 109, mar. 1977, pp. 149 - 164.

SILVA, Marilda Santana. Dignidade e transgressão: mulheres no Tribunal Eclesiástico em Minas Gerais (1748-1830). Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

SOCOLOW, Susan Migden. *Women and Work*. *In*: SOCOLOW, Susan Migden. *The Women of Colonial Latin America* [2 Ed.]. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. pp. 120 - 139.

STANCZYK, Milton. À luz do cabedal: acumular e transmitir bens nos sertões de Curitiba (1695 – 1805). Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2005.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *A formação das famílias livres: Campinas, 1774-1850*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. *Cadernos Pagu*, Vol. 3, 1994. pp. 29-62.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIANA, Nildo. Raça e etnia. Capitalismo e Questão Racial. *In*: VIANA, Nildo; SANTOS, C. P. (orgs.). *Capitalismo e Questão Racial*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

VELHO, Gilberto; CASTRO, EV de. O conceito de cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. *Artefato: Jornal de Cultura*, ano, v. 1, 1978.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de. *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam*. Lisboa: A. J. Fernandes Lopes, 1865. 2ª Ed. Vol. I.

WALLERSTEIN, Immanuel. O Capitalismo Histórico. São Paulo: Brasiliense, 1985.

### **Fontes Documentais**

Arquivo Público do Paraná, Juízo de Órfãos, 10ª Vara Cível. Caixas 1, 2 e 3, Processos Judiciários Inventários, 1781-1808.

Ata do Levantamento do Pelourinho, Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, Vol. 1, p.3, 1906.

Lista Nominativa de 1776. 1ª Companhia de Ordenança, 1776. Transcrição digitalizada, 2001. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1776. 2ª Companhia de Ordenança, 1776. Transcrição digitalizada, 2001. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1781. 1ª Companhia de Ordenança, 1781. Transcrição digitalizada, 2005. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1782. 1ª Companhia de Ordenança, 1782. Transcrição digitalizada, 2001. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1782. 2ª Companhia de Ordenança, 1782. Transcrição digitalizada, 2001. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1783. 1ª Companhia de Ordenança, 1783. Transcrição digitalizada, 2001. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1789. 1ª Companhia de Ordenança, 1789. Transcrição digitalizada, 2002. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1790. 2ª Companhia de Ordenança, 1790. Transcrição digitalizada, 2004. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1791. 1ª Companhia de Ordenança, 1791. Transcrição digitalizada, 2002. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1791. 2ª Companhia de Ordenança, 1791. Transcrição digitalizada, 2002. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1792. 1ª Companhia de Ordenança, 1792. Transcrição digitalizada, 2003. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1792. 2ª Companhia de Ordenança, 1792. Transcrição digitalizada, 2003. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1794. 1ª Companhia de Ordenança, 1794. Transcrição digitalizada, 2006. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1795. 2ª Companhia de Ordenança, 1795. Transcrição digitalizada, sem ano informado. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Lista Nominativa de 1796. 2ª Companhia de Ordenança, 1796. Transcrição digitalizada, 2006. CEDOPE - Universidade Federal do Paraná, Departamento de História.

Peças do Inventário do Capitão Povoador Baltazar Carrasco dos Reis - 1697. Edição do Arquivo Público do Paraná, 1986. Catálogo de Documentos Históricos respeitantes à Vila de Curitiba - 1697-1799. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1993.

Primeiro Tabelionato de Curitiba, Livros de Notas 20-32, anos 1774-1816. Cópias digitalizadas. Universidade de Brasília.

Requerimento para Criação das Justiças, 24 de março de 1693; Reunião do Povo e a Escolha dos eleitores, 29 de março de 1693, Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba, Vol. 1, p. 4-5, 1906.

Requerimento dos prelados da religião seráfica da Província do Rio de Janeiro à rainha D. Maria I, 1786. Arquivo Histórico Ultramarino, Caixa 128, Documento 10.182.

### **Fontes Cartográficas**

Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, 1776 - 1800. Atlas Digital da América Lusa. Disponível em: <http://lhs.unb.br/atlas/In%C3%ADcio>. Acesso: abril de 2021.



Anexo 01

<p>ARAÚJO, Emanuel. A Arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. <i>In.</i>: PRIORE, Mary Del (org) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 45 – 77.</p>
<p>BRUGGER. Silvia Maria Jardim. Minas Patriarcal: Família e Sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.</p>
<p>FARIA, Sheila de Castro. A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.</p>
<p>FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras: riqueza e estigma social. Tempo (London), Niterói, RJ, v. 5, n.9, pp. 65-92, 2000.</p>
<p>FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida. O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro/Brasília: José Olympio/Edunb, 1993.</p>
<p>FIGUEIREDO, Luciano R. de Almeida. Barrocas famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.</p>
<p>FRAGOSO, João. Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, pp. 74-106.</p>
<p>PRIORE, Mary Del. Brasil colonial: um caso de família no feminino plural. Cad. Pesq. São Paulo, N. 91, pp. 69-75, nov. 1994.</p>
<p>PRIORE, Mary Del. Magia e Medicina na Colônia: O Corpo Feminino. <i>In.</i>: PRIORE, Mary Del (org) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 78 – 114.</p>
<p>RAMINELLI, Ronald José. Eva Tupinambá. <i>In.</i>: PRIORE, Mary Del (org) e BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das mulheres no Brasil [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 11 – 43.</p>
<p>SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação Feminina e Educação Masculina no Brasil Colonial. Revista de História, V. 55, N. 109, mar. 1977, pp. 149 – 164.</p>
<p>SILVA, Marilda Santana. Dignidade e transgressão: mulheres no Tribunal Eclesiástico em Minas Gerais (1748-1830). Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.</p>